

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE
BENAVENTE – PRIMEIRA REVISÃO –

ABRIL 2013

RELATÓRIO **2**

ESTUDOS SECTORIAIS DE CARACTERIZAÇÃO

PARTE **3** – CAPÍTULOS **8 A 11**

CAPÍTULO 8 – **ESTRUTURA E FORMA URBANA E VALORES PATRIMONIAIS**

CAPÍTULO 9 – **ESTRUTURA BIOFÍSICA E VALORES NATURAIS E PAISAGÍSTICOS**

CAPÍTULO 10 – **INFRAESTRUTURAS**

CAPÍTULO 11 – **TURISMO**



ÍNDICE CAPÍTULO 8 – ESTRUTURA E FORMA URBANA

1.	OBJECTIVOS DA ANÁLISE.....	6
2.	MÉTODO DE ABORDAGEM.....	7
3.	PREOCUPAÇÕES DE PARTIDA.....	8
4.	CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS.....	9
4.1.	PROCESSO DE FORMAÇÃO DO AGLOMERADO DE BENAVENTE	9
4.1.1.	CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLÓGICA DE BENAVENTE.....	17
4.2.	PROCESSO DE FORMAÇÃO DO AGLOMERADO DE SAMORA CORREIA	22
4.2.1.	CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLÓGICA DE SAMORA CORREIA.....	32
4.3.	PROCESSO DE FORMAÇÃO DO AGLOMERADO DE SANTO ESTÊVÃO.....	39
5.	MACRO ESTRUTURA FUNCIONAL CONCELHIA - APROXIMAÇÃO À HIERARQUIA URBANA	42
5.1.	FACTORES NATURAIS	44
5.2.	FACTORES HUMANOS.....	45
5.3.	ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	50
5.4.	EM SÍNTESE.....	57
6.	MICRO ESTRUTURA FUNCIONAL CONCELHIA - CARACTERIZAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	58
6.1.	PADRÕES OCUPACIONAL TIPO.....	58
6.2.	PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO PREFERENCIAIS	59
6.3.	DESAFIOS E QUESTÕES A TER EM CONSIDERAÇÃO NA ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO.....	62
7.	HIERARQUIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS / AGLOMERADOS	65
8.	VALORES PATRIMONIAIS.....	72
8.1.	A HISTÓRIA.....	72
8.2.	PATRIMÓNIO CULTURAL	74
8.2.	PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	76

ÍNDICE CAPÍTULO 9 – VALORES NATURAIS E PAISAGÍSTICOS

1.	INTRODUÇÃO.....	79
2.	ANÁLISE BIOFÍSICA.....	80
3.	RECURSO DE SOLO ARÁVEL E RECURSOS FLORESTAIS	88
3.1.	CLASSIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SOLO	88
3.2.	POTENCIALIDADES AGRÁRIAS. VOCAÇÃO DOS SOLOS.....	92
4.	IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS NATURAIS MAIS SUJEITOS À POLUIÇÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO.....	97
5.	HIDROGEOLOGIA.....	113
6.	OCUPAÇÃO HUMANA	122
7.	SÍNTESE	123

ÍNDICE CAPÍTULO 10 – REDE DE INFRAESTRUTURAS

1.	INTRODUÇÃO.....	128
2.	PROJECTO ÁGUAS DO RIBATEJO.....	130
3.	REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	132
4.	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	136

5.	RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	139
6.	REDE ELÉCTRICA.....	140
7.	GASODUTO E OLEODUTO	141

ÍNDICE CAPÍTULO 11 – TURISMO

INTRODUÇÃO.....	143
1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	144
1.1. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – OESTE E VALE DO TEJO.....	144
1.2. PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO (2007)	146
1.3. PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO – REVISÃO (2011).....	149
2. ESPECIFICIDADES DO CONCELHO DE BENAVENTE.....	152
2.1. PATRIMÓNIO NATURAL.....	152
2.2. O PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUITECTÓNICO	153
2.3. OS EQUIPAMENTOS/EVENTOS DE APOIO À ACTIVIDADE TURÍSTICA	155
3. AS ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR TURÍSTICO	158
3.1. OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS.....	161
3.2. CONCLUSÕES.....	167
4. CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR TURÍSTICO	168
5. SÍNTESE CONCLUSIVA.....	170

ÍNDICE FIGURAS

FIGURA 178 - OCUPAÇÃO URBANA DE BENAVENTE.....	15
FIGURA 179 - NÚCLEO URBANO	18
FIGURA 180 - SEGUNDO NÚCLEO DE AGLOMERADO	21
FIGURA 181 - AGLOMERADO DE SAMORA CORREIA.....	28
FIGURA 182 - ÁREA A OESTE DA EN 118	38
FIGURA 183 - FACTORES PREPONDERANTES PARA A COMPREENSÃO DA ESTRUTURA E FORMA URBANA.....	42
FIGURA 184 - ESQUEMA VALORES NATURAIS CONCELHO.....	44
FIGURA 185 - ESQUEMA ACESSIBILIDADES.....	46
FIGURA 186 - ESQUEMA DAS FUNÇÕES DIFERENCIADAS	47
FIGURA 187 - EXEMPLO DE ESTRUTURA DE PROPRIEDADE	50
FIGURA 188 - DIMENSÃO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE NAS QUATRO FREGUESIAS	51
FIGURA 189 - N.º DE PRÉDIOS POR CLASSE.....	53
FIGURA 190 - ÁREA TOTAL POR CLASSE.....	53
FIGURA 191 - N.º DE PRÉDIOS POR CLASSE.....	54
FIGURA 192 - ÁREA TOTAL POR CLASSE.....	54
FIGURA 193 - N.º DE PRÉDIOS POR CLASSE.....	55
FIGURA 194 - ÁREA TOTAL POR CLASSE.....	55
FIGURA 195 - N.º DE PRÉDIOS POR CLASSE.....	56
FIGURA 196 - ÁREA TOTAL POR CLASSE.....	56
FIGURA 197 - ESQUEMA DA MACRO ESTRUTURA FUNCIONAL IDENTIFICADA NO CONCELHO DE BENAVENTE.....	57
FIGURA 198 - PADRÕES OCUPACIONAIS TIPO NOS AGLOMERADOS DO CONCELHO DE BENAVENTE.....	58
FIGURA 199 - PRINCIPAIS TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO POR TIPOLOGIA DE ESPAÇOS URBANOS.....	60
FIGURA 200 – ESQUEMA MICRO ESTRUTURA FUNCIONAL NO CONCELHO DE BENAVENTE.....	61
FIGURA 201 - PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DA HIERARQUIA URBANA DO CONCELHO DE BENAVENTE	66
FIGURA 202 – ESQUEMA DA HIERARQUIA URBANA DO CONCELHO DE BENAVENTE	68
FIGURA 203 – NÍVEL HIERÁRQUICO DOS LUGARES DO CONCELHO DE BENAVENTE.....	68
FIGURA 204 – EXEMPLO DE UNIDADE COM SOLO RURAL E URBANO – COUTADA VELHA.....	70
FIGURA 205 – UNIDADES ESPACIAIS.....	71
FIGURA 206 – LISTAGEM DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (FONTE: IGESPAR E DGEMN).....	74
FIGURA 207 – ALTIMETRIA	83
FIGURA 208 – CARTA DE DECLIVES	84
FIGURA 209 – HIDROGRAFIA.....	85
FIGURA 210 - LITOLOGIA.....	86
FIGURA 211 – RNET E ZPE	87
FIGURA 212 – MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE BENAVENTE – PERÍODO DIURNO	107
FIGURA 213 – MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE BENAVENTE – PERÍODO NOCTURNO.....	107
FIGURA 214 – PROPOSTAS DE CORRECÇÃO DOS NOMES DE CURSOS DE ÁGUA NO PDMB EM VIGOR.....	115

FIGURA 215 – HIPÓTESES DE CORRESPONDÊNCIA DE CURSOS DE ÁGUA DESCONHECIDOS NO TERRENO E NÃO REPRESENTADOS NA CARTA MILITAR DE PORTUGAL	116
FIGURA 216 – HIPÓTESES DE IHCDCA A ATRIBUIR AOS CURSOS DE ÁGUA PUBLICADOS NO PDMB COMO SERVIDÃO DO DOMÍNIO MARÍTIMO	116
FIGURA 217 – NOVAS PROPOSTAS PARA CURSOS DE ÁGUA REN, COM LOCALIZAÇÃO E HIPÓTESES DE IHCDCA.....	116
FIGURA 218 – PROPOSTA SÍNTESE DOS CURSOS DE ÁGUA A CLASSIFICAR PARA A CARTA DA REN BRUTA.....	118
FIGURA 219 – UNIDADES DE PAISAGEM	124
FIGURA 220 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM M ³	132
FIGURA 221 – CONSUMO DE ÁGUA EM M ³	132
FIGURA 222 – FUROS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA	133
FIGURA 223 – RESERVATÓRIOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	134
FIGURA 224 – PLANTA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE BENAVENTE	135
FIGURA 225 – CARACTERIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	136
FIGURA 226 – DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS.....	137
FIGURA 227 – PLANTA DA REDE DE SANEAMENTO DO CONCELHO DE BENAVENTE	138
FIGURA 228 – RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM 2001	139
FIGURA 229 – PLANTA DA REDE ELÉCTRICA DE ALTA TENSÃO	140
FIGURA 230 - PROPOSTAS POTENCIAIS / ACÇÕES REGIÃO CENTRO / OESTE VALE DO TEJO	146
FIGURA 231 - IMÓVEIS CLASSIFICADOS, PROPOSTO PARA CLASSIFICAÇÃO E A PROPOR PARA CLASSIFICAÇÃO	154
FIGURA 232 - REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS EXISTENTE	155
FIGURA 233 - IMAGENS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS CULTURAIS.....	156
FIGURA 234 - EVENTOS SOCIOCULTURAIS CONCELHIOS (FONTE: PRÉ DIAGNÓSTICO REDE SOCIAL 2004)	156
FIGURA 235 - EVENTOS RELIGIOSOS DO CONCELHO (FONTE: PRÉ DIAGNÓSTICO REDE SOCIAL 2004)	157
FIGURA 236 - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS CLASSIFICADOS NO CONCELHO.....	168
FIGURA 237 - PROJECTOS DE ARQUITECTURA COM PARECER FAVORÁVEL DO TURISMO DE PORTUGAL NO CONCELHO...	168

CAP. 8 - ESTRUTURA E FORMA URBANA

VER PLANTA 22 – ESTRUTURA E FORMA URBANA E
PLANTA 16 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA



1. OBJECTIVOS DA ANÁLISE

As formas de povoamento estão inevitavelmente relacionadas com factores naturais e humanos que condicionaram o desenvolvimento dos territórios. A análise das formas de povoamento e a sistematização das fases de crescimento (quando existem dados que o tornam possível), tem como principal objectivo perceber as tendências e perspectivar caminhos de crescimento urbano sustentável.

O estudo da estruturação do território pressupõe o conhecimento do povoamento, ou seja, das formas de apropriação dos territórios:

- ≥ Primeiro o conhecimento das grandes unidades de ocupação urbana – núcleos ou estruturas lineares, considerando as características físicas do território como factores condicionantes do uso do solo e da sua organização espacial, os níveis de acessibilidade e os projectos/elementos âncora das dinâmicas de crescimento – **Macro escala**;

- ≥ Segundo uma abordagem mais circunscrita à forma urbana, que corresponde à avaliação do modo como o espaço público (rede viária local e espaços de estar – alargamentos, largos, praças e jardins) foi dando resposta às necessidades dos habitantes, como o edificado se foi transformando com o tempo quer ao nível formal quer volumétrico ou mesmo de utilização dos materiais e relacionamento com o espaço público – **Micro escala**.

2. MÉTODO DE ABORDAGEM

Para a concretização do objectivo proposto optou-se por fazer uma abordagem de escalas diferenciadas, estudando contextos mais alargados – escala regional e concelhia – que servem de suporte à análise e diagnóstico da micro-escala – aglomerados urbanos. Assim sendo estabelece-se a seguinte metodologia:

- ≥ MACRO ESTRUTURA FUNCIONAL CONCELHIA | 1º Aproximação à Hierarquia Urbana. Criação de um suporte analítico sustentado sobre os condicionalismos e factores que influenciam a forma arquitectónica e estrutura dos aglomerados deste concelho. Concretização de um quadro de caracterização do território que possibilite delinear pistas/linhas orientadoras das propostas de expansão, regulamentação e áreas de estudo a aprofundar.
- ≥ MICRO ESTRUTURA FUNCIONAL | Caracterização de espaços urbanos. Construção de uma abordagem às estruturas e formas urbanas existentes no concelho com base no conhecimento de campo e nas reuniões com os autarcas das juntas de freguesia e técnicos da Câmara Municipal, levadas a cabo desde o início do plano.
- ≥ HIERARQUIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS/AGLOMERADOS | Na última fase, com base no diagnóstico e abordagem crítica à informação recolhida. Trata-se da génese, uma vez que, numa fase inicial é difícil ter a percepção de todos os factores que influenciam o papel de cada um dos aglomerados na rede urbana municipal. Este conhecimento será enriquecido no decorrer da elaboração do plano, através de contactos com os agentes locais.

3. PREOCUPAÇÕES DE PARTIDA

- ≥ Conhecer as dinâmicas de apropriação do território, não só as que estiveram na origem do povoamento concelhio mas também, e fundamentalmente, as dinâmicas que actualmente estão instaladas e que moldam os padrões de crescimento do espaço urbano. O fenómeno da segunda habitação é sem dúvida um novo elemento a ter em consideração;
- ≥ Conhecer as sinergias entre os aglomerados concelhios – os problemas e potencialidades instaladas territorialmente;
- ≥ Considerando a micro-escala dos territórios, importa analisar a qualidade do espaço urbano, factor preponderante para a qualidade de vida das populações. O objectivo será sempre o detectar das potencialidades e dos problemas sugerindo caminhos alternativos para manter e melhorar os espaços de vivência.

4. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS

“Fonte: Estudos Prévios do Plano Director Municipal – Relatório n.º 7 – Caracterização dos Aglomerados Urbanos”

4.1. PROCESSO DE FORMAÇÃO DO AGLOMERADO DE BENAVENTE

A origem do aglomerado de Benavente prende-se com a sua localização estratégica numa altura de instabilidade fronteiriça. Situado num planalto, que no século XII constituiria uma península confrontada com o antigo estuário do Tejo, este ponto representava uma alternativa de comunicação mais segura aos caminhos directos quer entre Évora e Lisboa (ao abrigo dos Castelos de Montemor-o-Novo e de Coruche).

Atesta-se a íntima ligação entre Benavente e Évora não só pelo seu foral, do tipo do de Évora e que pela Ordem d' Évora foi dado, como também pelo facto de que Benavente, embora a grande distância, sempre pertenceu à diocese desta cidade, o que não acontece com nenhuma outra povoação ribatejana. Como é usual na formação dos aglomerados, a construção na proximidade de edifícios religiosos condicionou também a implantação de Benavente. De facto com a construção da Albergaria do Espírito Santo (século XIII), e da Igreja de Santa Maria de Benavente, primeira igreja matriz que se pensa remontar ao século XIV, estavam criados os pontos de concentração.

Podem-se apontar dois eixos principais de desenvolvimento do aglomerado. Um que estabelece a ligação entre os dois edifícios, com a orientação NE/SO, e outro perpendicular definido pelo caminho de acesso ao aglomerado com orientação NO/SE. Note-se a relação destes eixos com a função do aglomerado em termos de comunicação terrestre e fluvial denunciada pelos elementos toponímicos:

- ≥ O primeiro (hoje rua da Misericórdia), que ligava o aglomerado ao que deveria ser o primeiro porto de Benavente, no limite SO do planalto, detinha no século XIV a denominação de rua de Lisboa. Atendendo às dimensões que, no século XIII teria o estuário do Tejo, era muito natural que a actual Lezíria dos Cavalos, facultasse um excelente porto pela sua própria configuração de bacia, fazendo-se através dele a comunicação com Lisboa.
- ≥ O segundo (hoje rua João Sabino de Almeida) que vinha da Igreja para SE, seria a saída do aglomerado em direcção a Évora, facto este que determina a sua ainda frequente denominação de rua de Évora.

A atribuição do foral em 1200 e a íntima ligação que sempre teve com a ordem de Avis atestam a importância do aglomerado nos séculos XIII e XIV, proporcionando a implantação de mais dois edifícios que contribuíram para a consolidação da malha que caracteriza o aglomerado. O Paço Mestral da Ordem de Avis, identificado com pouca exactidão no fim do prolongamento da antiga rua de Lisboa para NE (ainda hoje designada frequentemente por rua do Paço) estabelece em definitivo o eixo transversal de desenvolvimento desta malha.

No cruzamento entre os dois eixos surge a antiga Praça da Vila, local onde se instalou o primeiro edifício dos Paços do Concelho e que segundo a descrição no Tombo do concelho, se localizava a norte desta praça, junto ao que ainda hoje se denomina por travessa Almojarife.

Todo o desenvolvimento até meados do século XV verifica-se para Sul, com a constituição da Rua dos Cavaleiros e a sua ligação à antiga praça através da rua do arco, sem nunca ter ultrapassado a linha que hoje constitui o traçado da rua Luís de Camões. Este facto leva-nos a reflectir acerca das características topográficas que hoje Benavente apresenta nesta zona. A existência de um acentuado declive a SO do primeiro núcleo do aglomerado levaria a supor que os muros aí existentes seriam obra com vista ao suporte de terras.

A inexistência de vestígios físicos concludentes deixa em aberto a hipótese deste muro ter tido um carácter fortificado, tendo como certo que este constitui, até cerca do século XIII, um limite físico à expansão do aglomerado.

Com o assoreamento do estuário do Tejo ao longo destes primeiros séculos, a gradual transformação em pantanais da vasta superfície que hoje constitui as zonas das Lezírias e a definição do leito do Sorraia, perde-se a importância do primeiro porto que se transforma num mero ancoradouro local, ligado ao rio Sorraia através do que seria um braço daquele rio.

Por volta do século XIV surge um novo porto a Norte da vila, contribuindo para a implantação de armazéns e estalagens junto à encosta NE do planalto e que, no século XV, ainda constituem ocupação suburbana. As construções que nesta altura surgem a Norte da antiga praça da vila, são motivadas não só pela existência do novo porto, como também com a preexistência de um caminho que liga essa praça à antiga Ermida de Santiago, construção que remonta ao século XIV e que se situava onde hoje existe o Largo de Santiago.

Consolidadas as fronteiras portuguesas, Benavente não perde a sua importância na comunicação entre Lisboa e parte do território a Sul do Tejo (nomeadamente com o Alto Alentejo), só que desta vez através das trocas comerciais. Elemento fundamental no desenvolvimento quatrocentista da vila, as ligações comerciais contribuem para a consolidação do primeiro núcleo do aglomerado com a ocupação da sua face NE, pela judiaria (bairro

essencialmente comercial) e o seu porto privativo (a montante do novo porto), bem como para o posterior crescimento da vila para norte.

A actividade agrícola que se desenvolve à medida que se identifica o aproveitamento das zonas de várzea recém formadas surge como catalisador da actividade comercial provocando a partir do século XV, o desenvolvimento da vila para norte, onde sucessivamente se implantam construções para habitação ao longo dos caminhos preexistentes orientados a NO. A referência toponímica de “Largo do Moinho de Vento” ainda hoje presente em parte do que seria hoje um grande terreiro, comprova a íntima ligação, que teve esta zona do aglomerado com a actividade agrícola, nomeadamente no que respeita à transformação e armazém de cereais.

Definem-se assim duas malhas de desenvolvimento do aglomerado de Benavente. Uma correspondente ao primeiro núcleo de implantação, de características medievais, e outra, menos orgânica, correspondendo longos eixos de implantação implementados pela intensa actividade comercial e agrícola.

Em toda a orgânica de desenvolvimento do aglomerado figura um factor determinante na configuração que hoje apresenta. Situada numa zona sísmica, a vila de Benavente, desde muito cedo se viu confrontada com a recuperação do seu edificado. Através de descrições das consequências dos sismos de 1531 e 1755, além da constatação de um abalo em 1356, conclui-se que a configuração que a vila apresenta em 1908, é resultado de sucessivas alterações do traçado de algumas das suas ruas e do seu próprio perfil topográfico. Relativas a este último aspecto existem referências ao aproveitamento do entulho, resultante de escombros, para aterros nas encostas do planalto. Cite-se como exemplo que parte do local onde hoje está implantada a EN 118, junto à actual ponte, é resultado de um desses aterros.

Entre o século XVI e o século XVII verificam-se alterações significativas na estrutura do aglomerado. Constrói-se um novo edifício para os paços do concelho, definindo-se uma nova praça no terreno a norte da antiga e integrando-se já no sentido do desenvolvimento da vila para norte. A velha Igreja Matriz, que já no princípio do século XVI se denominava por N^a S^a da Graça, é substituída em 1680 por um edifício de maior dimensão, ocupando parte do terreno que constituía a antiga praça. Com orientação no sentido oposto, (de fachada virada para SO) este edifício vem retirar definitivamente o carácter centralizador da antiga praça.

É na sequência destas alterações que se verifica, até finais do século XVIII, a consolidação da parte norte da vila.

No século XVIII a construção do viaduto através da várzea a Norte do Sorraia e de uma nova ponte em madeira vem substituir a antiga de pedra, obra do século XVI, situada um pouco a

montante do porto da vila. Esta nova ponte, que em 1875 viria a ser substituída pela actual desvia o transito inter-local num processo que se desenvolve Na fase NE da vila, contribuindo de certo modo para o posterior desenvolvimento ao longo de um novo eixo de atravessamento que constitui hoje em dia, a EN 118.

No entanto, já nos finais do século XVIII, aquando da abertura da travessa da rua Nova, que liga a rua dos Cavaleiros e a rua Nova ao exterior do primitivo recinto da vila, existiam já construções ao longo do muro, apontando a formação da que hoje se denomina por rua Luís de Camões.

É a partir de meados deste século que surge, de uma forma pontual a ocupação a Sul da Vila. A estrada para Montemor-o-Novo (Évora), e de uma outra que se desenvolve junto à actual Lezíria dos cavalos, que se ramifica em acessos aos campos a Sul de Benavente e ao já existente aglomerado de Camora (Samora Correia), definem a estrutura de expansão do aglomerado para Sul, que, lentamente e durante três séculos, resulta da implantação esporádica e pontual de construções. Este tipo de ocupação deverá ter-se iniciado com construções junto de duas ermidas existentes fora do recinto da vila (S. Bento e S.to André).

Adquirido pelo concelho à Ordem de Avis, o terreno em frente à estrada da vila, denominado por Chaveiro ou Campo de Chaveiro, sempre se manteve desocupado de construções. Definido desde muito cedo pelo espaço público, este terreno vem sendo sucessivamente contornado por construções.

Simultaneamente, define-se até ao século XX, um grande quarteirão a SO do referido terreno, delimitado pelo que hoje corresponde à Av. Francisco José Calheiros Lopes, Rua Luís de Camões, EN 118 e EN 118-1 e pela Av. Dr. Manuel Calheiros Lopes.

Com o terramoto de 1909, Benavente volta a confrontar-se com a reconstrução e, mais uma vez, com alterações da sua configuração, apontando com mais significativas as seguintes:

- ≥ alterações de perfil da vila com a derrocada da Igreja Matriz, na altura o edifício mais alto;
- ≥ em sua substituição a abertura da Praça da República;
- ≥ rectificações no traçado de algumas ruas com vista ao seu alargamento;
- ≥ alinhamento nas Praças do Município e da República;

- ≥ desaparecimento de grande número de moradias assolaradas, obra que datavam deste século XVII ao século XIX e que constituíam um testemunho de uma época de desenvolvimento económico.

Mas a grande transformação deriva directamente da necessidade de alojamento de população. De facto, a construção de Bairros Novos, a Sul da rua Luís de Camões, definiu em curto espaço de tempo a expansão para Sul da vila. Segundo um desenho de características racionalizantes – com ruas largas e direitas – organizam-se cerca de 11 ha de terreno definido anteriormente por construções periféricas. A implantação anterior ao terramoto, do novo hospital da Santa Casa da Misericórdia de Benavente e de um dos edifícios das Escolas primárias leva a crer que o traçado já estaria esboçado, tendo sido acelerada a sua definição com a construção de habitação para realojamento da população afectada. Resultante de subscrições públicas, são disto exemplo os bairros “Diário de Notícias” e “ Cidade do Porto”.

Acompanhado por construções de iniciativa municipal, estes bairros dão início a uma nova fase de crescimento da vila, que, através de excepcionais condições de implantação, reorganiza a estrutura numa nova zona de aglomerado e cujo preenchimento vai satisfazer as necessidades de crescimento durante cerca de 40 anos.

Quando nos anos 60 se projectam os bairros de habitação económica da Caixa de Previdência, da Casa do Povo e da Câmara Municipal, a vila tinha-se desenvolvido entre dois eixos definidos pela EN 118-1 e pela EM 515, compreendendo a continuidade do seu desenvolvimento para Sul.

Na implantação destes bairros residenciais salvaguardou-se uma área de cerca de 3,5 ha entre a antiga zona residencial (pós terramoto), área esta onde se instalaram dois estabelecimentos de ensino (um Preparatório e outro Secundário), e ainda um terreno que era utilizado periodicamente pela Feira de Benavente.

A existência de Feiras e mercados periódicos implicou desde sempre a disponibilidade de espaço para este tipo de actividades comerciais detendo assim uma grande importância como reserva de espaço público. Propriedade do município este tipo de espaços vêm, com o evoluir do aglomerado, a ser ocupados com equipamentos públicos. Disto são exemplo o Parque 25 de Abril, antigo Campo de Chaveiro, onde se realizavam, no século XVIII e XIX, as feiras de gado e que se tornou numa zona verde pública com construção da nova igreja matriz, e o espaço onde hoje estão instalados o Palácio da Justiça, o Centro Cultural e as novas instalações dos Bombeiros, terrenos atrás referido e outro denominado “Campo da Feira”.

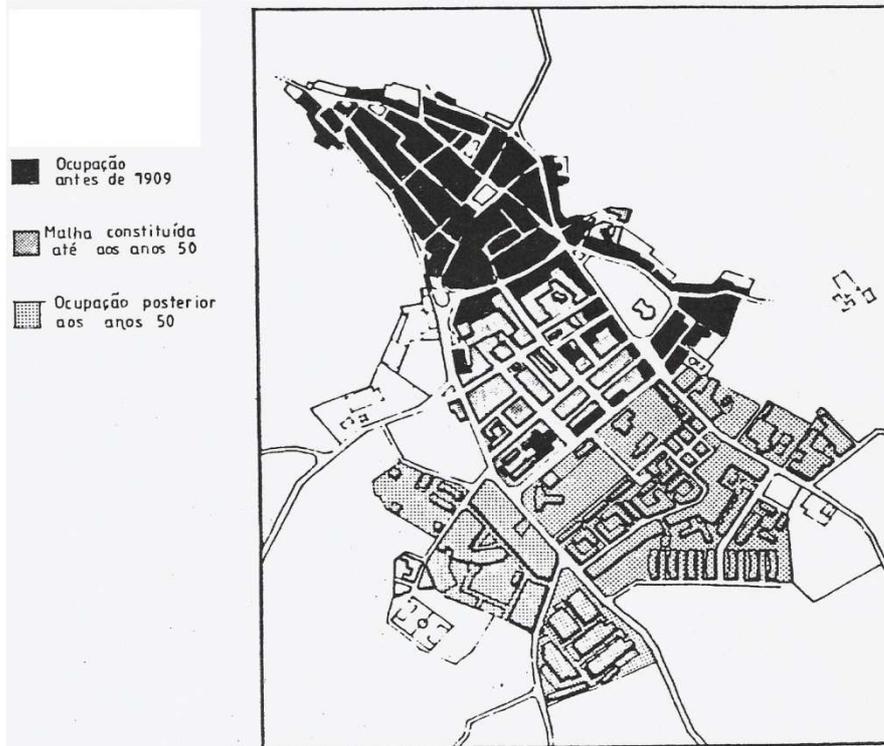
Esta tendência de ocupação de terreno por equipamentos colectivos é confirmada ainda hoje com a implantação das piscinas municipais no terreno que, a partir dos anos 80, tem sido utilizado para a Feira anual e mercado mensal. A partir dos anos 60, princípios dos anos 70, assiste-se a um modo diferente de constituição de espaços urbanos. Se até aí a evolução das zonas urbanas, era baseada na construção de habitação própria, sem intuito de venda, condicionando-se ao preenchimento dos espaços urbanos que resultam das malhas ou orientações estabelecidas por uma lógica natural de crescimento, a partir desta altura este crescimento assenta na promoção de terreno e construção para venda.

Através de loteamentos com vista à construção de blocos de habitação ou de venda de terrenos para construção de moradias, assiste-se à transformação da propriedade rústica em propriedade urbana. Visando a rentabilidade do terreno disponível, os loteamentos surgem autónomos entre si, onde a ocupação com diferentes tipologias de construção e a sua organização em malhas independentes conduzem à formação como que de uma manta de retalhos que envolve o aglomerado de Benavente nas suas faces SE e SO.

Localizadas numa zona periférica do aglomerado, estas áreas detêm um carácter suburbano, tipo “bairro dormitório”, e para o qual contribuem os seguintes factores:

- ≥ ausência de zonas comerciais motivado pelo crédito bonificado para a construção de habitação, em que o investimento nesta se apresenta mais seguro do que na criação de postos comerciais;
- ≥ carência de espaços para instalação de equipamentos públicos e de zonas verdes, suficientemente amplas, resultado da excessiva rentabilização dos terrenos loteados;
- ≥ uma população de fixação recente, que em grande parte, tem a sua actividade profissional fora do aglomerado.

FIGURA 178 - OCUPAÇÃO URBANA DE BENAVENTE



Este tipo de ocupação caracteriza grande parte daquilo que se pode chamar do segundo núcleo urbano do aglomerado de Benavente, o Bairro da Santa Cruz e Vila das Areias.

Separado por uma linha de água a que corresponde um vale de acentuado perfil topográfico (Vale Verde), esta parte do aglomerado teve como origem a instalação de moinhos de vento.

Como uma evolução que consistiria na fixação de construções ao longo dos caminhos rurais, a Vila das Areias desenvolve-se lentamente até ao século XX e de um modo pontual, ficando apenas definidas duas bandas ao longo da estrada mais a Norte (orientação O/E). Com a construção, nos anos 30, de uma fábrica de moagem de cereais e, posteriormente nos anos 60, de outras unidades industriais, inicia-se um pequeno impulso no crescimento desta zona, implantando-se pequenos bairros habitacionais de iniciativa privada e municipal, sempre de uma forma pontual.

A partir dos anos 60, com a construção dos primeiros blocos de habitação colectiva no Bairro de Santa Cruz (junto à EN 118), inicia-se o tipo de ocupação baseada na construção para venda que desde essa altura se vem instalando com a mesma variação de tipologias atrás referidas.

O distanciamento entre os diversos pontos de construção e as diferentes tipologias de construção caracterizam este segundo núcleo do aglomerado pela sua falta de homogeneidade, onde a única estrutura palpável assenta no traçado dos caminhos públicos (outrora caminhos rurais), e na configuração da propriedade rústica.

Podemos assim resumir a evolução do aglomerado de Benavente através de cinco fases de crescimento:

- 1≥ Crescimento tipicamente medieval correspondendo ao primeiro núcleo implantado entre o século XII e o século XIV.
- 2≥ Crescimento implementado pelo desenvolvimento económico a partir do século XV e que se desenvolve para Norte do primeiro núcleo até ao século XVIII.
- 3≥ Crescimento para Sul, fora dos limites do aglomerado urbano, que no princípio do século XX, ainda detém um carácter suburbano.
- 4≥ Crescimento motivado pela necessidade de alojamento após o terramoto de 1909, organizando-se a parte Sul do primeiro núcleo do aglomerado e que satisfaz as necessidades de expansão durante cerca de 40 anos.
- 5≥ O crescimento iniciado entre as décadas de 60 e 70 e que se baseia na promoção de construção para venda, caracterizando a evolução do aglomerado até aos dias de hoje.

4.1.1. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLOGICA DE BENAVENTE

O aglomerado urbano de Benavente apresenta-se dividido em três zonas a que correspondem tipos de malha urbana morfológica e cronologicamente distintas:

- ≥ Uma malha que corresponde a um primeiro núcleo de implantação, com características orgânicas, e que teve o seu período de formação compreendido entre o século XIII e o século XVIII.
- ≥ Uma malha de carácter ortogonal que organiza, no princípio do século XX, uma área que vinha ser ocupada desde o século XVII, e que até meados desse século manteve características suburbanas.
- ≥ Uma ocupação de terreno suburbano que se verifica a partir dos anos 60, e que não constitui propriamente uma malha mas sim um conjunto de intervenções pontuais.

A primeira malha, condicionada na sua formação pelas características do planalto “peninsular” onde se implantou, teve dois períodos de formação, a que correspondem morfologias sensivelmente diferentes.

O primeiro período de formação, entre os séculos XIII e XVI, compreende uma malha que se organiza segundo dois eixos transversais – relativamente à forma longitudinal do planalto – e um eixo longitudinal que se interceptam na antiga Praça da Vila. Toda a área situada a S. O. Do eixo longitudinal e a S. E. do segundo eixo transversal adquiriu uma característica interiorizada, facto que se deve à situação de contenção no crescimento do aglomerado, não ultrapassando, até meados do século XVIII, a linha que constitui hoje o troço da EN 118.

Ao segundo período corresponde a expansão do aglomerado para norte que se organiza segundo três eixos longitudinais e um transversal. Ligada a transformações económicas, a alteração da hierarquia à do espaço urbano surge como consequência das necessidades funcionais, resultantes da implantação de um novo porto fluvial a Norte do aglomerado, de que é espelho a localização da nova Praça da Vila.

Apesar disto, toda a malha que compõe este primeiro núcleo urbano manifesta as mesmas características de composição de quarteirões. De forma quadrangular ou alongada estes são geralmente ocupados com construção na sua periferia.

No primeiro caso as construções implantam-se em lotes que se desenvolvem até no interior do quarteirão composto por pequenos quintais correspondentes aos lotes, grandes áreas livres resultantes de casos particulares da divisão cadastral ou, nalguns casos, ocupados com construção em volta dum pátio de características semi-públicas.

No tipo de quarteirão alongado, nomeadamente aqueles que se localizam periféricamente, é vulgar a constituição de lotes que se confrontam com dois arruamentos, definindo assim a característica tardoz dum deles.

Há ainda a referir os casos particulares de aglomeração de construções que não compõem propriamente um quarteirão, uma vez que se localizam junto às encostas do planalto, e que caracterizam as faces Norte e N.E. do aglomerado e uma pequena área N.O.

A constituição dos lotes – sua forma e dimensão – fornece-nos dados relativos a uma hierarquia dos espaços que está directamente relacionada com a própria evolução do aglomerado.

A implantação de habitação em lote de maior dimensão, a que frequentemente corresponde uma vasta área no interior do quarteirão, tem como antecedentes uma tipologia de “casa assolarada”, caracterizando de uma forma genérica a envolvente das duas praças e os principais eixos de desenvolvimento deste núcleo. A forma do lote estreito que se alonga no interior do quarteirão tem a sua origem intimamente ligada à habitação da população de fracos recursos e caracteriza genericamente a parte N.O. e Sul deste núcleo.

FIGURA 279 - NÚCLEO URBANO



O extremo N.O. e a face Este e N.E. detêm características de construção diferentes uma vez que são dominadas por armazéns e celeiros. A zona Este e N.E., sempre foi vocacionada para a habitação; não só por se tratar da face climatericamente mais desagradável como também porque sempre esteve ligada quer à actividade comercial quer à situação de atravessamento do trânsito interlocal ao longo do arruamento que envolve este núcleo do aglomerado nas faces N.E e Sul.

A segunda malha corresponde ao crescimento que, a partir do século XVII, se verificou para sul do primeiro núcleo do aglomerado. Compreendendo também dos dois períodos de formação perfeitamente distintos esta área consolida-se como espaço urbano nos primeiros 50 anos do século XX.

Ao primeiro período de formação corresponde a definição de um grande terreiro em forma de trapézio alongado e que deriva do traçado de dois caminhos de acesso ao aglomerado e que nele convergem. Na composição deste espaço verificam-se dois modos de implantação de construções, uma de carácter orgânico a que corresponde a ocupação das faces S.U. e N.E., e

outra que, nos finais do século XIX se situava numa área periférica, detinha já um carácter urbano que compreende a definição dum quarteirão rectangular e de uma rua.

Este espaço, que constitui durante muito tempo um recinto de feira, adquire no século XX um carácter urbano com a sua transformação em zona verde onde é implantada a nova igreja matriz (anos 40) e que, pelas suas características e dimensão, resulta num espaço, impar em todo o aglomerado.

Compreendida no mesmo período de formação, a implantação de construções ao longo do troço da EN 118, que delimita o primeiro núcleo urbano, tem as características orgânicas resultantes da implantação de construções ao longo de um caminho preexistente.

Esta rua apresenta uma característica particular que resulta da sua topografia e que dá origem a dois níveis distintos no arruamento.

A constituição do lote neste período de formação é de certo modo análoga à do primeiro núcleo, verificando-se um maior peso do lote estreito; onde os lotes de maior dimensão terão sido originados mais pela instalação de armazéns e celeiros do que propriamente por habitações “assolaradas” uma vez que durante muito tempo, esta zona deteve características suburbanas.

Com efeito o desenho da malha ortogonal – definindo quarteirões rectangulares – que organiza todo o espaço a S.E. da EN 118 e a S.O. do grande terreiro, ao contrário do que se poderia pensar, estava definido antes do sismo de 1909. Aquilo que seria um projecto a longo prazo acabou por ser acelerado com a reconstrução após este sismo.

Esta situação dá origem a uma outra inovação, desta vez em termos construtivos. A construção de bairros habitacionais para realojamento da população afectada, condicionada que foi em termos de economia de tempo e de construção, levou à solução de construção em série a partir dum modelo - tipo.

Construídos na nova zona do aglomerado, estes bairros – “Diário de Notícias”, “Cidade do Porto” e “Municipal” – constituíram em si um modelo que muitas vezes foi repetido, pontualmente ou em pequenas séries, durante o preenchimento desta nova malha.

Satisfazendo as necessidades de crescimento do aglomerado até aos anos 60, o preenchimento desta malha conduziu a uma certa heterogeneidade das suas construções como consequência da própria evolução dos métodos construtivos.

Assim, além dos bairros atrás referidos, implantam-se nesta malha urbana diferentes tipologias de habitação – desde a unifamiliar à plurifamiliar – e diferentes tipologias funcionais. Neste último caso são exemplo o Hospital e as Escolas de ensino primário – exemplos que se afastam da própria configuração urbana de quarteirões – e diversos tipos de instalação de carácter industrial e de armazenagem.

Já nos anos 80 verifica-se uma intervenção que vem alterar a própria configuração da malha. Existindo na sua parte Norte dois quarteirões com uma dimensão suficientemente grande, inicia-se a construção no interior dum deles provocando uma situação de rompimento na sua configuração.

Já desde o século XIX que estava definida a estrutura viária principal na envolvente Sul do aglomerado onde a implantação da malha atrás referida traduzia a tendência de crescimento para S.E. entre dois eixos – a EN 118-1 e EM 515.

Esta tendência continua a efectivar-se até aos anos 70, começando por se salvaguardar uma faixa de terreno para instalação de equipamento, ao longo da avenida transversal entre os dois eixos, e que tem vindo a ser ocupada até hoje por uma tipologia de construção isolada que compreende, na envolvente de duas dessas construções, uma zona verde de utilização pública.

A habitação social caracteriza genericamente as intervenções urbanas dos anos 60 que se concentram numa outra faixa transversal a S.E. da primeira.

Baseadas na repetição de duas tipologias construtivas definem-se duas áreas residenciais com morfologias urbanas distintas.

A primeira, a N.O. e a menor, é caracterizada por quarteirões rectangulares definindo uma malha algo análoga à do princípio do século XX embora a uma menor escala.

A segunda, a S.E. e com maior área de implantação, deriva de uma tipologia de moradias em banda que dá origem em parte do bairro à formação de quarteirões com o interior acessível que resulta num pequeno espaço público ajardinado. Esta intervenção distingue-se essencialmente pela descontinuidade das bandas criadas e pelas características próprias do projecto tipo, nitidamente inspirado na arquitectura popular de características rurais.

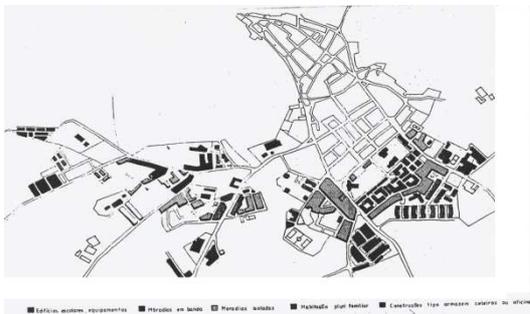
A tipologia de moradias em banda caracteriza, até aos anos 80, os chamados “bairros de habitação social” que, pontualmente ou não, vêm a implantar-se na envolvente do aglomerado.

Pode-se inscrever a implantação de zonas residenciais baseadas na moradia isolada numa envolvente da zona ocupada com equipamento e “habitação social”, a N.E. da EM 515. a S.E.

ao longo dum arruamento transversal e a S.O. da EN 118-1. Nesta última, compreendendo maiores área de implantação, definem-se arruamentos interiores em que, se recorre frequentemente a impasses.

Toda esta zona a S.O. da EN 118-1 é também aquela que apresenta maior variedade tipológica de construção e de ocupação de espaço; compreendendo a instalação de algum equipamento desportivo – campo de futebol e futuras piscinas municipais – e zonas residenciais mistas de habitação em moradias e blocos plurifamiliares em banda e isolados. Esta é também a área de consolidação mais recente havendo hoje em dia lotes por ocupar.

FIGURA 380 - SEGUNDO NÚCLEO DE AGLOMERADO



O segundo núcleo de aglomerado de Benavente, fisicamente separado do primeiro por uma linha de água associada a um vale, é caracterizado por uma heterogeneidade resultante da sua recente formação onde a rede viária representa a sua única estrutura identificável.

O desenvolvimento dos arruamentos desta zona apresenta uma estrutura “em leque” que converge na EN 118. Esta estrutura insere-se em todo o complexo viário da envolvente Sul do aglomerado com origem nos caminhos rurais que nele convergem e que foi condicionado pelas características do planalto onde Benavente se implanta. As sucessivas bifurcações do eixo que delimita a S.O. o núcleo primitivo de aglomerado traduzem-se estruturalmente num grande “eixo marginal” que contorna a zona da lezíria em forma de bacia e donde derivam para sul toda uma série de eixos de desenvolvimento que pontualmente se bifurcam também.

Nesta zona, vulgarmente denominada por Vila das Areias, podem-se distinguir dois grupos com ocupações de espaço distintas.

O primeiro corresponde à implantação das construções em banda ao longo dos arruamentos pré-existentis, em especial incidência no “eixo marginal”. Este modo de implantação detém ainda as características da formação do espaço urbano numa forma orgânica e corresponde à primeira fase de implantação neste núcleo.

Ao segundo grupo corresponde um tipo de ocupação pontual que através da organização de espaços entre os diversos eixos de desenvolvimento, dá origem a malhas independentes, compreendendo não só uma diversidade da ocupação do solo como também das tipologias de construção. O modo disperso com se têm implantado os conjuntos de construção não permite a identificação de zonas tipologicamente distintas; no entanto, pode-se apontar que as

moradias em banda se situam pontualmente na periferia S.O. desta zona (correspondendo maioritariamente a construção de cariz económico) que a habitação plurifamiliar se implanta preferencialmente junto dos eixos estruturalmente mais importantes e que as moradias isoladas ocupam dum modo geral áreas mais interiorizadas entre os eixos de desenvolvimento.

A heterogeneidade desta zona caracteriza também a utilização do terreno que, apesar de ter ainda características rurais, é pontuada por instalações de carácter industrial.

A zona a Oeste da EN 118, entre o núcleo primitivo do aglomerado e a bifurcação para a Vila da Areias, tem uma ocupação relativamente recente e essencialmente, ligada à pequena indústria, com a instalação de oficinas e armazéns, ocupação esta que caracteriza também parte das construções a Este daquela estrada.

Na envolvente do aglomerado de Benavente verifica-se, genericamente, uma ocupação de características rurais. No entanto, surgem áreas com uma ocupação de baixa densidade que se estendem ao longo dos arruamentos existentes e que corresponde a áreas onde a propriedade rural tem sido sistematicamente fraccionada em lotes de 5000 m² nos últimos 10 anos. Estas áreas são utilizadas heterogeneamente por habitação efectiva, segunda habitação (sazonal ou temporária), algumas construções de carácter industrial e de armazenagem, instalações agro-pecuárias numa coexistência generalizada com uma agricultura de subsistência ou a tempo parcial.

4.2. PROCESSO DE FORMAÇÃO DO AGLOMERADO DE SAMORA CORREIA

As origens do aglomerado de Samora Correia são desconhecidas, no entanto, segundo um documento de 1295 que refere “No termos de Palmela, foram construídos ou edificados o que chamam Belmonte e a vila que se chama Samora Correia, e a outra vila vulgarmente chamada Canha...” (Doc. ref. em art.º do Padre Camilo Neves Martins), o que a confirmar-se apontará para que o aglomerado tenha surgido na sequência da conquista aos Mouros a Sul do Tejo.

Referida no Século XIV como “ (...) povoação florescente, rica em cortiça e cereais (...)” depreende-se como a sua implantação teria dependido da proximidade do Rio Almansor. A referência a “povoação florescente” não pode ser encarada de outra forma senão a partir das trocas comerciais de produtos agrícolas efectuadas nesta altura através deste rio (também designado por Ribeira de Canha) e do rio Sorraia.

A configuração do primeiro núcleo de Samora Correia (que se pode definir entre o Rio Almansor, o Largo 25 de Abril, a EN 118 e a Praça João Fernandes Pratas), confirma a íntima ligação com rio através da orientação dos arruamentos que se desenvolvem paralelamente a Este.

É impossível determinar com exactidão as primeiras fases de implantação, mas atendendo à importância das comunicações fluviais e à existência nessa altura dum porto a N.O. do aglomerado, aponta-se como hipótese que a característica de implantação segundo eixos paralelos ao rio tenha sido a mais primitiva. A sequência das ruas 31 de Janeiro, Dr. Manuel S. B. Gonçalves e Azevedo Gneco, compreendendo uma continuidade tanto para S.O. como para N.E., através do que seriam caminhos rurais, e comunicando directamente com a Praça da Vila, terá tido nos seus primórdios características de rua principal. Assim, podemos apontar a Rua Coronel Moura Mendes como rua secundária em que a sua ocupação na face NO ter-se-á verificado com construções directamente ligadas ao rio através da actividade piscatória e mercantil.

Será também dos primórdios do aglomerado a localização da Praça da Vila, actual Praça da República. Sendo usual o facto da origem das praças prender-se com a existência de edifícios de cariz religioso ou administrativo, no caso desta Praça apenas se pode tomar isto como pressuposto, uma vez que Samora Correia se torna sede de concelho apenas no século XVI e a igreja matriz mais remota de que se tem notícia data de 1581 (início de construção). No entanto, se atendermos ao facto de que o sismo que afectou Benavente em 1531 ter também afectado Samora Correia surge como hipótese de que esta igreja tenha sido resultado duma substituição de outra anterior. Por outro lado, o Hospital e Capela do Espírito Santo, edifícios cuja construção data do século XV na actual Rua Almirante Cândido Reis, será um ponto de referência a considerar uma vez que as construções desta irmandade se localizavam normalmente em locais centrais.

Como a construção do Palácio do Infantado no século XVIII terá sido, provavelmente, em terreno da Praça, o Hospital e Capela seriam até esta altura, senão fronteiros, pelo menos próximos dela, apontando assim a localização desta praça como anterior ao século XV e certamente a primeira.

Definida desde início, a estrutura longitudinal do aglomerado vai condicionar a sua própria evolução. Esta estrutura é consolidada a partir do momento em que se definem dois largos nos extremos da vila.

O primeiro a S.O. e na sequência dum arruamento bastante largo de acesso ao aglomerado – correspondente hoje às ruas 31 de Janeiro e do Amparo – resulta de uma encruzilhada de

caminhos rurais e um outro de acesso ao porto. Denominado hoje por Largo 25 de Abril, foi ocupado a partir do século XVIII por construções directamente ligadas à armazenagem de produtos agrícolas e relacionados com a própria actividade mercantil que se efectuava via fluvial.

O segundo denominado hoje Largo Prof. João Fernandes Pratas, surge como uma confluência de ruas num único caminho, paralelo ao rio, de acesso aos campos a N.E. e à zona da Lezíria através do atravessamento do Rio Almansor a montante.

As ligações interlocais representam sempre um papel importante no delineamento, não só dos caminhos que envolvem um aglomerado como também da própria configuração da sua estrutura., terá sido este factor que mais influenciou o traçado dos arruamentos transversais.

Numa primeira fase de implantação do aglomerado as três ruas que se desenvolvem perpendicularmente ao rio terão tido fundamento no próprio papel que este representava na vida da população, nomeadamente como via de comunicação. Por outro lado o facto da “Estrada Real de Salvaterra ao Montijo” passar a cerca de dois quilómetros a S.E. do aglomerado originou caminhas de acesso a este, definindo uma estrutura radiante a partir do seu núcleo primitivo e que, numa fase primária de implantação, determinou o traçado das ruas Associação Comercial de Lisboa – rua principal de acesso à Praça a partir de S.E. – e Popular – como acesso ao porto.

Já numa segunda fase de implantação do aglomerado, que se pode apontar entre o século XV e o século XVIII, o seu perímetro alarga-se na direcção Este através da implantação de construções ao longo da rua que hoje se denomina por Clara Passos Esteves. Esta rua, que resulta numa alteração à característica sensivelmente ortogonal da malha até aqui definida, terá tido origem no caminho que estabelecia o acesso a vila a partir de Este.

Intimamente ligada à formação daquela rua está a definição do eixo que irá determinar a configuração estrutural que o aglomerado hoje apresenta. Funcionando actualmente como eixo principal, o traçado da EN 118 não se terá definido integralmente mas sim numa evolução que dependeu de diversos factores.

A ligação com os terrenos a SE e o acesso ao aglomerado a partir de Este (vindo de Benavente), terão estado na origem do troço entre este e a ponte sobre o rio Almansor (onde se localiza a actual ponte e onde se juntava à “Estrada Real de Salvaterra ao Montijo”). A crescente importância deste acesso terá influenciado a implantação das construções a Este do aglomerado (atrás referidos), dando mais tarde origem a um quarteirão definido pela Rua Clara Passos Esteves, Av. Século (EN 118) e Rua Elias Garcia, cuja forma triangular traduz a dinâmica da sua formação.

O prolongamento para S.O. deste eixo terá sido influenciado pela intensificação da utilização de um outro porto no Sorraia, a jusante da foz do Almansor. Constituindo o Sorraia, um meio de comunicação por excelência, é natural que a actividade mercantil, nomeadamente o escoamento de produtos agrícolas, a partir de certa altura se efectuasse directamente neste rio. A existência deste porto, no local cujo nome derivou em Porto Alto, perde-se um pouco no tempo, adivinhando-se que seja bastante remota a sua implantação uma vez que já no século XVIII este local se denominava Porto Velho.

Este local, além de ter influenciado o crescimento longitudinal de Samora Correia, veio sempre a deter grande importância como ligação interlocal, característica que hoje apresenta e de que se fará referência mais adiante.

Com foral desde o século XVI (1510) – atribuído por D. Manuel I – Samora Correia desenvolve-se como sede de um concelho relativamente extenso, compreendido entre o rio Almansor e a extrema Sul do actual Município de Benavente, e no qual foi integrado em 1836. No entanto a sua estrutura administrativa sempre dependeu, directa ou indirectamente, de Casa Nobre, como a dos Duques de Aveiro e da própria Casa Real com a constituição em 1654 do caso do Infantado. Detentoras da maioria dos terrenos do concelho, estas Casas representavam um importante papel na própria vida económica deste. Extinta a família dos Duques de Aveiro, em 1759, e integrados os seus bens na Casa do Infantado, consolida-se a posição desta última na vida do concelho.

Foi portanto no século XVIII que se constroem, além das dependências da Casa Real na Quinta da Murteira, como residência de campo, dois edifícios que modificam significativamente o núcleo da vila.

O primeiro, construído entre 1718 e 1721, foi a nova Igreja Matriz – Igreja da N. Sra. Oliveira – que vem substituir a primitiva igreja e que, pelas suas dimensões, define um novo perfil no aglomerado.

O segundo, construído na segunda metade do século XVII, foi o Palácio do Infantado. Desconhecendo-se a configuração da Praça da Vila antes desta construção surge a dúvida se a implantação do Palácio resultou da ocupação de um quarteirão preexistente se, pelo contrário, foi construído em terreno da Praça.

A primeira hipótese resulta da possibilidade do pressuposto quarteirão ter sido bastante danificado pelo sismo de 1755, justificando, embora com certas reservas, a viabilidade duma substituição do quarteirão pelo Palácio.

A segunda hipótese é mais provável, resulta da própria configuração da malha em que a Praça seria definida pelo cruzamento de duas ruas de orientação S.O./N.E. com outras duas com orientação N.O./S.E., definindo-se assim um terreno quadrangular. Por outro lado a localização do Hospital e Capela do Espírito Santo, com frente para a actual Rua Almirante Cândido dos Reis, pressupõe, atendendo à importância que os edifícios desta Irmandade detinham no século XV, que teriam sido localizados em local privilegiado, neste caso fronteiras à Praça. Além do mais salienta-se a contradição existente entre a orientação longitudinal da actual igreja matriz, e a orientação transversal da actual Praça.

Sendo Samora Correia sede de concelho até ao século XIX põe-se a questão da localização do que seria o edifício dos Paços do Concelho. Não havendo dados concretos sobre este edifício, adianta-se uma hipótese que se prende com uma referência toponímica. O facto da Rua Azevedo Gneco se ter denominado anteriormente como Rua da Cadeia, apresenta-se como um dado importante uma vez que era habitual as instalações prisionais estarem ligadas à própria administração concelhia. Sendo esta rua uma das mais antigas do aglomerado e confinando esta Praça da vila, aponta-se quase como certo que a sua localização coincida com o edifício que faz esquina entre a Rua Azevedo Gneco e a Praça da República.

Com a extinção da Casa do Infantado em 1834 são colocados em hasta pública todos os bens que não foram integrados na Fazenda Real, onde se incluem os vastos terrenos do antigo concelho de Samora Correia e imóveis construídos, como o Palácio e as dependências da Quinta da Murteira além de toda uma série de construções de carácter agrícola.

Formada com o intuito de gerir a exploração das zonas da Lezíria, a “Companhia das Lezírias do Tejo e Sado” adquiriu todos estes bens da extinta Casa do Infantado, sendo ainda hoje detentora de metade da área da freguesia de Samora Correia.

Dedicada essencialmente à exploração agrícola, a CLIS estabelece a partir desta altura a sede da sua Segunda Administração em Samora Correia, gerindo assim, não só a exploração dos terrenos nesta freguesia, como também toda a zona de Lezírias do Tejo. Este facto, além de se revestir de uma grande importância para a vida do aglomerado em termos económicos, tem reflexos na sua própria evolução em termos urbanos.

Como consequência da intensificação da actividade agrícola nas zonas da Lezíria, a construção da ponte sobre o Sorraia no Porto Alto, vem de algum modo estreitar as ligações com a margem Norte do Tejo, onde o atravessamento deste rio seria feito de barco.

Isto vem consolidar a importância do novo eixo de Samora Correia, a Av. O Século, pelo que no século XIX, as novas construções vão ocupar prioritariamente este novo eixo, incidindo especialmente na sua face N.O., completando a pouco e pouco os quarteirões que vinham a

ser definidos desde a primitiva malha, e em pontos notáveis a S.E., como cruzamentos com caminhos rurais – Rua dos Operários Agrícolas e Meloal do Contrato.

Em consequência da intensificação da actividade agrícola, implantam-se, durante o século XIX e princípios do século XX, novas construções relacionadas com esta actividade no extremo S.O. do aglomerado – zona que desde sempre esteve vocacionada para este tipo de instalações – e no extremo N.E., com construções não só deste tipo como também para habitação – com a finalidade de alojar empregados da C.L.T.S.

Tal como em Benavente o sismo de 1909 provocou alterações significativas no aglomerado de Samora Correia. Segundo descrições da altura, as ruas mais afectadas teriam sido aquelas com orientação N.E./S.O., embora as derrocadas tivessem surgido um pouco por todo o lado.

Embora o número das construções afectadas tivesse sido idêntico ao de Benavente, a reconstrução de Samora Correia nunca teve o impacto urbanístico dos “Bairros Novos” na sede de concelho (ver Tomo I Capítulo I). Além das reconstruções pontuais apenas se verificou o mesmo tipo de construção em série na antiga Rua do Grilo. Denominada hoje por Rua Associação Comercial de Lisboa esta rua foi reconstruída no âmbito de subscrições públicas com este fim e da responsabilidade da associação que lhe deu nome. Estas construções foram substituídas quase na sua totalidade, restando hoje quatro exemplos na face SO da rua. A modificação do perfil desta rua, tornando-se mais larga junto à praça, é um espelho das alterações que certamente sofreram outras rua de Samora Correia e de que não existe documentação suficiente para que possam ser referidas em pormenor.

FIGURA 481 - AGLOMERADO DE SAMORA CORREIA



Nos trinta anos seguintes verifica-se o preenchimento da malha primitiva que, apesar de estar definida, apresentaria ainda alguma descontinuidade. Nascendo Samora Correia num local sem grandes condicionantes físicas, sempre se verificou um certo grau de dispersão nas construções nas zonas mais periféricas – característica que hoje detêm estas zonas com a agravante de se terem tornado mais extensas. Por outro lado esta descontinuidade seria natural face às consequências do sismo de 1909 em que a reconstrução se teria prolongado durante bastante tempo.

De formação relativamente recente, a Av. O Século mostrava também até esta altura, e em especial na sua face S.E., o mesmo carácter descontínuo nas suas construções, carácter este que em pouco tempo vai perder, em consequência da própria função estrutural desta via.

Na malha primitiva, a maior alteração à sua configuração verifica-se na Rua 31 de Janeiro onde o seu perfil largo permite a criação duma nova banda de construções, dando assim origem a uma nova rua hoje denominada por Rua do Amparo.

Nesta altura o desenvolvimento longitudinal do aglomerado limita-se, no extremo N.E., a construção ao longo da rua do Vento (actual rua do Povo Livre) e da Rua Clara Passos Esteves, enquanto que no extremo S.O., intensifica-se a construção no caminho ao longo do rio, definindo duas rua até à Fonte dos Escudeiros. Esta fonte, de existência anterior ao século XVIII, terá estado na origem do próprio caminho.

À semelhança do que aconteceu em Benavente, a partir dos anos 60 verifica-se um novo modo de constituição dos espaços urbanos que assenta na promoção de terrenos e construção para venda.

As intervenções urbanas entre os anos 60 e 80 vêm a incidir especialmente a Norte da EN 118 com a criação de novas zonas habitacionais a S.O. e a N.E., do aglomerado, em que a existência do rio e da EN 118 paralela a este como elementos estruturantes continua a determinar o crescimento longitudinal do aglomerado.

No princípio dos anos 60 implantam-se a S.O., dois bairros de habitação económica e, já nos anos 70 com o Bairro de N.ª Sª. da Oliveira, urbanizam-se 12 ha de terreno cuja ocupação dos lotes então constituídos se tem prolongado até aos dias de hoje. A configuração destes novos espaços urbanos afasta-se nitidamente das características que definem o núcleo primitivo do aglomerado. Ocupando uma área sem outras pré-existências além das estradas que a delimitam a N.O. e a S. E., e com as instalações da Companhia das Lezírias como condicionante, estes bairros desenvolvem-se numa malha nitidamente autónoma.

A ocupação da área N.E. do aglomerado é feita de um modo um pouco diferente uma vez que compreende uma certa sequência do desenvolvimento longitudinal da malha pré-existente. Constituído por moradias em banda, o Bairro 28 de Setembro desenvolve-se ao longo dum arruamento que nasce no Largo Prof. João Fernandes Pratas e que se desenvolve para Este. Em meados dos anos 70, a urbanização do Bairro da Esteveira, vem dar sequência a este desenvolvimento com o prolongamento da Rua 28 de Setembro que assim adquire características de eixo distribuidor. Tal como aconteceu com o bairro de Nª Sª da Oliveira, este bairro tem vindo a ser preenchido até hoje com moradias e blocos plurifamiliares.

A existência, a SO do Bairro de Nª Sª da Oliveira, de uma unidade industrial e a Este do Bairro da Esteveira, de uma unidade agro-pecuária, vão funcionar como barreiras ao crescimento longitudinal do aglomerado. Assim, entre os anos 70 e 80 inicia-se uma intensificação da ocupação dos terrenos a Sul da EN 118 que, até aqui, se tinha verificado dum modo pontual.

Começando por se localizar ao longo dos caminhos para SE, como na Rua Meloal Contrato, a construção de habitação surge também através de intervenções que já compreendem uma organização do espaço urbano. Disto é exemplo o Bairro das Acácias que ocupa uma parte da face SE da EN 118.

A constituição de novas zonas residenciais e o crescimento populacional – consequência de factores diversos como os novos troços rodoviários e a instalação da indústria no Porto Alto – vem criar necessidades a nível de equipamentos que, à falta de terrenos a Norte da EN 118, se começam a instalar a Sul desta estrada. Manifesta já antes dos anos 70 com a instalação do campo de futebol e do edifício da Casa do Povo, esta tendência da localização de equipamento conduziu, a partir dos anos 80 à aquisição, por parte da Câmara Municipal de Benavente, duma vasta área a SO e a NE da estrada do cemitério. É nesta área que se têm vindo a instalar toda uma série de equipamentos, desde desportivos e de ensino até a espaços polivalentes, e que hoje constitui um núcleo perfeitamente definido em termos funcionais. É também a partir dos anos 80 que, na sequência do crescente aumento populacional e da consequente intensificação da procura de habitação, surgem novas zonas residenciais a Sul da EN 118.

A Este do aglomerado implanta-se a urbanização do Arneiro dos Corvos. Praticamente constituída por blocos de habitação colectiva (um dos quais uma torre de 12 andares que altera significativamente o perfil do aglomerado), esta urbanização compreende um centro comercial e uma ampla zona verde. Entre a Estrada do Cemitério e a Rua Meloal Contrato, a Sul do aglomerado, implanta-se um bairro de iniciativa camarária. Segundo directivas do Plano elaborado em 1976 pelo Prof. Costa Lobo, esta vasta área denominada por sectores 4 e 16 é urbanizada com moradias em banda e blocos plurifamiliares. A Sul do Bairro N.ª Sª de Oliveira implanta-se a urbanização do Arneiro da Lagartixa constituída por blocos de habitação em banda.

Estas três zonas de habitação que se têm vindo a completar até aos dias de hoje, apresentam-se inscritas num semi-círculo com centro no núcleo primitivo do aglomerado, manifestando assim a tendência da sua expansão.

A pontualidade da implantação das zonas residenciais a partir dos anos 60, surgindo independentes entre si e apresentando diferentes configurações do espaço urbano e de tipologias de construção, vêm-se a traduzir, tal como em Benavente, numa descaracterização da morfologia do aglomerado.

A existência do nó viário do Porto Alto, a partir dos meados do século XX, não só constitui um factor decisivo na formação deste núcleo urbano como também influenciou grandemente a evolução do aglomerado de Samora Correia nos últimos anos.

Relativamente autónomo de Samora Correia, o Porto Alto apresenta características perfeitamente distintas daquele aglomerado como resultado da particularidade da sua localização e do seu modo de formação.

A ocupação desta zona ter-se-á iniciado antes do século XVIII com construções que, de algum modo, estariam ligadas ao porto fluvial que existia a jusante da foz do rio Almansor.

Este lugar, que a partir desse século se denominaria por Porto Velho, nunca deixou de se relacionar com o rio, quer através da actividade piscatória, quer através do escoamento dalguns produtos agrícolas. Assim, até ao século XX, o Porto Alto (ou Porto Velho) mantém o seu carácter rural, embora com uma densidade de ocupação maior que a habitual.

Estas características vêm a ser ligeiramente alteradas quando, em meados do século XIX, se constrói a ponte sobre o Sorraia que, estabelecendo ligação com a zona agrícola das Lezírias e facilitando o próprio acesso à margem Norte Tejo, vem fomentar a construção nesta área. Apesar de conservar o seu carácter rural, surge no Porto Alto um ponto de aglutinação de

construção junto ao local onde hoje cruza a EN 10 com a EN10-5 e ao longo desta última a qual, ficando definida a partir desta altura, vai constituir o primeiro elemento estruturante.

É só a partir dos anos 50, com a construção da EN 10, respectiva ligação à margem Norte do Tejo e com o prolongamento da EN 118 até ao Montijo, que se estabelece a estrutura viária que não só vai condicionar o Porto Alto em termos urbanos como também vai ser o principal factor no seu desenvolvimento. Passando a fazer parte de um percurso rodoviário nacional, começa a verificar-se um aumento de construções, desta vez incluindo já algumas instalações comerciais e restaurantes.

A partir dos anos 60, e na sequência dum progressivo aumento da procura de terrenos na área periférica de Lisboa, intensifica-se a construção que, para além do comércio, restaurantes e habitação, começa a incidir nas instalações industriais.

A instalação de restaurantes e comércio, juntamente com a habitação, que por seu lado prolifera um pouco por toda a parte, vai incidir especialmente junto ao cruzamento da EN 10-5 com a EN 10, prolongando-se dum modo aglutinado ao longo da primeira e numa forma mais pontual ao longo da segunda.

A instalação de indústria, que até meados dos anos 70 se vinha a instalar dum modo pontual e pouco representativo, vem na sequência do Plano do Prof. Costa Lobo, a localizar-se a Norte da EN 10, e a Este da EN 118.

A implantação da habitação, que até aos anos 70 se tinha verificado genericamente de um modo pontual, surge a partir desta altura de um outro modo. À semelhança de Samora Correia e de Benavente, constituem-se zonas residenciais através de projectos de urbanização que vão incidir especialmente a Sul da EN 10, junto ao cruzamento com a EN 118, definindo-se assim um segundo núcleo de construção.

Não se pode afirmar que hoje em dia o Porto Alto constitua um aglomerado urbano, uma vez que, face à sua recente formação e às características especiais de que este facto se revestiu, é composto por dois núcleos de construção sem que haja uma homogeneidade morfológica ou se possam definir limites urbanos muito concretos.

Este último ponto prende-se essencialmente com as características que tanto a envolvente do Porto Alto como a de Samora apresentam. O constante fraccionamento da propriedade rústica, através de destaques, loteamento simples ou ordenamentos rurais e respectiva ocupação com habitação, caracteriza toda esta envolvente como uma área de construção dispersa onde

apenas se verifica alguns pontos de concentração ao longo das estradas municipais infraestruturadas.

Resumindo a evolução do aglomerado de Samora Correia, pode-se apontar as seguintes frases:

- ≥ Um primeiro núcleo que se desenvolve intimamente ligado ao rio e que se vem consolidar até cerca do século XVIII
- ≥ Um crescimento ao longo dum novo eixo viário, consolidando a característica longitudinal de crescimento do aglomerado, que se aponta posterior ao século XV e que se prolonga até ao século XX.
- ≥ Um crescimento para os extremos N.E. e S.O. verificado a partir do século XIX como resultado da própria característica longitudinal do aglomerado.
- ≥ Um crescimento de características morfológicas diferentes que, a partir dos meados do século XX, ocupa os extremos do aglomerado – ainda na sequência das fases de evolução anteriores – e a zona Sul da EN 118, que constitui a tendência que hoje em dia manifesta a evolução do aglomerado de Samora Correia.

O Porto Alto apresenta-se como um aglomerado em formação a partir dos anos 50, com dois núcleos distintos e uma vasta área de implantação de indústria.

Há ainda a considerar toda a envolvente de Samora Correia e Porto Alto que, a partir dos anos 60 quando ainda detinha características rurais, se tem vindo a transformar numa zona pouco homogénea de construção dispersa.

4.2.1. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLÓGICA DE SAMORA CORREIA

A configuração que hoje apresenta o aglomerado de Samora Correia compreende, dum forma genérica, dois tipos de espaço urbano cronologicamente delimitados e com morfologias urbanas completamente distintas. No entanto, considerando o primeiro tipo o espaço urbano que se desenvolveu espontaneamente ao longo dum estrutura viária pré-existente e atendendo às condições específicas da formação do aglomerado, será necessário separá-lo em duas fases de implantação, resultando em termos sistemáticos na divisão do aglomerado em três zonas.

Uma corresponde ao primeiro núcleo de implantação, directamente relacionado com o rio, compreendendo uma malha distinta em todo o aglomerado e que teve o seu período de formação entre os séculos XIII e XVII.

Uma zona que compreende toda a envolvente da primeira resultando da expansão longitudinal do aglomerado e da implantação dum novo eixo de desenvolvimento.

Estas duas zonas correspondem a uma ocupação ao longo de estradas e caminhos pré-existentes e a sua consolidação verifica-se até ao século XX.

Uma terceira zona que resulta da ocupação de terrenos periféricos do aglomerado que, a partir dos anos 60 deste século, se verifica de uma forma completamente diferente uma vez que assenta na promoção de terreno e construção para venda.

A primeira zona é característica por uma malha que se desenvolve através de arruamentos paralelos ao rio, adquirindo assim uma estrutura nitidamente longitudinal. Numa apreciação genérica do seu processo de evolução depreende-se uma hierarquia que aponta para dois eixos principais de orientação longitudinal que, ao cruzarem com outros dois arruamentos transversais, definiram a possível configuração original da “Praça da Vila”.

A segunda é composta por quarteirões alongados onde é frequente a confrontação de lotes com dois arruamentos, implicando o carácter principal do arruamento que os delimita a S.E. e o carácter tardoz daquele que os delimita a N.O.. No entanto isto é uma apreciação genérica que deriva da interpretação do seu processo de evolução uma vez que compreende numerosas construções com frente para este último arruamento.

Na terceira faixa os quarteirões detêm características menos homogéneas. A existência da “Praça da Vila” revela-se como um acidente morfológico que tem influência na configuração dos quarteirões que a delimitam a N.E. e a S.O.. Assim, a localização da Igreja Matriz a N.E. da Praça provoca como que um rompimento no quarteirão que a envolve a N/N.E., sem que o seu conjunto deixe de ter carácter longitudinal. Os quarteirões a S.O. da Praça, um dos quais constituído pelo Palácio do Infantado, têm uma orientação transversal condicionada pela existência desta Praça. A S.O., existe ou outro quarteirão cuja forma triangular traduz a dinâmica inerente ao primitivo acesso ao aglomerado. Este acesso compreendia um arruamento bastante largo que afunila na direcção do aglomerado e que foi ocupado parcialmente por uma banda de construção que, já no século XX, se constitui como um quarteirão de características particulares onde os lotes constituídos são integralmente ocupados, confrontando as suas construções com dois arruamentos.

A segunda zona compreende todo o crescimento que se verifica, a partir do século XVII, nas envolventes N.E., S.E. e S.O. do primeiro núcleo.

O crescimento para S.E., motivado pela criação de um novo eixo de desenvolvimento, que constitui hoje a EN 118, pode estender-se em dois grupos de quarteirões. O primeiro compreende três quarteirões que tem uma íntima relação com o primeiro núcleo do aglomerado uma vez que representam a adaptação progressiva da estrutura urbana já definida ao novo eixo de desenvolvimento, acentuando de certo modo o peso dos arruamentos transversais que se prolongam para S.E. Este processo de adaptação manifesta-se na forma dos quarteirões onde a sua maior dimensão dá origem a espaços livres e penetrações no interior destes. O segundo compreende dois quarteirões e é definido por arruamentos que se desenvolve segundo uma estrutura triangular em que a dinâmica da sua forma traduz a dependência na sua formação dos acessos ao aglomerado a partir de Este.

O peso do desenvolvimento longitudinal paralelo ao rio continua a fazer-se sentir com a implantação de construção a N.E. e a S.O. do aglomerado. A N.E. desenvolve-se um arruamento que nasce num largo onde converge toda a estrutura longitudinal do primeiro núcleo e cuja ocupação define duas bandas de construção. A S.O. do aglomerado organiza-se um terreiro – Largo 25 de Abril – donde nascem dois arruamentos paralelos ao rio e outros dois perpendiculares que, através do largo, ligam a EN 118 ao rio. Os primeiros dois arruamentos juntam-se num eixo que se desenvolve longitudinalmente até ao Porto Alto e dão origem a dois quarteirões alongados e duas bandas de construção.

Dum modo geral os lotes nestas duas zonas desenvolvem-se numa forma estreita e alongada confinando com dois arruamentos nos quarteirões alongados ou no interior dos de maior dimensão.

Existem no entanto, alguns casos pontuais cuja forma de implantação deriva da especificidade do edifício em termos funcionais, como são os casos da Igreja e do Palácio, que se distinguem de toda a morfologia urbana envolvente, e de alguns lotes que derivam da instalação de armazéns e celeiros. Destes últimos salientam-se as edificações da Companhia das Lezírias, junto ao Largo 25 de Abril, e outras congéneres um pouco por todo o aglomerado, verificando-se uma ligeira concentração no arruamento que se orienta para N.E. do aglomerado e a Este junto à EN 118.

A envolvente do aglomerado de Samora Correia é estruturada a partir da rede viária que deriva dos caminhos rurais pré-existentes e cujo traçado já se esboçava no século XVII.

Pode-se distinguir a principal característica do aglomerado que assenta num desenvolvimento longitudinal condicionado pelo rio Almansor e pela actual EN 118 paralela a este. Toda a envolvente a S.E. estrutura-se a partir de uma rede viária “radiante” que se concentra na direcção do núcleo primitivo.

É com base nesta estrutura que podemos dividir em três áreas a terceira zona do aglomerado correspondente ao seu crescimento a partir dos anos 60 que, sendo formadas a partir de intervenções urbanas independentes, apresentam morfologias e tipologias diferenciadas. Estas diferenças apresentam-se não só de área para área, como também dentro da mesma.

A primeira área define-se no âmbito de desenvolvimento longitudinal do aglomerado para S.O., entre o eixo marginal do rio e a EN 118, e apresenta-se como a mais heterogénea.

Os dois primeiros bairros, construídos nos anos 60 a S.O. das instalações da Companhia das Lezírias, desenvolvem-se através de estreitos arruamentos transversais onde vigora a moradia unifamiliar, implantadas em grandes perpendiculares à EN 118 ou em pequenas bandas paralelas e oblíquas a esta estrada. A N.O. destes bairros implantam-se as edificações da Escola Primária, envolvidas de certa forma pelas construções ao longo dum dos arruamentos longitudinais.

Para S.O. organiza-se o espaço urbano denominado por Bairro de N.^a S.^a da Oliveira cuja estrutura é definida a partir de um projecto do princípio dos anos 70 e que foi a primeira intervenção que permitiu a urbanização duma área desta dimensão – cerca de 12 hectares. Constituído por quarteirões que se desenvolvem segundo uma estrutura com certas referências orgânicas, este bairro manifesta não só uma heterogeneidade tipológica, com habitação plurifamiliar, moradias em banda e isoladas, como também relativa às características de construção uma vez que o preenchimento da sua malha se verifica até aos dias de hoje.

Frente a este bairro, a S.E. da EN 118, implanta-se uma urbanização que se organiza em bandas de blocos plurifamiliares orientadas paralelamente à EN 118 que em termos sistemáticos se inclui neste crescimento para S.O. A sua construção manifesta-se heterogénea uma vez que se condiciona por projectos tipo que, desde meados dos anos 80, se vêm construindo.

A segunda área, a E/N.E. do núcleo primitivo, está compreendida entre a EN 118 e o arruamento marginal ao rio, inserindo-se assim no desenvolvimento longitudinal do aglomerado. Já ocupada na periferia Oeste, começa por ser organizada no seu interior com um eixo distribuidor – Rua 28 de Setembro – que divide longitudinalmente em dois e que é ocupado com moradias em banda. A implantação de uma banda perpendicular a este eixo dá origem a um acidente no seu traçado, prejudicando assim a sua função.

Estabelecendo a ligação com o arruamento transversal que liga dois primeiros eixos condicionantes – constituindo uma linha que delimita a actual zona urbana – o prolongamento deste eixo para Este é garantido com a construção do Bairro da Esteveira. Neste bairro predominam as moradias em banda, existindo no entanto um conjunto de moradias isoladas na periferia do quarteirão a S.E. – definido pela Rua 28 de Setembro, pela EN 118 e por dois arruamentos perpendiculares – e um outro conjunto de blocos de habitação plurifamiliar numa banda junto à rua 28 de Setembro.

A Norte deste Bairro estão definidos os arruamentos duma nova urbanização que assenta numa malha de cariz ortogonal e que se desenvolve a partir de um eixo que liga a Rua 28 de Setembro ao eixo marginal do rio.

O crescimento do aglomerado para Sul da EN 118 estrutura-se a partir de dois eixos principais de desenvolvimento perpendicular à EN 118 – Rua Meloal Contrato, que vem na sequência do arruamento que liga o Largo a SO do núcleo primitivo à EN 118, e a Estrada do Cemitério, continuação do arruamento que nasce na Praça da Vila.

Na área urbana definida entre estes dois eixos prevalece com maior peso as ligações transversais entre eles e onde se apontam como principais o arruamento mais a Norte, perpendicular, e outro a Sul, do desenvolvimento diagonal. A Norte do primeiro verifica-se uma ocupação com construções em banda ao longo da EN 118 e da Rua do Meloal Contrato – blocos plurifamiliares – e a definição de um quarteirão interior onde predominam as moradias em banda. A Este deste quarteirão permanece uma área por ocupar reservada à construção de equipamento de ensino.

A ocupação para Sul resulta das directivas do Plano de 76 do Prof. Costa Lobo que a define como área residencial com a designação de sectores 4 e 16. Assim para além das duas bandas de moradias ao longo de um arruamento perpendicular à Rua Meloal Contrato – situação anterior a 76 – definem-se três áreas para implantação de equipamento – duas delas já ocupadas -, uma zona com habitação em blocos plurifamiliares e uma vasta área de moradias em banda que se desenvolve para sul e N.E. do arruamento diagonal. Esta última área detém uma morfologia que define, através de bandas e quarteirões, uma estrutura ortogonal e é caracterizada pela repetição de um projecto tipo, o que se traduz numa certa homogeneidade de construção.

Ao longo da Rua Meloal Contrato verifica-se uma ocupação marginal com moradias isoladas e, mais a Sul, com moradias em banda, cuja implantação clandestina se verifica a partir dos anos 60. Por trás desta banda desenvolve-se, segundo um projecto recente, uma zona habitacional ao longo de um arruamento paralelo à rua Meloal Contrato, constituída por bandas descontínuas de habitação plurifamiliar.

A Este da Estrada do Cemitério, compreendida entre esta e um outro eixo de desenvolvimento para Sul da EN 118 – Azinhaga da lagoa dos Álamos – desenvolve-se uma área que hoje é denominada pela instalação do equipamento. Delimitada a Norte por um quarteirão e uma banda marginais à EN 118, esta área é organizada a partir de dois arruamentos transversais que ligam os dois eixos de desenvolvimento que a delimitam. A predominância de equipamento, nomeadamente o desportivo, vem na sequência das indicações do Plano de 76, atrás referido, pelo que parte desta área tem vindo a ser adquirida pela Câmara Municipal de Benavente, desde essa altura. A Sul, para além do cemitério, existe um terreno infraestruturado onde se efectua a feira e os mercados mensais e a Este, junto à Azinhaga da Lagoa dos Álamos, uma zona projectada para habitação em blocos plurifamiliares.

A Este do terceiro eixo de desenvolvimento desenvolve-se uma área urbana caracterizada essencialmente pela habitação plurifamiliar, definindo duas bandas, três quarteirões e um bloco isolado que constitui uma torre de 12 pisos. Apesar de ser servida por uma vasta zona verde – Parque dos Álamos - esta zona detém um elevado índice de ocupação que, aliado à tipologia e características das suas construções, se apresenta descaracterizadora do meio urbano onde se insere.

O Porto Alto apresenta-se como um núcleo urbano relativamente independente de Samora Correia que, apesar da sua recente formação, manifesta pontos de aglomeração identificáveis. Organizado a partir de uma estrutura principal triangular que corresponde ao nó viário composto pelas EN 10, 10-5 e 118, o Porto Alto compreende também uma estrutura pré-existente definida por caminhos rurais e que, duma maneira geral, se desenvolve paralelamente à EN 118.

Em termos sistemáticos podem dividir o Porto em duas partes correspondentes às zonas a Norte e Sul da EN 10.

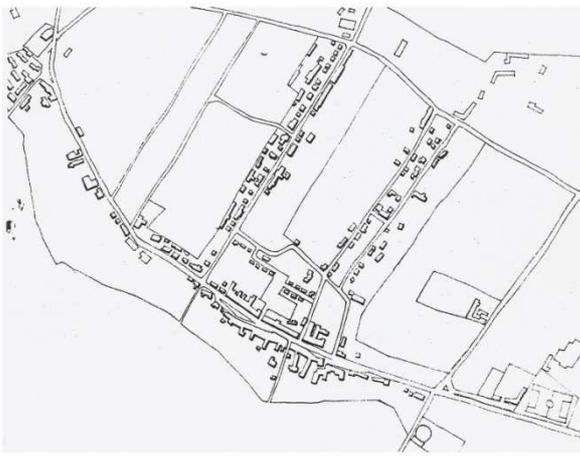
Na primeira zona identifica-se um ponto de aglutinação de construção compreendido entre a EN 10-5 e um arruamento paralelo, a Norte, onde as construções junto à EN 10 correspondem ao primeiro núcleo de implantação. Constituída por dois quarteirões alongados, separados por um arruamento pedestre, esta área de aglutinação é denominada por construções em banda. O primeiro quarteirão a Oeste, é ocupado por instalações comerciais, restaurantes e habitação plurifamiliar. O segundo, para além do mesmo tipo de ocupação, compreende já algumas moradias isoladas junto ao arruamento a Norte. A Sul da EN 10-5, junto ao cruzamento com a EN 10, verifica-se também uma ocupação com habitação plurifamiliar e instalações hoteleiras.

Nesta área predominam as moradias isoladas, acentuando-se a ocupação ao longo da EN 10 e da EN 118, e no interior do triângulo definido pela rede viária principal. Pontualmente surgem pequenas bandas de moradias e instalações diversas, desde armazéns a pequenas indústrias, e ainda uma exploração agro-pecuária a Este da EN 118.

A zona a Sul da EN 10 apresenta-se organizada por eixos de desenvolvimento paralelos à EN 118 e um perpendicular, paralelo à EN 10.

A S.O. do cruzamento destas estradas nacionais localiza-se a área com características mais urbanas. Organizada a partir de uma malha ortogonal que define quarteirões, esta área tem uma ocupação essencialmente habitacional num misto de moradias isoladas e blocos plurifamiliares.

FIGURA 582 - ÁREA A OESTE DA EN 118



A restante área a Oeste da EN 118 apresenta características pouco definidas. Toda uma série de loteamentos que incidiram nos últimos anos na face Oeste do eixo de desenvolvimento paralelo à EN 118 apresentam-se organizados numa forma independente. Apresentam, no entanto, uma característica comum que foi condicionada pela configuração cadastral – o desenvolvimento em arruamentos transversais, ou seja, perpendiculares ao

referido eixo. Estes loteamentos têm vindo a ser ocupados por moradias isoladas e compreende a instalação de alguns equipamentos implantados em áreas de cedência à Câmara Municipal de Benavente.

A implantação de espaços para equipamento a Sul da EN 10 também terá sido resultado das directivas do Plano 76, apontando a dependência da zona Norte do Porto Alto relativa aos equipamentos de Samora Correia, em que, face à barreira que constitui aquela estrada nacional, implicaria a independência a este nível da zona sul.

A Este da EN 118, junto ao cruzamento com a EN 10, localiza-se uma área menor com uma certa aglutinação de construção onde predomina a moradia isolada, para além de duas bandas de habitação plurifamiliar marginais à EN 118.

Toda a envolvente destes pontos de aglutinação detém ainda características rurais embora seja pontuada por uma ocupação de baixa densidade que se concentra, dum modo geral, ao longo dos eixos de desenvolvimento. Este tipo de ocupação verifica-se também numa vasta área, a Oeste do Porto Alto da EN 10, denominada por Arados.

Salienta-se ainda uma ocupação menos dispersa entre o rio e a zona mais aglutinada, a Sul da EN 10, com características heterogéneas a nível funcional, que compreende uma unidade industrial e várias instalações ligadas à pequena indústria e armazenagem, e ainda uma zona mista de moradias em banda isoladas implantadas de modo mais denso junto ao rio.

Em toda a envolvente dos aglomerados de Samora Correia e Porto Alto verifica-se uma ocupação de baixa densidade. Esta ocupação compreende uma extensa área onde a propriedade rural tem sido sistematicamente fraccionada em lotes de 5000 m². Estas áreas são utilizadas heterogeneamente por habitação efectiva, segunda habitação sazonal ou temporária), pequenas indústrias e instalações agro-pecuárias numa coexistência com uma agricultura de subsistência ou a tempo parcial.

4.3. PROCESSO DE FORMAÇÃO DO AGLOMERADO DE SANTO ESTÊVÃO

A quase total inexistência dos dados relativos à aldeia de Santo Estêvão traduz-se na menor profundidade no tratamento do seu processo evolutivo. A existência de “Belmonte” não terá uma relação directa com a formação do aglomerado de Santo Estêvão, uma vez que se localiza a cerca de três quilómetros para E/N.E da aldeia, na face S.O. do vale correspondente ao rio Almansor; no entanto poderá ser um dado importante relativo ao início da ocupação desta zona. Belmonte terá sido uma construção de carácter fortificado erguida, nos primeiros anos do século XIII, na sequência da conquista Cristã dos terrenos a Sul do Tejo. Segundo um artigo do Padre Camilo Neves Martins acerca da vila e freguesia de Samora Correia, Belmonte terá sido construído pelos Espadários “(...) nome dado aos soldados da guarda real do reino visigodo e mais tarde aos freires da Ordem de Santiago (...)”. Existindo vestígios de povoamento, mantendo-se ainda uma igreja dedicada a São João Baptista, será provável que Belmonte tenha constituído um aglomerado que terá sido abandonado nos finais do século XVIII.

A referência mais antiga à existência do aglomerado de Santo Estêvão está incluída no Estudos Histórico-Descritivo de Benavente e foi retirada do Livro 9 dos Chancelarias Antigas da Ordem d’Avis fazendo alusões à “Igreja de Santo Estêvão da Ribeira da Canha” em 1598. Esta Igreja já não corresponde à actual Igreja Matriz existente à entrada N.O. do aglomerado uma vez que esta data do século XVIII. A localização da antiga igreja é desconhecida, sendo provável que tenha sido a mesma, como é usual na substituição de igrejas do mesmo orago.

A inexistência de qualquer porto fluvial, face à fraca navegabilidade do que hoje se chama rio Almansor, leva a concluir que este aglomerado sempre deteve características rurais, dependendo exclusivamente da produção agrícola. Sempre pertencente ao concelho de

Benavente, Santo Estêvão sempre se viu condicionada por um certo isolamento físico e uma dependência económica, traduzida através das trocas comerciais quase exclusivas com a se de concelho. A confirmar este facto aponta-se que a única estrada de acesso ao aglomerado foi, até aos anos 50, a que actualmente se designa por EN 118-1 e que, até essa altura, terminava em Santo Estêvão.

Santo Estêvão terá começado por ser uma pequena aglomeração de construções na encosta NE do Vale da Ribeira de Canha ou Rio Almansor. A sua localização compreende um processo natural de implantação junto a um curso de água, onde a escolha da encosta voltada a SO, se prende com uma certa protecção climatérica.

As primeiras construções deverão ter sido implantadas na face SO dum caminho pré-existente – que hoje constitui o troço urbano da EN 118-1 – uma vez que teriam com certeza uma relação mais directa como rio. As construções na face NE do arruamento ter-se-ão implantado posteriormente, pois apresentam-se mais alinhadas o que compreende já a noção de rua. O mesmo não acontece na face SO, onde os acidentes no alinhamento são um sinal dum crescimento natural e lento.

Em 1598, quando da referência à Igreja, o aglomerado deveria corresponder, na melhor das hipóteses, ao conjunto destas duas bandas em formação ao longo do caminho que o ligaria à igreja, a qual teria um carácter de ermida. Esta noção de ermida justifica-se pela vulgaridade da situação erma dos templos religiosos em pequenos aglomerados rurais. Como tal, Santo Estêvão tem um processo de formação completamente distinto do de Benavente ou Samora Correia, que compreendem uma hierarquia do espaço urbano resultante das características económicas sócias e funcionais próprias de cada aglomerado.

Assim é provável que até ao século XIX o aglomerado tenha sido caracterizado por uma certa dispersão de construção, podendo eventualmente haver durante muito tempo uma descontinuidade nas duas bandas de construção.

No princípio do século XX, quando do terramoto que afectou Benavente e Samora Correia, o aglomerado deveria já ter as duas bandas genericamente consolidadas, uma vez que se apontava na altura para cerca de 200 habitações.

Sabe-se que Santo Estêvão foi bastante afectado por este sismo, no entanto é difícil apontar qualquer zonas de reconstrução uma vez que os dados disponíveis relativos a derrocadas limitam-se à afirmação no estudo Histórico-Descritivo de Benavente de que em Santo Estêvão. “As paredes orientadas a N/S racharam mas ficaram de pé; as orientadas a E/O caíram ou perderam a vertical.” (Apêndice pág. 278). A partir desta informação apenas se pode apontar

que as fachadas das duas bandas formadas até à altura teriam sido afectadas e provavelmente reconstruídas.

Até cerca dos anos 50, Santo Estêvão terá evoluído da mesma forma, coma implantação pontual de construções ao longo do arruamento principal e a consolidação progressiva das duas bandas de construção, apontando já nesta altura algumas penetrações para norte correspondentes a caminhos rurais com algumas construções.

Com a criação dos novos troços rodoviários que constituem a EN 10, a EN 119, e a ligação de Santo Estêvão à EN 119, o aglomerado perde de certa forma o isolamento que o tinha caracterizado. À semelhança de Benavente e Samora Correia, este aglomerado sofre também a influência deste facto, manifestando a partir daí uma aceleração no seu crescimento.

Nos anos 60 surge o primeiro bairro de habitação económica denominado “Bairro da Casa do Povo” (hoje, bairro 1º de Maio). Da sua construção resulta uma densificação da ocupação junto à igreja, zona que até aí tinha mantido uma ocupação pontual e que a partir desta altura resulta num pequeno núcleo com características urbanas.

A tendência de ligação dos dois pólos – primeiro núcleo e Igreja – tem-se manifestado numa forma discreta lenta, parecendo, no entanto, inevitável a longo prazo.

Em contrapartida o crescimento do aglomerado até aos dias de hoje, incidiu principalmente a Norte das primeiras bandas de implantação. O acesso aos terrenos a norte originou uma estrutura de caminhos perpendiculares à EN 118-1, onde se vêem a consolidar duas faixas de construção para habitação. Define-se assim um esboço dum perímetro urbano de forma rectangular, em que uma das faces menores, a Sul, coincide com as duas bandas primitivas do aglomerado. A ocupação deste perímetro não só tem vindo a consolidar um núcleo urbano como também vem definir uma hierarquia de espaços com implantação de equipamento e a criação de espaços públicos.

Assim adivinha-se a tendência de ocupação dos espaços interiores entre as duas faixas de nova construção.

Aglomerado de características rurais, Santo Estêvão mantém ainda uma homogeneidade na sua envolvente, em que a divisão cadastral se desenvolve a partir de parcelas relativamente grandes impedindo o tipo de povoamento de baixa densidade que caracteriza hoje as envolventes de Benavente e Samora Correia. Exceptua-se o caso pontual dum loteamento que já nos anos 80, organiza em lotes de 1000 a 2000 metros quadrados uma área com cerca de 13,5 ha a N.O. do aglomerado.

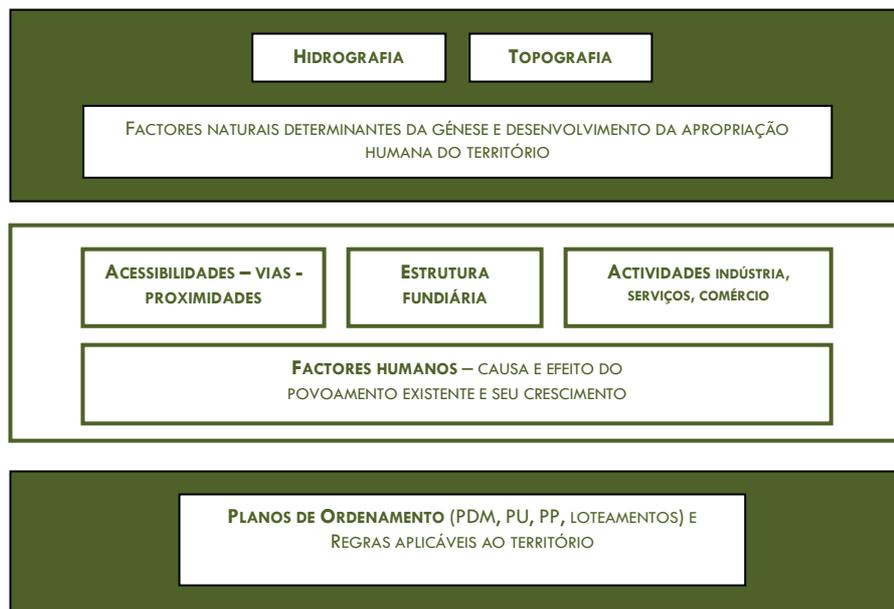
5. MACRO ESTRUTURA FUNCIONAL CONCELHIA - APROXIMAÇÃO À HIERARQUIA URBANA

Antes de avançar para uma caracterização mais detalhada do espaço urbano concelhio importa perceber as causas e efeitos deste povoamento numa perspectiva generalista. Isto é, importa estruturar uma caracterização à escala concelhia percebendo a rede urbana existente, as complementaridades e descontinuidades que se foram vincando ao longo dos anos e que se equacionará a vantagem de manter ou contrariar.

O povoamento de Benavente, tal como o povoamento de qualquer território é resultado de inúmeros factores históricos, sendo importante olhar para o território concelhio actual e sistematizar os factores naturais e humanos que, tendo ditado a génese da ocupação, podem continuar a ser preponderantes nas propostas de crescimento.

Com este objectivo entende-se relevante a interpretação dos seguintes factores:

FIGURA 683 - FACTORES PREPONDERANTES PARA A COMPREENSÃO DA ESTRUTURA E FORMA URBANA



Factores Naturais – Hidrografia e Topografia – regra geral ditaram a apropriação humana original do território. Sendo os recursos naturais (agricultura e floresta) a principal fonte de rendimento da população, o respeito pela topografia e a preservação das linhas de água como elementos essenciais à manutenção da actividade socio-económica é evidente, quer na utilização do espaço natural quer na localização dos aglomerados. É evidente o equilíbrio entre o território e a ocupação humana.

Tendo em consideração a matriz de factores comuns ao desenvolvimento dos aglomerados desta região¹ – presença do rio Tejo e afluentes e todas as actividades a estes associadas, fertilidade dos solos, foram os **Factores Humanos** que introduziram especificidades e desencadearam processos de especialização com consequente necessidade de interdependências e funcionamento em rede.

Os factores humanos são mais do que determinantes para a estruturação dos aglomerados; são também por esta determinados. **Ou seja, as acessibilidades, as actividades e a estrutura fundiária são factores que influenciam o crescimento dos aglomerados mas também são influenciados por esse mesmo crescimento. São assim causa e consequência dos modelos ocupacionais instalados, e, como tal, peças fundamentais da actividade de planeamento e ordenamento territorial.**

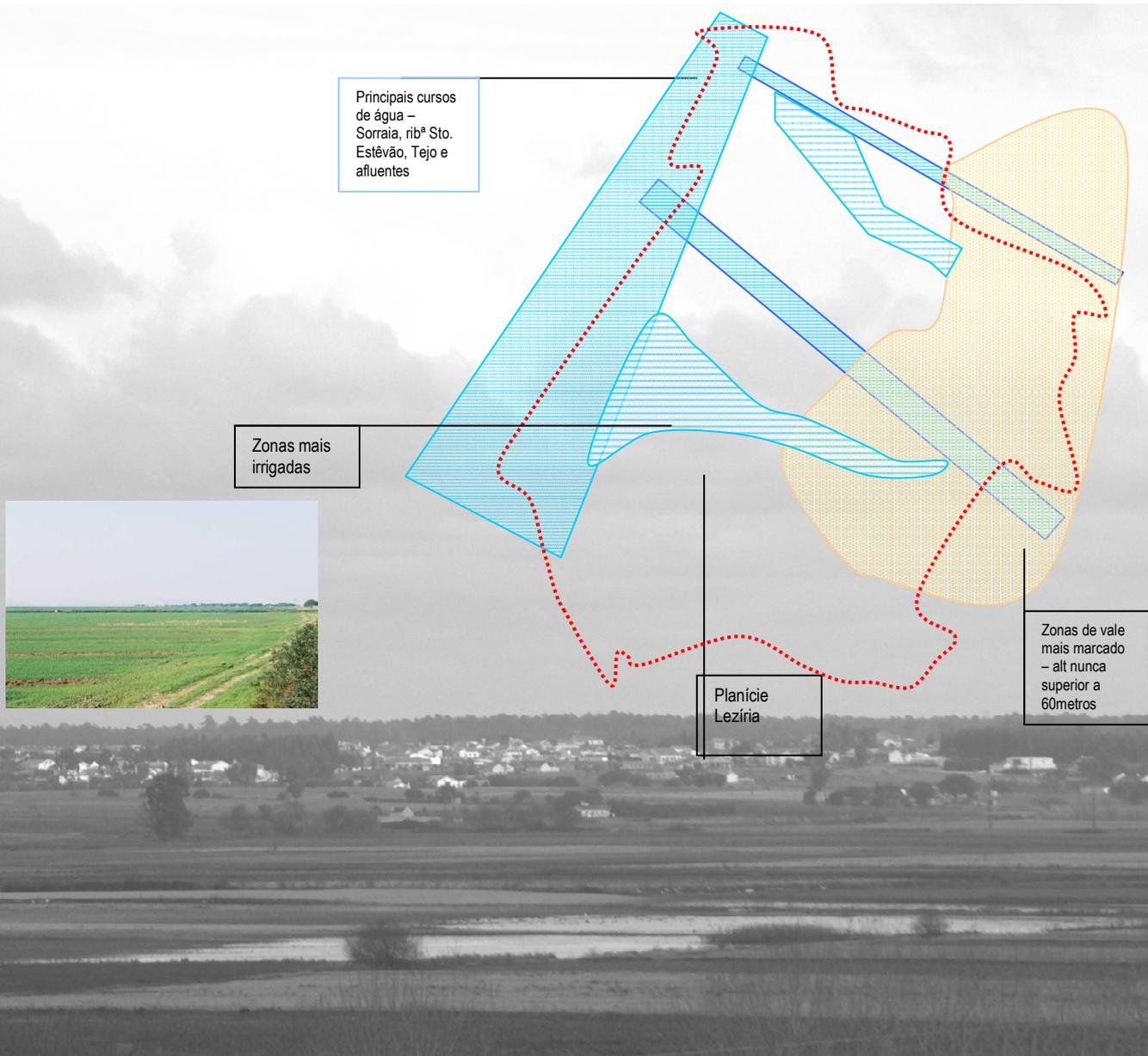
Por último, e em termos cronológicos os mais recentes, existem **Factores Regulamentares** que induzem/condicionam o modelo de ocupação espacial existente. Refiram-se as condicionantes e servidões administrativas legalmente em vigor (REN, RAN, rede eléctrica, Imóveis classificados, Protecção a Infra-estruturas, etc.) e os planos de Ordenamento do Território que vigoram no concelho – Plano Director Municipal em vigor e demais instrumentos de ordenamento em vigor e/ou em elaboração.

¹ O professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão na comunicação publicada em Terras d'Água, refere que "Entrado no século quinhentos, acentua-se o surto urbano e regional de Benavente, como vila para sempre integrada no complexo geoeconómico do rio Tejo." (pag42/43, nº1 revista de cultura Terras d'Água, 2001)

5.1. FACTORES NATURAIS

Uma breve reflexão sobre os factores naturais que influenciaram a ocupação do concelho – relevo e linhas de água – tem de ser produzida antes de se reflectir sobre a forma geral de apropriação do território – caminhos e edificado.

FIGURA 784 - ESQUEMA VALORES NATURAIS CONCELHO



Como se pode verificar no esquema e imagens, o concelho de Benavente é um território marcadamente plano, onde as altitudes variam entre os zero e os sessenta metros. A forte presença da água foi factor determinante para a ocupação das terras do concelho – canais de mobilidade privilegiados de produtos e pessoas, estruturas de irrigação das culturas agrícolas dominantes, são sem duvida as linhas de água os factores naturais mais importantes na compreensão e conhecimento da estrutura urbana actual dos territórios benaventenses.

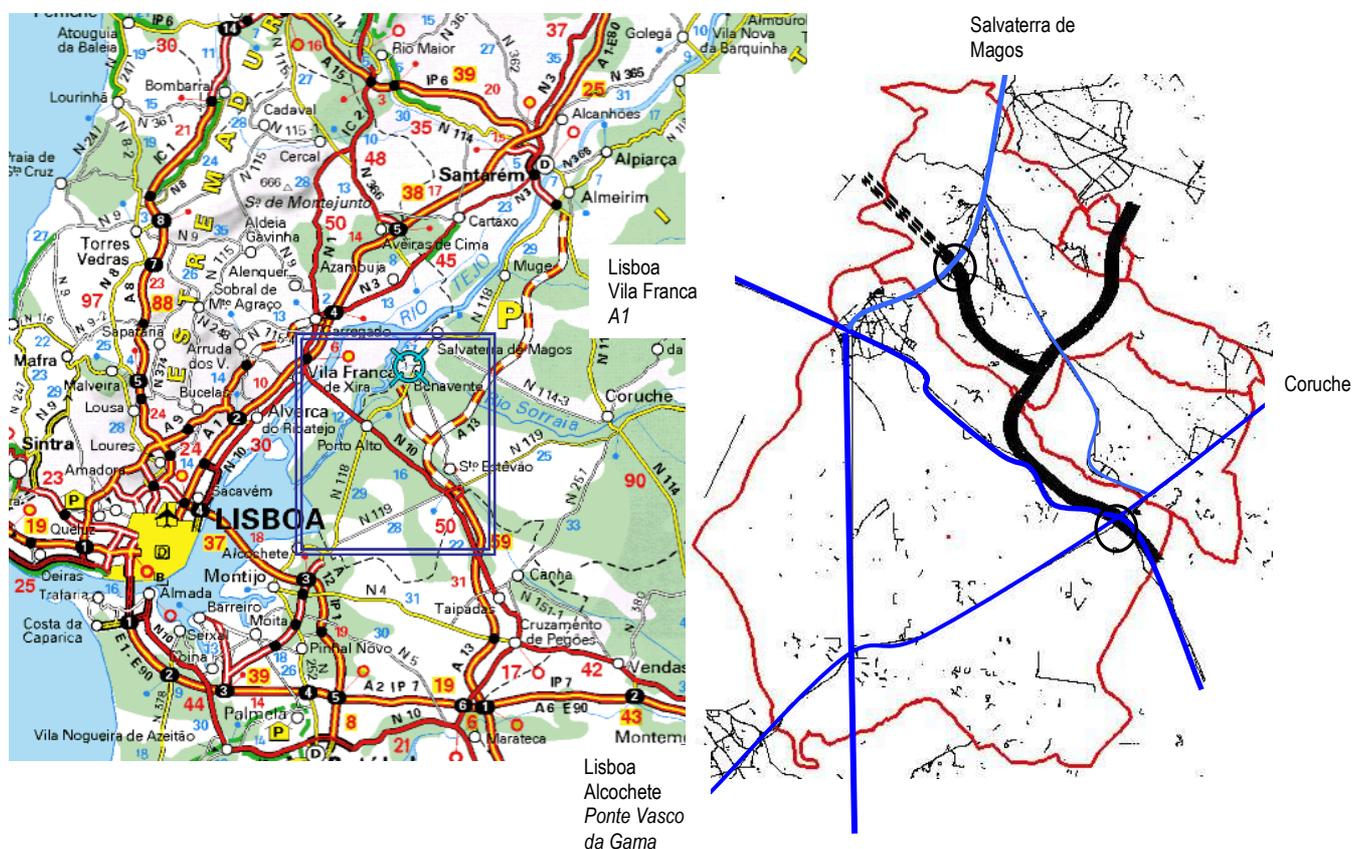
Porta de entrada para o rio Tejo, o rio Sorraia é o mais importante curso de água do concelho e é nas suas margens que se localizam os três aglomerados urbanos mais populosos – Benavente, Samora Correia e Porto Alto. Nas margens da ribeira de Santo Estêvão aparece a sede da freguesia com o mesmo nome e a sede da freguesia mais pequena do concelho – Barrosa – tem a sua génese num pequeno aglomerado ribeirinho – São Brás.

5.2. FACTORES HUMANOS

É uma paisagem de Lezíria, espaço amplo cujo único obstáculo que o homem precisou transpor foi o rio. O concelho de Benavente tornou-se ponto de passagem obrigatório para quem atravessa o Tejo, tendo sido as infra-estruturas rodoviárias que vieram exacerbar o crescimento e desenvolvimento deste território em especial das freguesias de Benavente e Samora. A apropriação do território tenta sempre tirar partido dos factores naturais, nos casos de maior equilíbrio o assentamento humano utiliza o espaço natural como prolongamento do espaço de vivência não adulterando características fundamentais. A compreensão do território urbano assenta fundamentalmente no conhecimento de três factores humanos:

- ≥ As ligações viárias foram, e em determinados contextos continuam a ser, factores determinantes na expansão dos aglomerados, funcionando como fios condutores da expansão pontual e individual;
- ≥ As actividades económicas, a sua existência em determinadas localizações é, sem dúvida, um factor de peso para o crescimento dos aglomerados. O grau de atracção dos aglomerados onde existem equipamentos de apoio à população, comércio, serviços, possibilidades de emprego é muito superior ao dos que não têm.
- ≥ A estrutura fundiária condiciona as possibilidades de construção.

FIGURA 885 - ESQUEMA ACESSIBILIDADES



A facilidade de deslocação, a proximidade e rapidez de chegar ao destino pretendido é sem dúvida um factor basilar na escolha do local de residência. Neste ponto Benavente aparece como município privilegiado, pela proximidade a vias de grande fluidez.

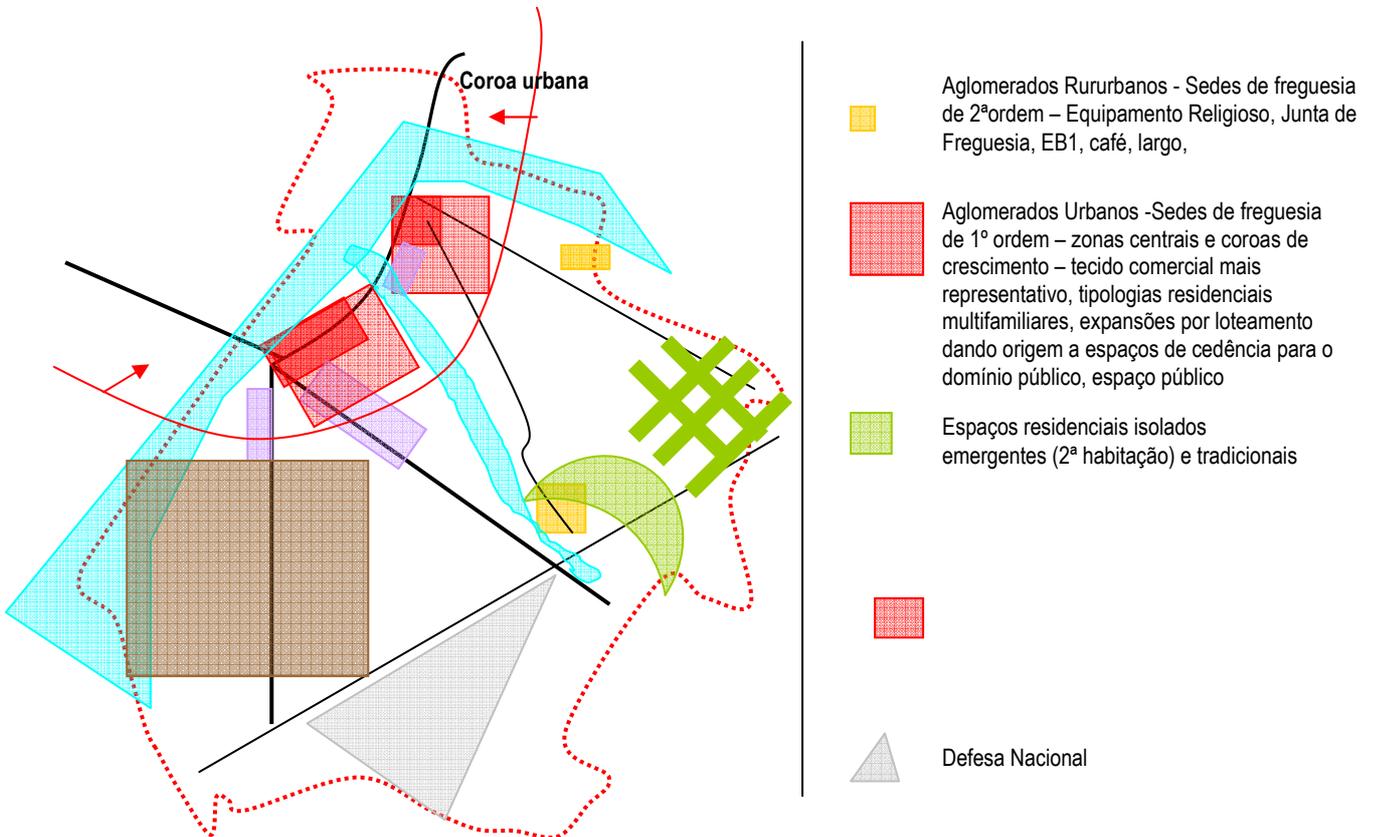
Concelho rural até à década de 60, após a construção da primeira travessia do Tejo sofre uma alteração profunda, surgindo o sector secundário (metalomecânica e madeira - fabrico de ferramentas de apoio à agricultura como representativo. As actuais Estradas Nacionais (EN) que atravessam o município foram perdendo o seu papel no contexto rodoviário nacional à medida que foram sendo construídas as diversas auto-estradas que ligam o país de Norte a Sul e que ligam ao interior da Europa, no entanto, não deixam de ter sido e continuar a ser o trampolim de crescimento do povoamento Concelhio – falamos da EN10, EN118, EN118-1 e EN119. Tendo uma localização estratégica no contexto da AML e nas ligações nacionais no sentido Norte-Sul, o panorama de desenvolvimento de Benavente também sofre alterações derivadas a intervenções no sistema rodoviário metropolitano e nacional fora dos limites concelhios – exemplo mais recente foi a construção da ponte Vasco da Gama.

As ligações intra-concelhias mais importantes são as ligações entre as quatro sedes de freguesia, ligações que, à excepção da EM515 correspondem às Estradas Nacionais. Ou seja,

as estradas de atravessamento de carácter regional acabaram por ter um papel de estruturação do meio urbano, com todas as consequências negativas daí advindas (a conflitualidade entre o trânsito de atravessamento e os movimentos internos dos aglomerados).

Em síntese, pode dizer-se que as acessibilidades determinam o grau de proximidade dos espaços, medido em unidades de tempo e não em unidades métricas, e consequentemente determinam o grau de atracção em termos residenciais e em termos de actividades terciárias e secundárias, estas últimas geradoras de emprego. O resultado é a actual estrutura urbano-funcional instalada.

FIGURA 986 - ESQUEMA DAS FUNÇÕES DIFERENCIADAS



Tal como as acessibilidades, a diversidade funcional é um factor preponderante de atracção e fixação da população, isto é, o grau de independência de um determinado local em termos de comércio e equipamentos pode ditar o crescimento ou estagnação populacional e do parque habitacional. Ao fazer esta afirmação não se pode negligenciar a importância do emprego na escolha do local de residência. A extensão do território concelhio dificulta a apreensão de relações internas, ou seja, os espaços urbanos aparecem-nos como espaços distantes entre si,

estruturas que se assumem como obrigatoriamente como quase auto-suficientes. Não obstante esta realidade procura-se produzir um esquema de funções diferenciadas (imagem acima) simplificando a rede funcional concelhia, assinalam-se os espaços urbanos mais significativos – sedes de freguesia e os locais onde a concentração de actividades diferenciadas assume dimensões consideráveis à escala do concelho.



- A **EN10** assume-se como um espaço em transformação desde a década de 60, altura em que passa a ser o eixo de passagem com mais visibilidade a nível concelhio (ponto de passagem obrigatório na travessia rodoviária do Tejo). Actividades comerciais e industriais de dimensões consideráveis passaram a povoar este espaço, fazendo emergir Porto Alto como espaço urbano de relevo no panorama municipal. A **EN118** que atravessa e liga a sede de concelho a Samora Correia também se caracteriza pela concentração de actividades terciárias, de escala mais urbana, servindo a população local e a população de passagem (cafés, restaurantes, sucursais bancárias, etc.). Este fenómeno regista-se em várias estradas nacionais que se foram transformando em montras para um vasto leque de actividades – restaurantes, oficinas, comercialização de veículos automóveis, materiais de construção, etc. Territorialmente assume-se o seu carácter linear, importando potenciar as relações funcionais entre estes locais onde se concentram algumas das actividades geradoras de emprego com o tecido urbano concelhio;

- As actividades geradoras de emprego aparecem associadas aos eixos rodoviários referidos que por sua vez assumem um papel de estruturação do meio urbano. Esta proximidade habitação-emprego tem sido indutora do **crescimento desta coroa mais urbana**. Os aspectos menos positivos desta proximidade são também bastante evidentes – promiscuidade de funções habitacionais e industriais, desqualificação dos espaços públicos que deveriam ser espaços de usufruto num ambiente urbano qualificado e que junto a actividades industriais é utilizado de forma mais arbitrária, deslocações urbanas misturam-se com tráfego pesado de apoio à actividade secundária e terciária;



▪ A **localização de equipamentos de utilização colectiva** que permitam à população um fácil acesso ao ensino, cultura e desporto é um indicador de qualidade de vida. Os aglomerados de Benavente e Samora Correia são aqueles onde é evidente a concentração de equipamentos de âmbito concelhio, mas que funcionam como elementos de desenvolvimento local. As duas freguesias mais distantes da coroa urbana crescem de forma contida num ambiente que oscila entre o urbano e o rural, um universo à parte, próximo da confusão mas suficientemente distante para preservar uma estrutura funcional ainda muito ligada ao sector primário.

▪ Nos **centros mais antigos das sedes de freguesia** encontra-se uma estrutura de espaço público mais rica bem como uma diversidade funcional predominantemente mais rica do que nos restantes assentamentos urbanos (quase todos de cariz monofuncional linear).

▪ Neste território existem zonas residenciais que aparecem isoladas, distantes dos restantes territórios urbanos – os Foros. Estruturas lineares com origem no aproveitamento agrícola de parcelas do território, foram sendo apropriadas como espaços de residência permanente.

▪ Mais recentemente, resultado de um quadro de acessibilidades privilegiado e de ambiente natural de qualidade inquestionável, surgem modelos residenciais emergentes – as quintinhas – espaços maioritariamente vendidos para segunda habitação, locais de lazer em repouso a 10 minutos de Lisboa. A relação destes territórios com a estrutura urbana original do concelho é uma questão importante, os impactos positivos e negativos, a população alvo, as ofertas idênticas na envolvente, são questões que merecem alguma reflexão.

A estrutura urbana resulta também do regime de propriedade. No caso de Benavente, como já descrito anteriormente, a ocupação do território foi muito condicionado naturalmente – linhas de

água e espaços de influência destas que foram preservados para a exploração agrícola e florestal, tendo sido concentrada a ocupação humana no espaço sobrance - centros urbanos existente e à face de alguns arruamentos de ligação a esses territórios. Decorrente da necessidade de gestão do território “sobrance” passível de ocupar, surge uma matriz fundiária compartimentada à face dos arruamentos que se desenvolvem na envolvente dos centros urbanos consolidados, o que exacerbou o crescimento linear que proliferou nas últimas décadas.

Importa assim encontrar espaços onde seja possível mediante acordo de proprietários ou através da intervenção municipal fomentar intervenções conjuntas que desvinculem o crescimento da estrutura contínua linear cujo único elemento de suporte é o arruamento existente.

FIGURA 1087 - EXEMPLO DE ESTRUTURA DE PROPRIEDADE



**Periferia das zonas consolidadas
– Lotes estreitos e compridos
acompanham os arruamentos
existentes.**

**Foros – estruturas fundiárias
muito compartimentadas**



5.3. ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Para uma caracterização da estrutura fundiária das quatro freguesias do concelho de Benavente, recorreu-se à análise do cadastro da propriedade rústica e à interpretação dos ortofotomapas que cobrem todo o território do concelho.

Tendo esta informação como base efectuou-se uma análise em termos da dimensão e dispersão da propriedade rústica nas várias freguesias, evidenciando algumas particularidades da sua estrutura e ocupação cultural.

Da análise feita podemos verificar desde logo, que:

- ≥ Nas zonas onde predominam as culturas de regadio, existem zonas de prédios muito fragmentadas, com prédios de pequena dimensão e pouca dispersão predial;
- ≥ Nas zonas onde predominam as áreas de floresta de produção e de protecção, existem prédios de grande dimensão, com uma maior dispersão predial.

FIGURA 1188 - DIMENSÃO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE NAS QUATRO FREGUESIAS

FREGUESIAS	ÁREA MÉDIA/PRÉDIO (M ²)	ÁREA MÉDIA/PRÉDIO (HA)
BENAVENTE	75.863,20	7,60
SAMORA CORREIA	11.870.969,39	1.187,10
SANTO ESTEVÃO	115.736,05	11,60
BARROSA	124.491,83	12,45

- ≥ Nas zonas onde predominam as culturas de regadio, existem zonas de prédios muito fragmentadas, com prédios de pequena dimensão e pouca dispersão predial;
- ≥ Nas zonas onde predominam as áreas de floresta de produção e de protecção, existem prédios de grande dimensão, com uma maior dispersão predial.

Os dados do quadro da figura 188, revelam o comportamento dos valores médios da dimensão da propriedade rústica, os quais se revelam muito variáveis: a freguesia de Benavente apresenta a mais baixa área média por prédio (7,60 ha), enquanto a freguesia de Samora Correia apresenta a mais elevada área média por prédio (1.187,10 ha). As freguesias de Santo Estêvão e da Barrosa, encontram-se numa situação intermédia, que pouco divergem entre si, com áreas médias de 11,60 ha e 12,45 ha, respectivamente.

Podemos portanto verificar a existência de quatro situações a nível da estrutura predial no concelho:

- ≥ Na freguesia de Benavente, existe um número bastante representativo de prédios de pequena dimensão, exibindo uma estrutura fundiária bastante repartida, com as culturas de regadio a ocupar grande parte das propriedades;

- ≥ Na freguesia de Samora Correia, existem na sua maioria prédios de grande dimensão, os quais são representativos da grande propriedade;
- ≥ Na freguesia de Santo Estêvão, existem prédios de maior e menor dimensão, com uma dispersão mais ou menos variável;
- ≥ Na freguesia da Barrosa, existem prédios de média dimensão, com uma dispersão menos acentuada.

A carta da estrutura fundiária, elaborada com base no cadastro da propriedade rústica, permite-nos constatar que as estruturas fundiárias mais fragmentadas se dispõem em particular na zona envolvente dos aglomerados urbanos. Em particular, no caso das zonas envolventes dos aglomerados de Benavente, Foros da Charneca e Foros de Almada, onde existe um número significativo de parcelas $\leq 5000 \text{ m}^2$.

Da análise que os valores médios da dimensão da propriedade rústica evidenciam, podemos verificar a existência de duas situações bem distintas, ou seja, as áreas com uma estrutura fundiária mais homogénea, onde existe a propriedade de grande dimensão, encontram-se fundamentalmente na freguesia de Samora Correia, e as áreas significativas com uma estrutura fundiária mais repartida, onde predomina a propriedade bastante fragmentada, de pequena dimensão, encontram-se fundamentalmente na freguesia de Benavente.

FREGUESIA DE BENAVENTE

FIGURA 1289 - N.º DE PRÉDIOS POR CLASSE

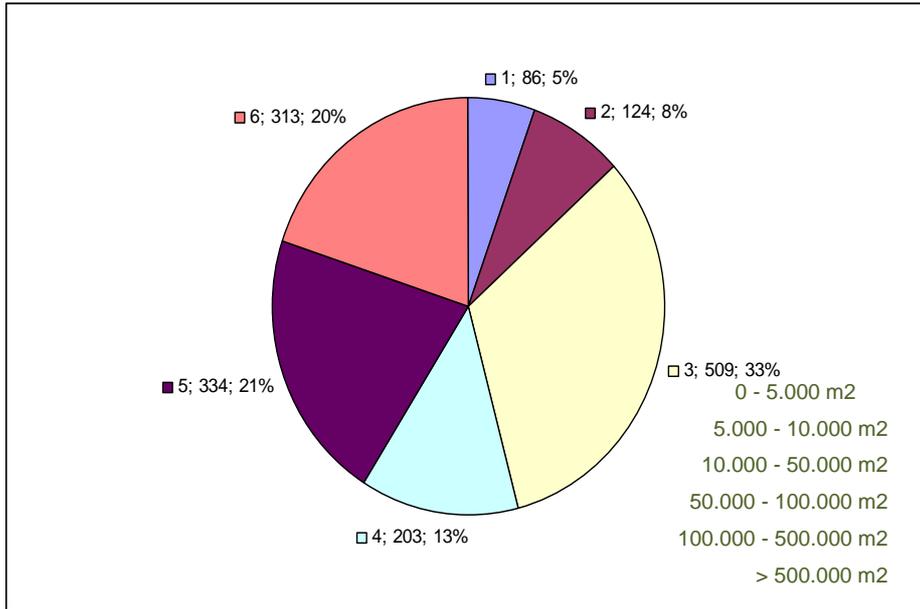
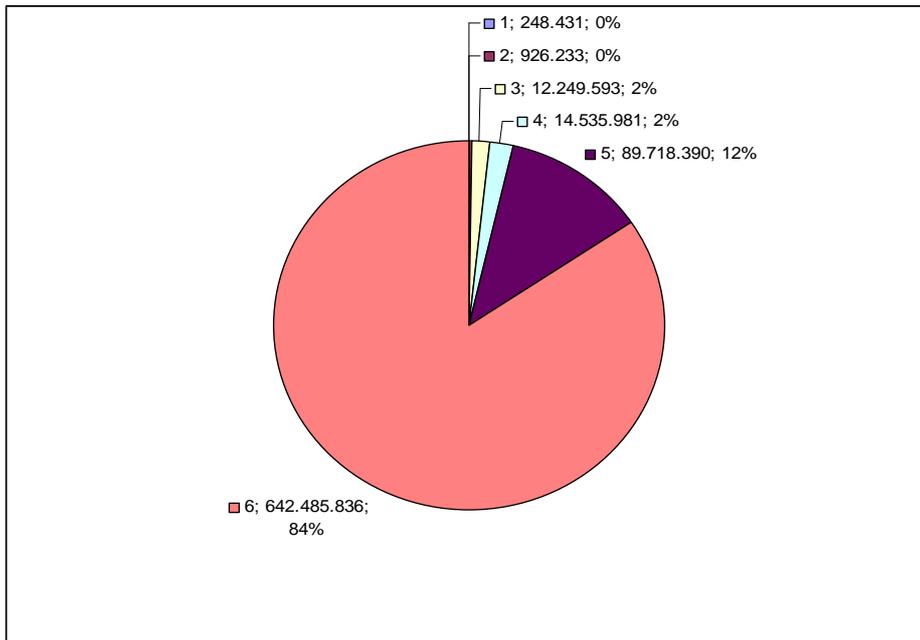


FIGURA 1390 - ÁREA TOTAL POR CLASSE



FREGUESIA DE SAMORA CORREIA

FIGURA 1491 - N.º DE PRÉDIOS POR CLASSE

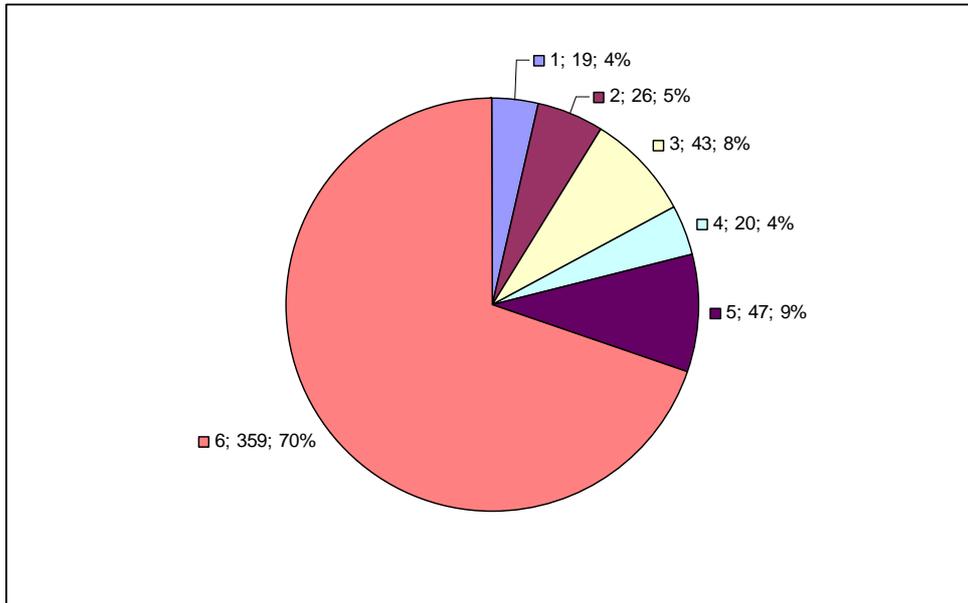
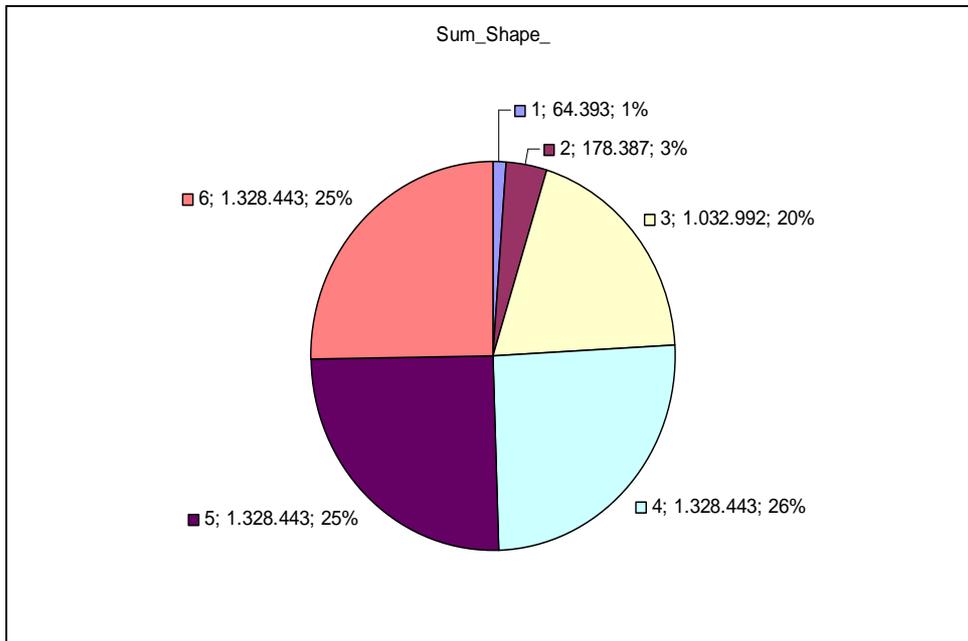


FIGURA 1592 - ÁREA TOTAL POR CLASSE



FREGUESIA DE SANTO ESTÊVÃO

FIGURA 1693 - N.º DE PRÉDIOS POR CLASSE

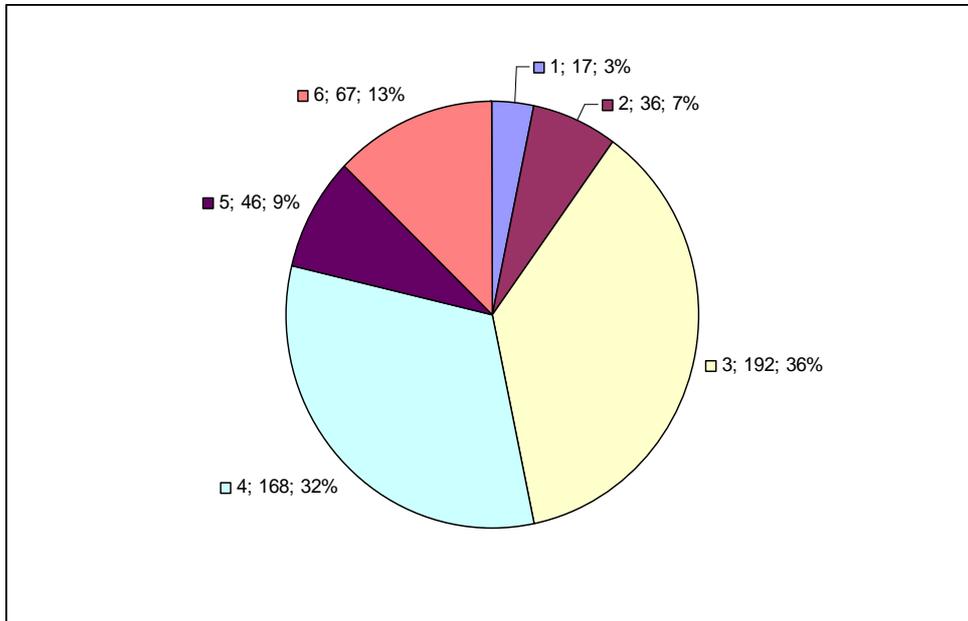
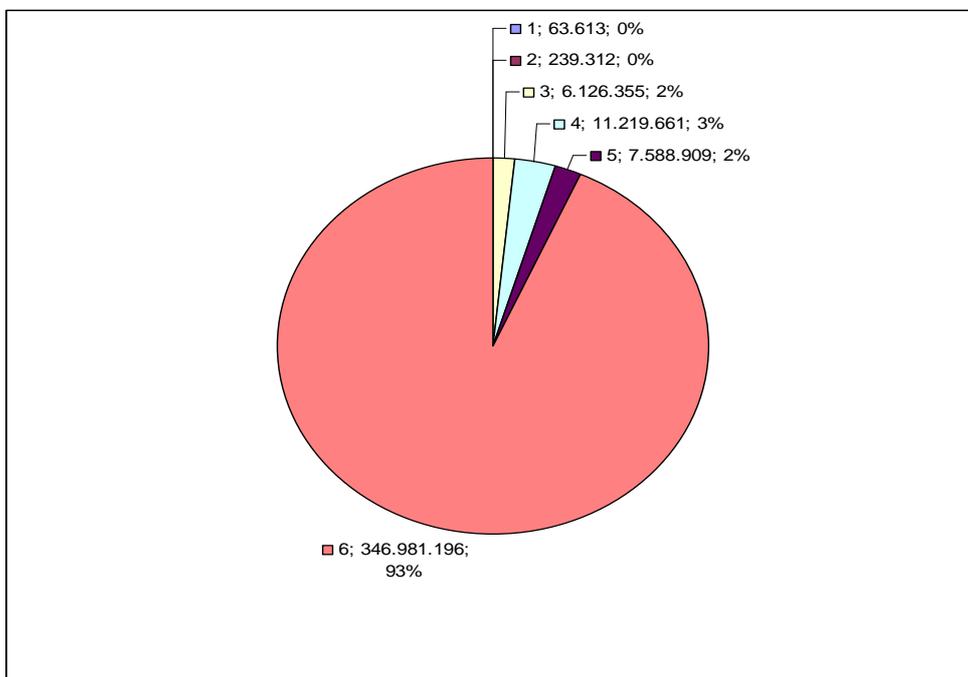


FIGURA 1794 - ÁREA TOTAL POR CLASSE



FREGUESIA DE BARROSA

FIGURA 1895 - N.º DE PRÉDIOS POR CLASSE

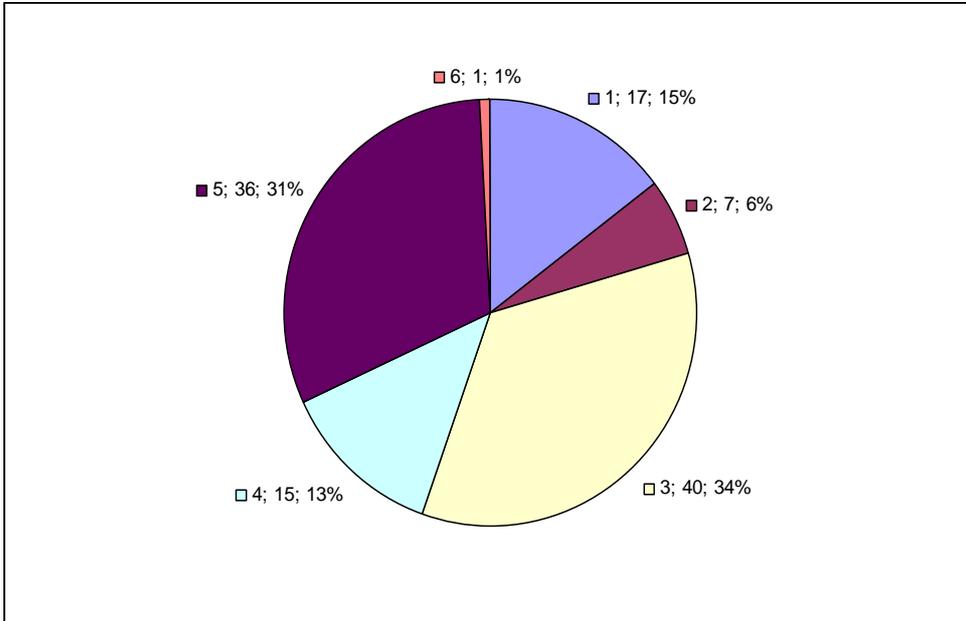
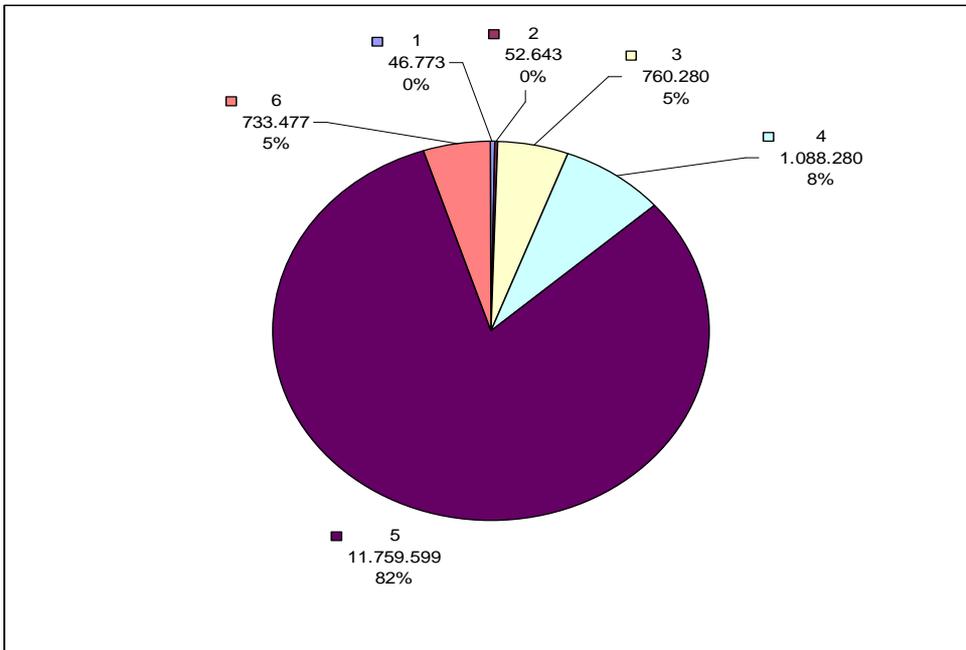


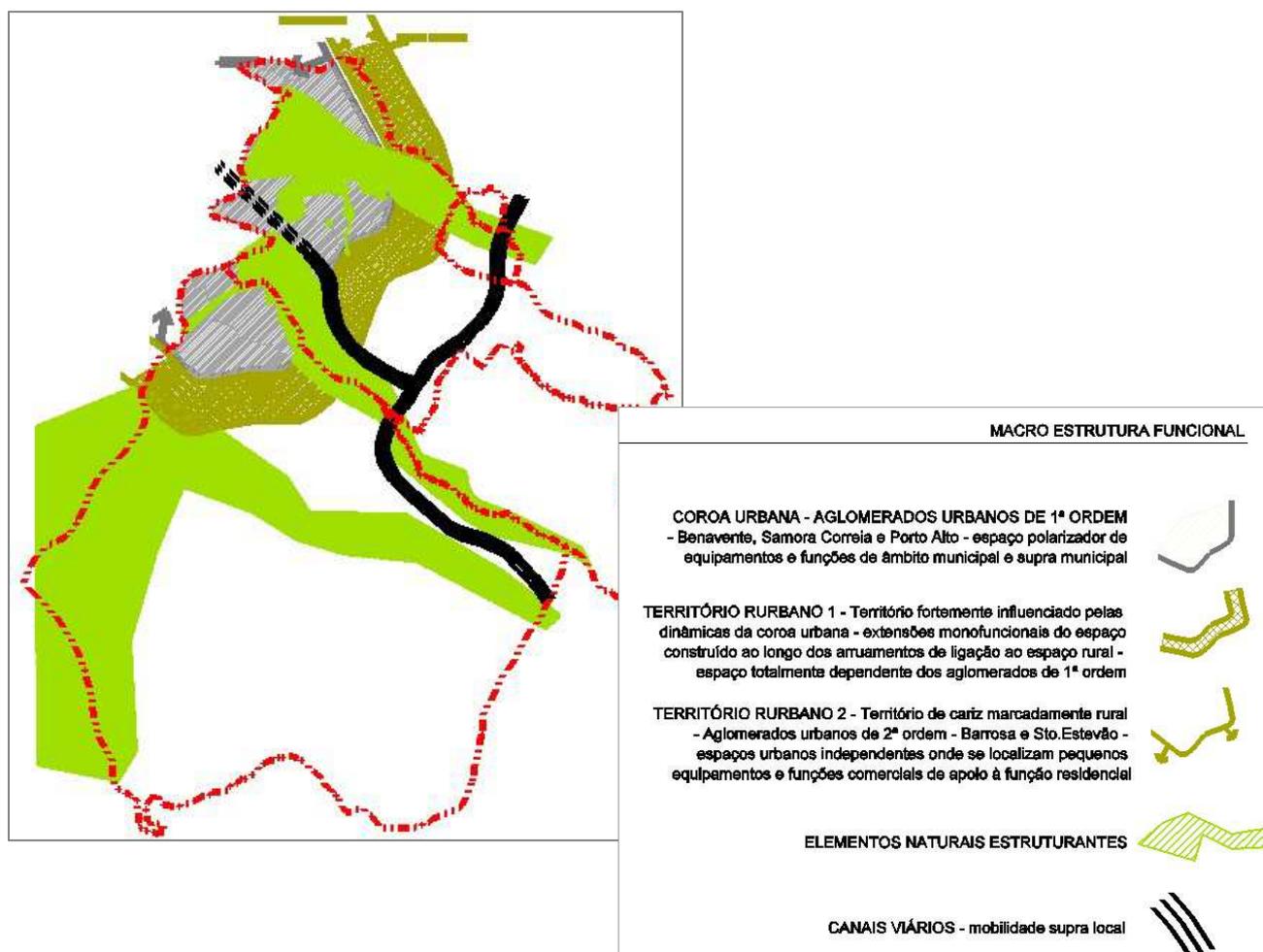
FIGURA 1996 - ÁREA TOTAL POR CLASSE



5.4. EM SÍNTESE

Tendo em consideração os factores descritos que directa ou indirectamente influenciaram a forma do território urbano actual a análise mais detalhada deverá ter a preocupação de classificar o solo segundo características que ajudem a estruturar a classificação e regulamentação do solo urbano (*D.L n.º 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo D.L n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro*).

FIGURA 2097 - ESQUEMA DA MACRO ESTRUTURA FUNCIONAL IDENTIFICADA NO CONCELHO DE BENAVENTE



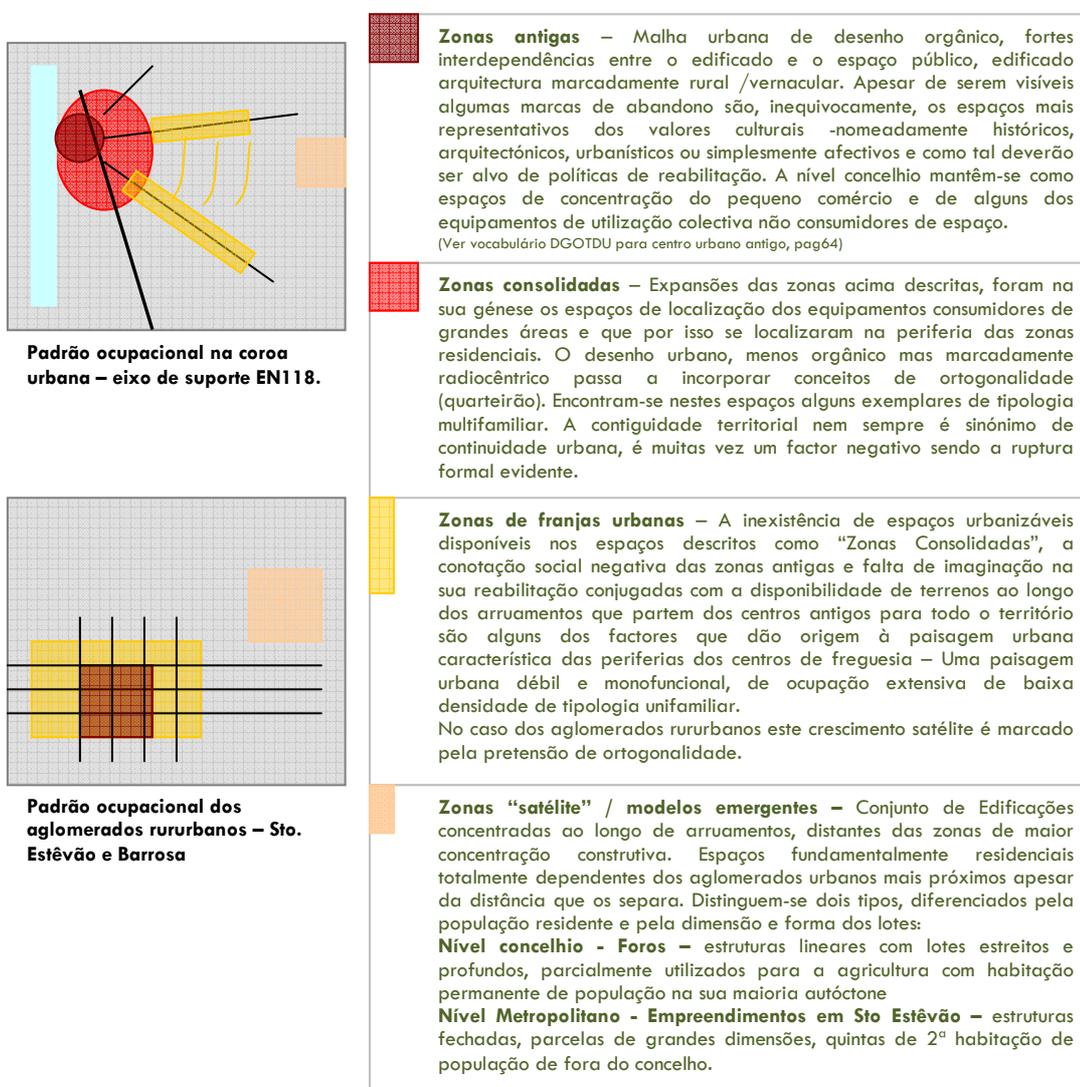
6. MICRO ESTRUTURA FUNCIONAL CONCELHIA - CARACTERIZAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS

A abordagem às estruturas e formas urbanas existentes no concelho tem como principal base o conhecimento adquirido no terreno e nas reuniões com os autarcas das juntas de freguesia e com os técnicos da Câmara Municipal, levadas a cabo desde o início do plano.

6.1. PADRÕES OCUPACIONAL TIPO

Percorrendo o território de Benavente identificam-se espaços com características morfológicas e funcionais idênticas, podendo mesmo falar-se em tendências/ padrões de ocupação.

FIGURA 2198 - PADRÕES OCUPACIONAIS TIPO NOS AGLOMERADOS DO CONCELHO DE BENAVENTE



Assumem-se estes padrões ocupacionais como uma realidade local incontornável para a qual é fundamental encontrar mecanismos de qualificação urbana para espaços distintos mas que só pensados em conjunto podem, no seu todo, alcançar patamares de qualidade urbana competitivos e atractivos.

“Temos de reconhecer, hoje, que as formas de urbanização da sociedade portuguesa e a sua territorialização são substancialmente diferentes das da maioria das regiões da EU e não encaixam com modelos urbanísticos tomados como referência da Europa. Por isso permanecem entre nós, muitos equívocos sobre a ideia da concentração urbana e da permanência do modelo da cidade compacta tradicional versus dispersão. A grande diferença em relação a outros países europeus mais organizados será no facto de que a ocupação dispersa e de baixa densidade, assim como as estruturas urbanas distendidas, foram enquadradas e planeadas na maior parte dos países, enquanto em Portugal eram rejeitadas e remetidas para o mercado informal e para ocupações casuísticas não planeadas.”

(In Soares, L.B., Sociedade e Território nº33)

Sendo que, a primeira etapa para a qualificação urbana é reconhecer e assumir as realidades locais, o maior desafio é sem dúvida o desenvolvimento de programas de intervenção diferenciados mas que concorrem para a concretização de cenários de oportunidade.

6.2. PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO PREFERENCIAIS

No concelho de Benavente, tendo em consideração as características ocupacionais descritas, simplificam-se os programas de intervenção em seis tipos de objectivos que se cruzam e complementam conforme a tipologia de espaço urbano presente:

QUALIFICAR – Objectivo principal de qualquer intervenção em todas as tipologias de espaço urbano. Criar incentivos para a qualidade da intervenção privada sobre o território (prémios de arquitectura, engenharia), incutir o sentido social de posse sobre espaços urbanos de utilização colectiva (equipamentos, serviços e espaços públicos), dar especial ênfase à intervenção pública no espaço que é de todos, são algumas das acções que se devem adoptar como prioritárias;

MANTER – A intervenção no espaço urbano já consolidado, ou seja com alinhamentos e volumetrias perfeitamente identificados, com uma estrutura de espaços públicos de estar e circular urbana definida, terá como objectivo a manutenção dos tecidos e malha urbana existentes;

REABILITAR – Apesar de ser um objectivo passível de aplicar a intervenções em espaços diversos, é nas zonas consolidadas mais antigas que se assume como “peça-chave”. Reabilitar pressupõe o respeito pela morfologia urbana presente, ou seja, a melhoria das condições de

uso e habitabilidade destas zonas será feita com a preocupação de recuperação da imagem dos conjuntos e do carácter dos espaços;

CONSOLIDAR – Considera-se a consolidação como principal objectivo nas estruturas urbanas onde apesar de já existir construção, os “espaços vazios” proporcionam a possibilidade de definir e melhorar a forma e função do território urbano. Colmatar espaços assumindo as regras da envolvente sempre que favoreçam a qualidade urbana ou definindo novas regras – alinhamentos, volumetrias, características dos espaços de circulação – passeios, faixa de rodagem, etc.;

TRANSFORMAR – Os vazios urbanos são os territórios à primeira vista mais fáceis do ponto de vista da intervenção/desenho urbano uma vez que nada existe a vincular uma ou outra opção. No entanto, a intervenção num território “virgem” do ponto de vista urbanístico é um desafio que facilmente pode fracassar se não houver capacidade de gerir a transformação como uma oportunidade de articular urbanidades existentes e novas. Criar regulamentação urbana de raiz ou assumir a regulamentação da envolvente;

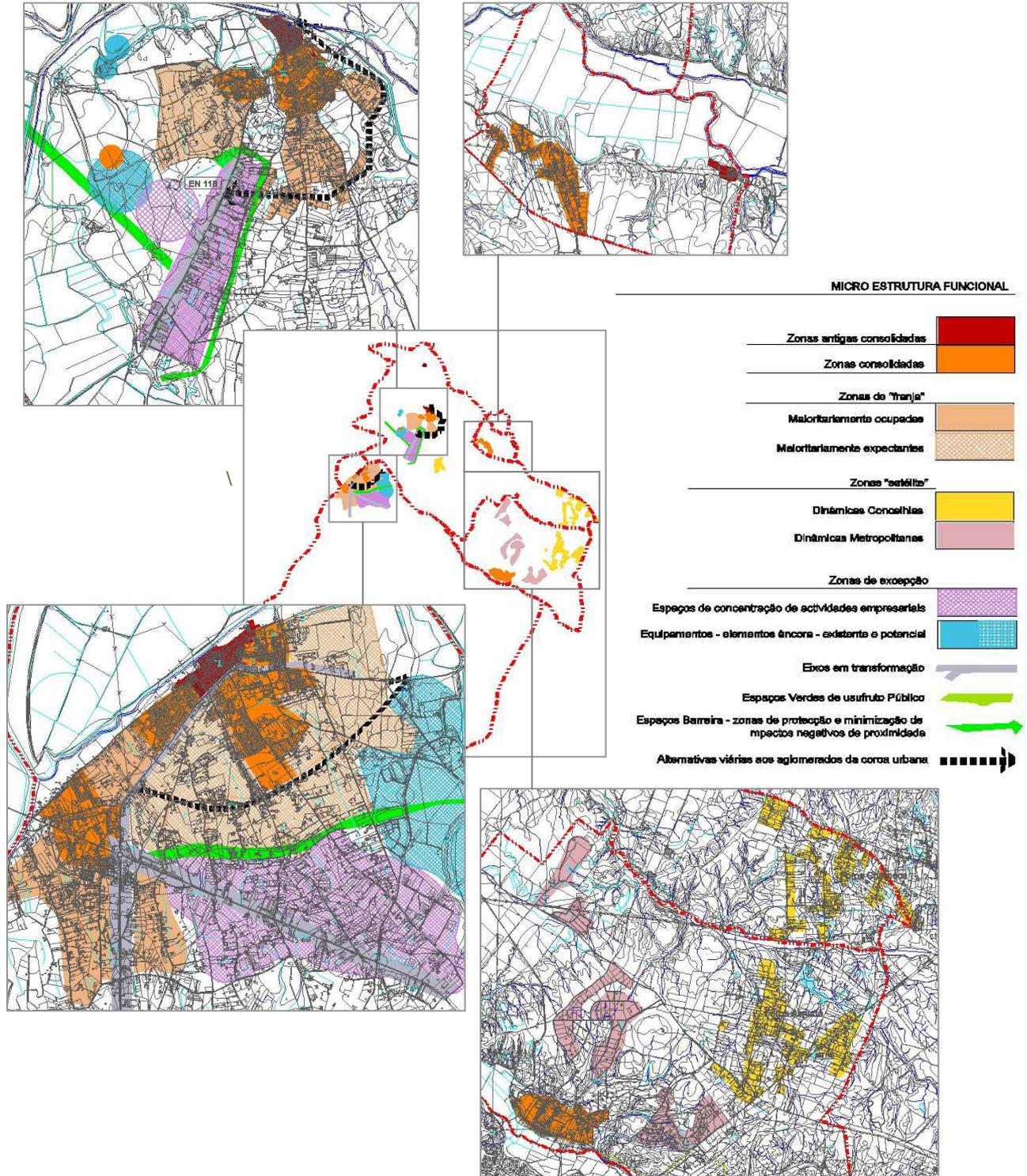
INTEGRAR – Encara-se o objectivo da integração como especial desafio nos espaços com programas funcionais singulares, sejam eles industriais ou de equipamentos. O desenho de novas zonas urbanas deve também obedecer a este objectivo. Para este objectivo concorre a capacidade de intervir sobre o espaço público – principal elemento de continuidade urbana: percurso automóvel ou pedonal, e de regulamentar a estética do construído (formas, volumes, cores);

FIGURA 2299 - PRINCIPAIS TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO POR TIPOLOGIA DE ESPAÇOS URBANOS

TIPOLOGIA DE ESPAÇO URBANO	ZONAS ANTIGAS CONSOLIDADAS	ZONAS CONSOLIDADAS	ZONAS DE “FRANJA”		ZONAS “SATÉLITE”		ZONAS DE EXCEÇÃO – EMPRESARIAIS, INDUSTRIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
			Ocupada	Expectante	Nível concelhio Foros	Nível Metropolitano Modelos emergentes	
QUALIFICAR							
MANTER							
REABILITAR							
CONSOLIDAR							
TRANSFORMAR							
INTEGRAR							

A territorialização destas classes de espaços é apresentada na planta da estrutura e forma urbana.

FIGURA 230 – ESQUEMA MICRO ESTRUTURA FUNCIONAL NO CONCELHO DE BENAVENTE



6.3. DESAFIOS E QUESTÕES A TER EM CONSIDERAÇÃO NA ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO

Tendo em consideração as características ocupacionais descritas, surgem como principais desafios à revisão do Plano director Municipal, no domínio da estrutura e forma urbana:

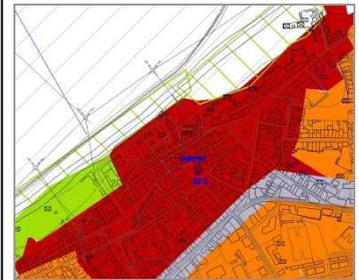
PARA TODO O TERRITÓRIO

A. REABILITAÇÃO URBANA

Espaços de identidade, espelho de culturas e quotidianos passados, encontram-se aqui espaços de valor sócio-urbanístico que urge preservar e integrar no tecido urbano mais alargado

MEDIDAS

- A1. Tratamento os espaços públicos;
- A2. Apoio à reabilitação: divulgação de financiamentos e apoios à reabilitação, apoio técnico aos projectos;
- A3. Projecto modelo “casa Típica”: dar a conhecer história, as funções originais e propor a reinvenção dos espaços, a adequação a novas necessidades respeitando elementos arquitectónicos e urbanos fundamentais.
- A4. Apoio ao Comércio Tradicional – incentivos

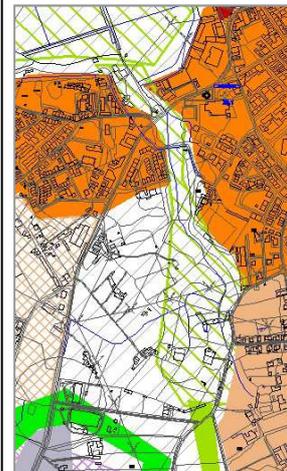


B. INTEGRAÇÃO DE ELEMENTOS NATURAIS NO DESENHO DO ESPAÇO URBANO

Assumir a qualidade do espaço urbano como um prolongamento da qualidade do espaço natural é um desafio para a diferença deste território

MEDIDAS

- B1. Tratamento das frentes ribeirinhas do Rio Sorraia e Ribeira de Santo Estêvão como espaços de recreio e lazer associados ao meio urbano;



B2. Integração das zonas de equipamento que existem associadas à envolvente dos aglomerados como âncoras de intervenção no espaço natural

B3. Corredores permeáveis em meio urbano – espaços programados com desenho orientador que assegure estes elementos.

C. QUALIFICAÇÃO E EQUILÍBRIO DE ESPAÇOS TERRITORIALMENTE CONTÍGUOS E FUNCIONALMENTE INCOMPATÍVEIS

A amálgama funcional existente pode-se dizer que é uma característica dos territórios concelhios. Espaços habitacionais e espaços industriais/armazenagem entram em conflito devido a diferentes necessidades de apropriação de espaços, gerando cenários desqualificados.

MEDIDAS

C1. Delimitação de espaços para programas funcionais específicos – industriais;

C2. Nos casos de proximidades dificilmente reversíveis, definição de espaços barreira com cortina arbórea ou elementos de minimização de impactos visuais, sonoros ou de outra natureza;

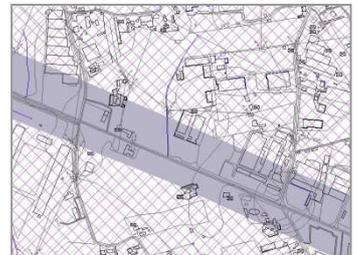
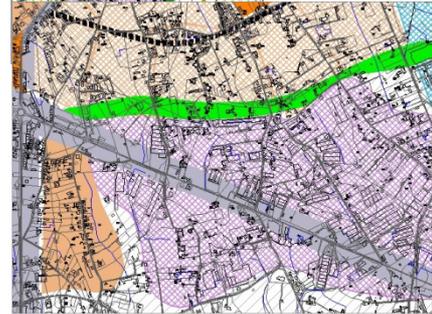
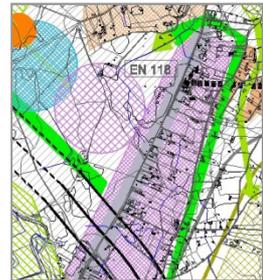
C3. Esquema preferencial de localização de diferentes sectores de actividade e esquema viário de suporte que reflecta as necessidades singulares de utilização.

D. QUALIFICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DOS ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA GÉNESE URBANA E FUNCIONAL DOS AGLOMERADOS – AS ESTRADAS NACIONAIS

A concentração de novas actividades – consumidoras de espaços foi acontecendo de forma desordenada ao longo destes eixos. Com a actual melhoria do quadro de acessibilidades surge a oportunidade de qualificação e integração, sendo para tal indispensável discutir e reinventar o papel destes eixos no tecido urbano.

MEDIDAS

Plano estrutura dos eixos viários em transformação – EN10 e 118 – matriz de localização preferencial por sectores de actividade.



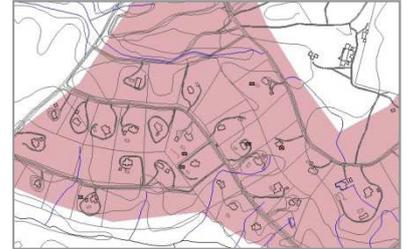
E. INTEGRAÇÃO DE MODELOS URBANOS EMERGENTES

Resultantes de fenómenos de escala local ou metropolitana, as zonas residenciais integradas no meio natural são um produto emergente no território concelhio.

MEDIDAS

Elaboração de um documento de apoio à negociação entre município e promotores que:

- Avalie a oferta desta tipologia à escala supra-local definindo as particularidades/ singularidades que se pretende que existam no concelho de Benavente,
- Identifique os elementos-chave a preservar ou a criar,
- Estabeleça sinergias e relações preferenciais com espaços existentes, etc.



SITUAÇÕES PARTICULARES

F. VERDES AGRÍCOLAS

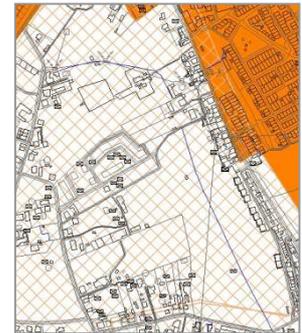
A descaracterização e imagem descontínua das franjas urbanas da coroa urbana é, em grande medida, resultante da adulteração de um modelo que se pretendia de qualificação. Ou seja, da categoria de solo urbano – Verde agrícola (VA)– resultaram territórios abandonados, escondidos no interior de grandes quarteirões onde proliferou a ocupação à face da via.

MEDIDAS

Desenho de estruturação de pequenos quarteirões urbanos, sendo fundamental a hierarquização dos arruamentos e definição de elementos âncora – equipamentos – que invertam o panorama monofuncional desqualificado.

G. FOROS

Estruturas Lineares tradicionalmente associados ao universo rural agrícola. A não adulteração deste modelo de apropriação do espaço passa por medidas concretas de gestão urbanística: Definição de afastamentos à frente do lote para que nunca se crie uma imagem de frente urbana e definição de um polígono máximo de implantação de acordo com a área e forma da parcela em causa.



7. HIERARQUIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS / AGLOMERADOS

Interrelacionada com a forma urbana e diferentes necessidades de intervenção espacial, a estrutura urbana organiza-se em torno das funções existentes e do grau de dependência da população em relação às mesmas.

A pluralidade de actividades económicas, a rede de equipamentos de utilização colectiva, o nível de prestação de serviços são factores determinantes para a compreensão das dinâmicas territoriais e das lógicas de distribuição e mobilidade populacional.

Para a aferição prévia da hierarquia urbana dos lugares do concelho de Benavente, tomou-se como ponto de partida a existência de equipamentos, de comércio e serviços e a dimensão populacional, habitacional e construída de cada um dos lugares. A grelha analítica é apresentada no quadro da figura 201.

FIGURA 2024 - PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DA HIERARQUIA URBANA DO CONCELHO DE BENAVENTE

AGLOMERADOS	ALDEIA DO PEIXE	ÁRADOS	BARROSA	BENAVENTE	COITADINHA	COUTADA VELHA	FOROS DE ALMADA	FOROS DA CHARNECA	PORTO ALTO	SAMORA CORREIA	SANTO ESTEVÃO	SÃO BRÁS
FUNÇÕES												
EQUIPAMENTOS												
Administrativos -serviços CM	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	•	•
Administrativos _Junta de freguesia	•	•	■	■	•	•	•	•	•	■	■	•
Administrativos_Tribunal	•	•	•	■	•	•	•	•	•	•	•	•
Administrativos_Finanças	•	•	•	■	•	•	•	•	•	•	•	•
Administrativos_Segurança Social	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	■	•
Culturais_biblioteca	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	•	•
Culturais_Museu	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	•	•
Culturais_Cinema	•	•	•	■	•	•	•	•	•	•	•	•
Culturais_Auditório	•	•	•	■	•	•	•	•	•	•	•	•
Culturais_Centro Cultural/Social ou similar	•	•	■	■	•	•	■	■	■	■	•	•
Desportivos_Piscina	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	•	•
Desportivos_Campo de Jogos	•	•	■	■	•	•	•	•	■	■	■	•
Desportivos_Polidesportivo	•	■	■	■	•	■	■	■	•	■	■	•
Desportivos_Pavilhão Gimnodesportivo	•	•	•	■	•	•	•	•	■	■	■	•
Ensino_JI	•	•	■	■	•	•	•	■	■	■	■	•
Ensino_EB1	•	■	■	■	•	•	■	■	■	■	■	•
Ensino_EB23	•	•	•	■	•	•	•	•	■	■	•	•
Ensino_Secundária	•	•	•	■	•	•	•	•	•	•	•	•
Ensino Especial	•	•	•	■	•	•	•	•	•	•	•	•
Lazer_Parque urbano	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	•	•
Lazer_Parque infantil	•	•	•	■	•	•	■	•	■	■	•	•
Protecção Civil_bombeiros	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	■	•
Protecção Civil_GNR	•	•	•	■	•	•	•	•	•	•	•	•
Religiosos_Igreja	•	■	■	■	•	•	■	•	•	■	■	•
Religiosos_Capela	•	•	•	■	•	■	■	■	■	■	■	■
Religioso_Cemitério	•	•	•	■	•	•	■	•	•	■	■	•
Saude_Centro Saude	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	•	•
Saude_extensão Saude	•	•	■	■	•	•	■	•	■	■	■	•
Saude_farmácia	•	•	•	■	•	•	•	•	•	•	•	•
Sociais_Infancia	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	•	•
Sociais_3ªIdade	•	•	•	■	•	•	•	•	•	■	■	•
COMÉRCIO E SERVIÇOS												
Mercado /feira	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Lojas de abastecimento diário	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Lojas especializadas	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Banco	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Multibanco	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Seguradoras	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Posto de abastecimento de combustíveis	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Escola de Condução	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
ESTATÍSTICAS (INE2001)												
Edifícios		207	333	2194		114	202	282	1252	2333	463	11
Alojamentos familiares		209	343	3511		119	218	328	1726	4201	500	11
População		336	704	7209		298	374	547	3534	8771	939	16

■ = existe

□ = não existe

Para além dos parâmetros passíveis de elencar numa quadro analítico existem relações preferenciais (rural e urbano) e dinâmicas de proximidade que só o conhecimento de campo revelam e que, também eles, contribuem para a aferição dos níveis hierárquicos dos lugares da rede urbana.

No concelho de Benavente, conforme se referiu nos pontos 1 e 2 do presente relatório, existe uma forte polarização da coroa urbana concelhia que se foi consolidando tendo como eixo de suporte a EN118 havendo também polarizações urbanas de menor escala das sedes de freguesia Barrosa e Santo Estêvão. Para além deste fenómeno de polarização urbana, existem aglomerados cujas características rurais são incontornáveis e que foram-se desenvolvendo isoladamente, ou seja, não determinados pelas dinâmicas de aglomerados urbanos próximos. A rede urbana de Benavente organiza-se em dois estágios sócio-territoriais – **Aglomerados Urbanos e Rurais (Áreas de Edificação Dispersa)**, sendo possível identificar para cada um deles uma hierarquização específica (figura 203).

FIGURA 252 – ESQUEMA DA HIERARQUIA URBANA DO CONCELHO DE BENAVENTE

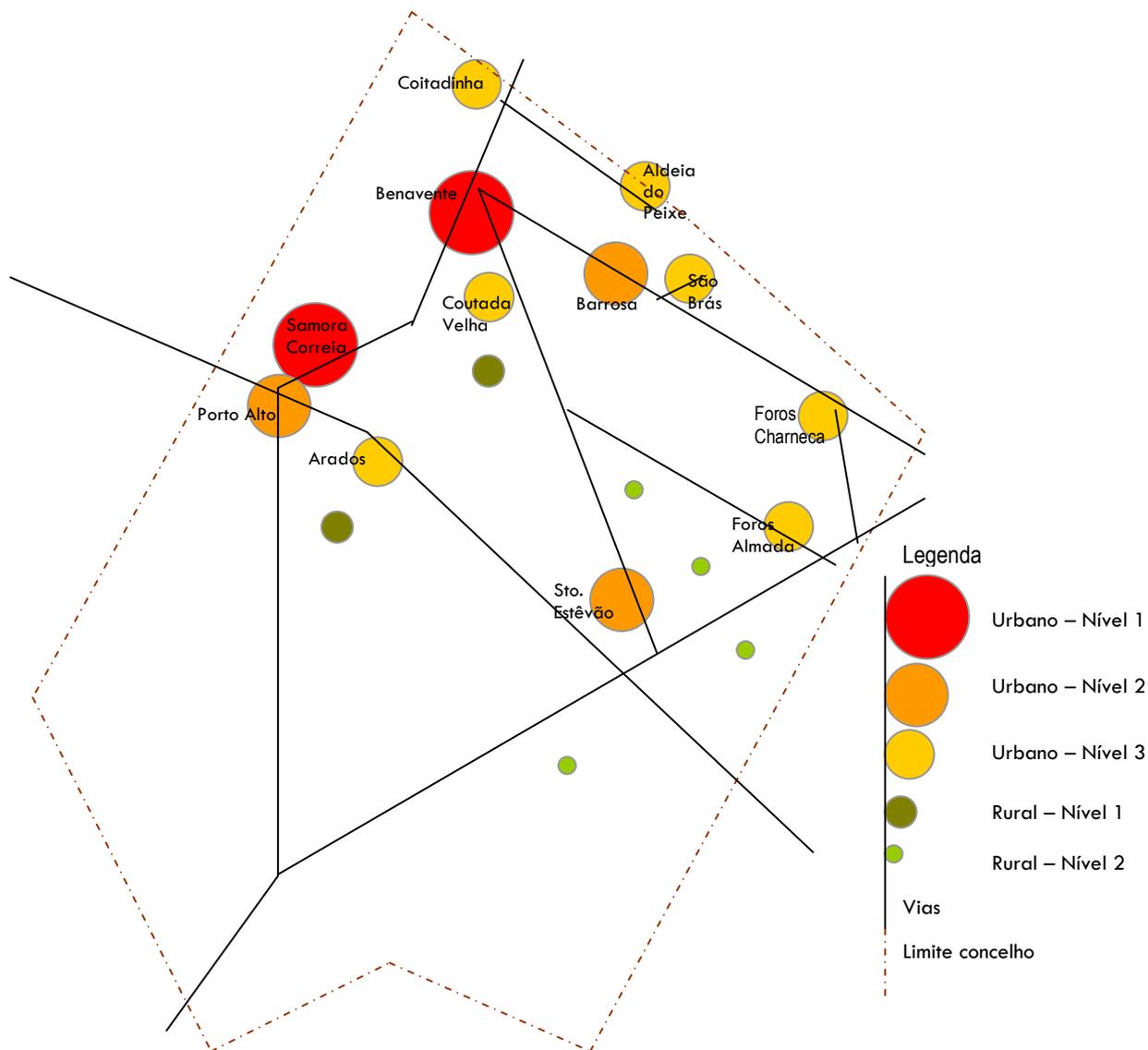


FIGURA 263 – NÍVEL HIERÁRQUICO DOS LUGARES DO CONCELHO DE BENAVENTE

Solo Urbano (Espaço Urbanizado e Urbanizável)	
Nível 1	Benavente e Samora Correia
Nível 2	Porto Alto, Santo Estêvão, Barrosa
Nível 3	Arados, Coutada Velha, Foros de Almada, Foros da Charneca, Coitadinha, Aldeia do Peixe e São Brás
Solo Rural (Áreas de Edificação Dispersa)	
Nível 1	Áreas Envolventes ao Aglomerados Urbanos
Nível 2	Áreas de 2ª Residência

A hierarquia urbana no concelho é constituída da seguinte forma:

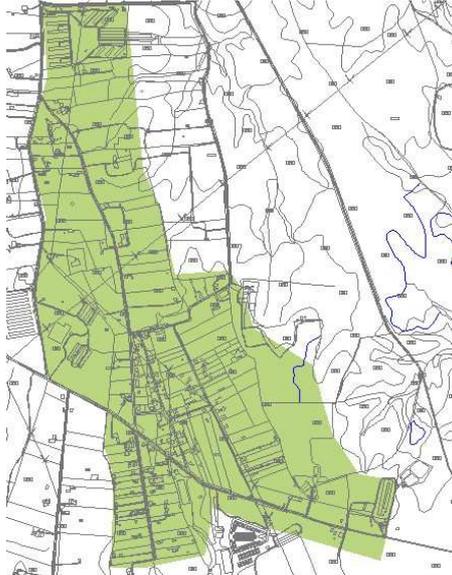
1. **GRUPO URBANO**, no qual são definidos três níveis hierárquicos:
 - 1.1. No nível 1 encontram-se os aglomerados auto-suficientes e que concentram os serviços de carácter concelhio; São eles Benavente e Samora Correia;
 - 1.2. No nível 2 encontram-se os aglomerados com um grau de serviços elevado e que à escala local se podem considerar auto-suficientes, polarizando territórios à escala da freguesia. Neste nível consideram-se os lugares de St. Estêvão, Barrosa e Porto Alto;
 - 1.3. No nível 3 encontram-se aglomerados satélites dos espaços anteriores, ou seja, com um nível de serviços e equipamentos baixo, foram-se desenvolvendo como satélites dos aglomerados urbanos de nível 1 e 2. Possuem alguns serviços e comércio de abastecimento diário o que os torna auto suficientes, não sendo influenciados nem funcional nem morfologicamente por aglomerados envolventes. São integrados neste grupo os lugares da Coutada Velha, Arados, os Foros de Almada e da Charneca e ainda São Brás, Aldeia do Peixe e Coitadinha.

2. **GRUPO RURAL**, no qual são definidos dois níveis:
 - 2.1 No nível 1 consideram-se as áreas de Edificação Dispersa, que envolvem os principais aglomerados urbanos, e que constituem áreas edificadas com características marcadamente rurais, onde a actividade agrícola predomina em quase todas as parcelas, suportadas por arruamentos em terra batida.
 - 2.2. No nível 2 são consideradas as áreas afectas a espaços de habitação de 2ª residêcia, totalmente dependentes da rede urbana concelhia e com uma componente turística muito forte. Correspondem a empreendimentos que gravitam em torno de Santo Estêvão;

A construção dispersa é, em virtude das condicionantes de ocupação territorial, uma realidade existente em Benavente. Existe uma apropriação ou pretensão de apropriação do solo rural na envolvente aos principais aglomerados, onde a estrutura fundiária é mais compartimentada e onde existem infra-estruturas básicas de suporte à ocupação.

É neste contexto que se julga fundamental que exista uma diferenciação regulamentar para o solo rural, nomeadamente nas áreas de edificação dispersa, bem como para o espaço agrícola e espaço florestal, envolvente dos aglomerados urbanos. Delimitam-se unidades espaciais onde se integram solo urbano e rural e onde este último terá um tratamento regulamentar diferenciado, como por exemplo a diminuição da área mínima de parcela passível de edificar mediante o acesso às redes de infra-estruturas.

FIGURA 274 – EXEMPLO DE UNIDADE COM SOLO RURAL E URBANO – COUTADA VELHA

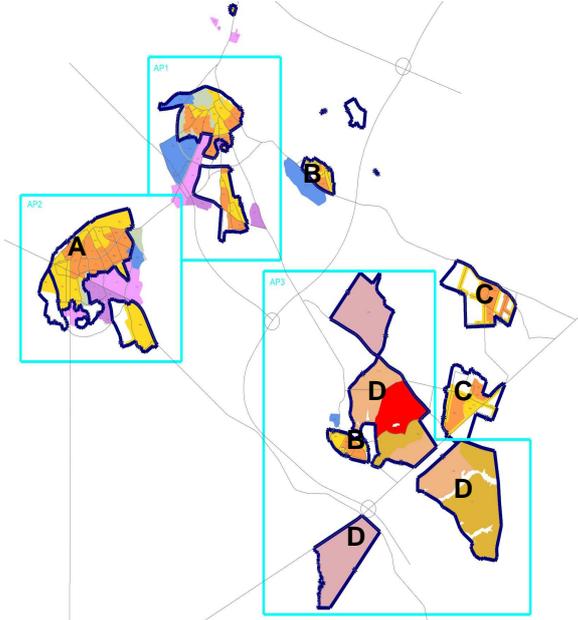


São definidas áreas plano com o objectivo de clarificar e identificar a diferenciação entre as referidas unidades espaciais.

Tendo em consideração as análises aqui apresentadas e o conhecimento adquirido noutras matérias sectoriais, nomeadamente rede de equipamentos e sistema viário, apresenta-se o esboço do que se considera ser a base do ordenamento diferenciado dos espaços urbanos concelhios. Isto é, mais importante do que a definição da hierarquia urbana é a interligação desta informação com o grau de independência funcional e o trajecto de crescimento dos espaços urbanos. Assim apresentam-se unidades espaciais, que apesar de serem constituídas por aglomerados de hierarquia diferenciada apresentam homogeneidade ao nível das aptidões e concentrações de construção, actividades, funções e população.

Considerando o descrito e atendendo à possibilidade de diferenciação das preocupações ao nível do modelo e estrutura urbana, são identificadas as seguintes unidades espaciais.

FIGURA 285 – UNIDADES ESPACIAIS



- Unidade **A** – englobando os núcleos urbanos de Benavente, de Samora Correia e algumas áreas intersticiais, representa um território marcadamente urbano com um maior e mais diversificado nível de funções, densidades mais elevadas, níveis mais satisfatórios de equipamentos e infra-estruturação;
- Unidade **B** – incluindo os aglomerados de Barrosa e Santo Estêvão, onde, apesar das características marcadamente rurais, existem funções de utilização colectiva importantes na definição da rede de centros complementares;
- Unidade **C** – incluindo os Foros de Almada e da Charneca, Arados, São Brás, Aldeia do Peixe, Coitadinha e zona ribeirinha Sul de Samora Correia são zonas com um povoamento de características rurais, quase exclusivamente residencial com fortes relações com as actividades agrícolas e agro-florestais.
- Unidade **D** – Vila Nova de St Estêvão – Aroeira, Mata do Duque – Sesmarias do Pauqueimado, Zambujeiro, Mata do Duque II e Infantado – Vargem Fresca; que correspondem aos espaços que representam as grandes áreas disponíveis para instalação de empreendimentos turístico / residenciais.

8. VALORES PATRIMONIAIS

8.1. A HISTÓRIA

“Benavente deve a sua origem a um grupo de colonos estrangeiros que se fixou na margem Sul do Tejo. A vinda destes estrangeiros obedecia ao plano de D. Sancho I de povoar as terras conquistadas aos mouros, realizando assim a sua ocupação efectiva. Em 1199 originava-se a povoação de Benavente, que por ficar nos limites do Castelo de Coruche, subordinado à Ordem de Calatrava, foi construída sob a égide e senhorio desta ordem militar. Neste facto se tem também filiado o nome da povoação, sabido que à mesma ordem pertencia também o castelo de Benavente, no reino de Leão. Benavente foi o segundo concelho instituído ao Sul do Tejo. Tem foral antigo, dado por D. Paio, ou Pelágio, mestre da Ordem Militar de Évora, em 25 de Março de 1200, confirmado em Santarém em 1218, e foral novo de D. Manuel I, dado em 16 de Maio de 1516. Além disso recebeu privilégios de vários monarcas, especialmente D. Dinis e D. Fernando.

A povoação tem um aspecto agradável e simpático, e no seu tecido urbano inserem-se apreciáveis residências, antigas e modernas, e um parque arborizado onde se integra a nova igreja paroquial e ainda um Pavilhão Gimnodesportivo com obra de ampliação em fase de acabamento bem como um Centro Cultural junto ao Palácio da Justiça, em plena actividade. Junto do cais velho ainda se vislumbram, na toponímia e na estrutura dos edifícios antigos, vestígios da sua navegação fluvial, anterior às obras de hidráulica que transformaram substancialmente a região.

No largo do Município, fronteiro aos Paços do Concelho, foi reerguida com base nos fragmentos que estavam em poder da Câmara, o gracioso pelourinho quinhentista.

Retirado de "Roteiro Turístico", Região de Turismo do Ribatejo.

"Até à eclosão do Caminho de Ferro, o concelho de Benavente desfrutava uma posição privilegiada no respeitante à capacidade de drenagem das suas produções devido às excelentes condições de transporte fluvial: Vala Nova, que unia Benavente directamente ao Tejo; Rio Sorraia, que servia Benavente e parte da freguesia de Samora Correia; Rio Almansor, que ligava a vila de Samora Correia ao Sorraia, além de permitir o transporte de produtos da terra para montante; e, no extremo sul, fazendo de fronteira com o concelho de Alcochete, a Ribeira das Enquias, navegável desde finais do séc. XVIII e com importantes melhoramentos no século seguinte.

Estas vantagens da acessibilidade a Lisboa e a outros mercados não tiveram entretanto o aproveitamento desejável, por um lado, devido ao facto de grande parte do concelho, mormente a parte meridional da freguesia de Samora Correia estar sujeita à exploração florestal para o necessário abastecimento de Lisboa em lenha e por outro lado, devido à estrutura fundiária, em que avultavam vastos latifúndios com utilização muito extensiva (mato, floresta, caça, criação de gado). Destes latifúndios, que se prolongavam pelos concelhos vizinhos das duas margens do Tejo, destacavam-se os da Coroa, do Infantado, da Casa da Rainha, da Patriarcal que, entre outros, vieram a dar origem, com a nacionalização no regime liberal, à Companhia das Lezírias, a primeira grande empresa agrícola de tipo capitalista moderno. A Companhia

das Lezírias, constituída em 1835, comprou as propriedades que então abrangiam cerca de 48 000 ha e trouxe, com as obras de hidráulica e recuperação de lezírias e com a plantação florestal, um certo tipo de desenvolvimento, embora mantendo dominante, até aos nossos dias, a agricultura extensiva e o sistema de arrendamento(...)

Com a introdução e difusão do caminho de ferro, o concelho de Benavente (...) ficou marginalizado relativamente a essa inovação, pelo que o transporte fluvial continuou a desempenhar a sua função. Assim, ao contrário do que acontecia noutras regiões, o caminho de ferro não trouxe nenhuma alteração sensível à estrutura económica e social de Benavente: as mercadorias continuavam a ter nos rios o melhor eixo de transporte, enquanto as pessoas só em Vila Franca de Xira e mais tarde em Muge encontravam as estações ferroviárias mais próximas. O transporte fluvial, a partir de Benavente ou de Samora Correia manteve-se activo até depois da Segunda Grande Guerra e a sua decadência, que de qualquer forma se iniciara com o desenvolvimento do tráfego automóvel, só se acelerou após a inauguração da ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira.

Esta marginalização relativamente às inovações dos dois transportes mecânicos teve, necessariamente consequências na estrutura económica e social do concelho de Benavente. Com a inauguração da ponte sobre o Tejo e a canalização do tráfego para o Alentejo e margem sul do médio Tejo, verifica-se o desenvolvimento do cruzamento do Porto Alto, primeiro através da instalação de restaurantes, bombas de gasolina e oficinas de reparação, depois com a instalação de algumas indústrias, que beneficiavam de terrenos baratos, relativamente à proximidade de Lisboa. Também a agricultura beneficia da localização, desenvolvendo-se a produção hortícola e florícola para o mercado de Lisboa. Mais recentemente, já nos anos 70 e com grande ênfase na actualidade, regista-se em Samora Correia a expansão da construção civil, moradias e prédios, para populações que têm o seu local de trabalho na margem esquerda, no eixo industrial Vila Franca de Xira - Lisboa.(...).

A progressiva melhoria dos meios de transporte e a expansão da área metropolitana de Lisboa, originaram assim um processo de transformação física, económica e social, na freguesia de Samora Correia.

Um pouco mais afastada, mas beneficiando das funções decorrentes de ser sede de concelho, a freguesia de Benavente tem também registado algum desenvolvimento relacionado com a proximidade de Lisboa (indústria, comércio e habitação). Já Santo Estêvão, a terceira freguesia do concelho, afogada no latifúndio, tem menos perspectivas; aí, o fenómeno induzido por Lisboa é semelhante ao que se verifica em muitas localidades do Alentejo relativamente próximas de Lisboa (concelhos de Coruche, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Chamusca, Mora, Vendas Novas e outros) - o trabalho na construção civil, com vinda a casa aos fins-de-semana, por vezes apenas quinzenalmente.

O concelho de Benavente, embora ainda não participe activamente do dinamismo da Área Metropolitana de Lisboa, aparece-nos já na sua sombra, integrando-se progressivamente, quer pelo desenvolvimento de certas actividades económicas, quer pelo crescimento da função dormitório. É na freguesia de Samora Correia que este processo se encontra em fase mais adiantada".²

² "Utilização dos Tempos Livres" – relatório nº1, Concelho de Benavente (caracterização socio-económica e equipamentos colectivos) – SEC/INIC – Estudos para o Planeamento Regional e Urbano – 1981, pág. 3-6.

8.2. PATRIMÓNIO CULTURAL

De acordo com a Lei nº107/2001 de 8 de Setembro, integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

FIGURA 296 – LISTAGEM DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (FONTE: IGESPAR E DGEMN)

LISTAGEM DO INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO (IGESPAR)				
DESIGNAÇÃO	GRAU DE CLASSIFICAÇÃO	CATEGORIA/TIPOLOGIA	DECRETO	IMAGEM
FACHADA DO ANTIGO PALÁCIO DE D. MIGUEL	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO (HOMOLOGADO – IIM INTERESSE MUNICIPAL)	ARQUITECTURA CIVIL / FACHADA		SAMORA CORREIA 
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA	IIP IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO	ARQUITECTURA RELIGIOSA / IGREJA	41 191, DG 162, DE 18-07-1957	SAMORA CORREIA 
CRUZEIRO E ADRO DO LARGO DO CALVÁRIO	IIP IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO	ARQUITECTURA RELIGIOSA / CRUZEIRO	42 692, DG 276, DE 30-11-1959	 BENAVENTE
PELOURINHO DE BENAVENTE	IIP IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO	ARQUITECTURA CIVIL / PELOURINHO	23 122, DG 231, DE 11-10-1933	 BENAVENTE

INVENTÁRIO DA DIRECÇÃO GERAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS				
DESIGNAÇÃO	UTILIZAÇÃO E PROPRIEDADE	ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	TIPOLOGIA	IMAGEM
CASA DO MONTE DA BELA VISTA	UTILIZAÇÃO INICIAL RESIDENCIAL: RESIDÊNCIA DE MONTE UTILIZAÇÃO ACTUAL DEVOLUTO PROPRIEDADE PRIVADA: MISERICÓRDIA	Séc.19/20	ARQUITECTURA CIVIL OITOCENTISTA. CASA ROMÂNTICA, COM COMPARTIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE PILASTRAS, GRANDE NÚMERO DE VÃOS POUCO ESPAÇADOS, COM CORPO TÍPICO DOS ANOS 40-60 COM JANELAS DE ARCO OGIVAL. CASA TORREADA, AQUADRADADA, COM DOIS PISOS E 4 ÁGUAS, COM DOIS CORPOS TÉRREOS DE 2 ÁGUAS JUSTAPOSTOS. VOLUMES MACIÇOS, CAIADOS, COM ALÇADOS LATERAIS CEGOS, MOLDURAÇÃO DE CUNHAIS, CAIADOS DE BRANCO, COM CINTAS DE COR, TELHADOS SANQUEADOS, COM BEIRA, COBERTURAS INTERIORES EM TECTO DE PAINEL.	
HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE	UTILIZAÇÃO INICIAL HOSPITALAR E ASSISTENCIAL UTILIZAÇÃO ACTUAL ASSISTENCIAL : CATEI - CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO DE EMERGÊNCIA PARA IDOSOS / LAR DE IDOSOS / CONSULTA EXTERNA. PROPRIEDADE PRIVADA: MISERICÓRDIA	Séc.20	ARQUITECTURA CIVIL HOSPITALAR E ASSISTENCIAL, REVIVALISTA. EDIFÍCIO INICIALMENTE ADAPTADO ÀS NECESSIDADES DE UM CENTRO HOSPITALAR, COM INTERESSANTE DISTRIBUIÇÃO PLANIMÉTRICA DEFINIDA POR VÁRIOS CORPOS LONGITUDINAIS E TRANSVERSAIS, ARTICULADOS EM REDOR DE UMA AMPLA SALA OCTOGONAL CENTRAL, DESTINADA A ÁTRIO OU SALA DE ESPERA; OS ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E AS SALAS DE CONSULTA SITUAM-SE DO LADO NASCENTE; OS QUARTOS PARTICULARES E ENFERMIARIAS PARA OS 2 SEXOS E A ZONA DAS COZINHAS, DO LADO POENTE. LINGUAGEM NEO-ROMÂNICA NOS ARCOS PERALTADOS DO CORPO DE ACESSO.	
IGREJA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE	UTILIZAÇÃO INICIAL CULTURAL / ASSISTENCIAL UTILIZAÇÃO ACTUAL CULTURAL / FUNERÁRIA (UM DOS ANEXOS SERVE DE CASA MORTUÁRIA) / MUSEOLÓGICA (NA SALA DEBAIXO DA TRIBUNA EXISTE UM PEQUENO MUSEU COM IMAGENS ORIUNDAS DA DEMOLIDA IGREJA MATRIZ). PROPRIEDADE PRIVADA: MISERICÓRDIA	Séc.16/17	ARQUITECTURA RELIGIOSA, MANEIRISTA. IGREJA DA MISERICÓRDIA COM A FACHADA PRINCIPAL LATERAL RASGADA POR PORTAL, ENCIMADA POR PEQUENA SINEIRA, NAVE ÚNICA E CAPELA-MOR DESTACADA, SALA DA IRMANDADE E HOSPITAL COMUNICANDO COM A NAVE, DO LADO OPOSTO À CAPELA-MOR, POR TRIBUNA. LINGUAGEM ERUDITA NO TRATAMENTO DO PORTAL, COM O SEU JOGO DE PILASTRAS E PINÁCULOS, COROADO POR FRONTÃO DE VOLUTAS, ÚNICA NOTA DE DESTAQUE NA FACHADA RECTILÍNEA.	

A listagem apresentada no quadro da figura 206 é a base de partida, podendo caso se justifique vir a ser listados outros exemplares do património local que, pelo seu valor social e histórico possam vir a ser classificados como imóveis de valor concelhio.

8.2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

A base de dados de património arqueológico, também designada de “Endovélico”, consiste num sistema de informação e gestão arqueológica, desenvolvido para prossecução das atribuições das Instituições tutelares do património arqueológico, visando conferir uma dimensão espacial, permitindo pesquisas de natureza territorial e localização dos sítios arqueológicos. No concelho de Benavente identificam-se como Sítios Arqueológicos, os registados na Planta dos Elementos Patrimoniais e no quadro seguinte:

LISTAGEM DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO (IGESPAR)				
CNS	TIPO	DESIGNAÇÃO	CONCELHO	FREGUESIA
1174	VILA	MONTE DA PARREIRA	BENAVENTE	BENAVENTE
14944	ESTAÇÃO DE AR LIVRE	MONTE DA FORMIGA	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
15532	VESTÍGIOS DIVERSOS	ZAMBUJEIRO	BENAVENTE	BARROSA
16680	FORNO	MONTE DOS CONDES	BENAVENTE	SANTO ESTÊVÃO
17628	ATALAIA	BELMONTE	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
19131	OLARIA	GARROCHEIRA	BENAVENTE	BENAVENTE
11501	NECRÓPOLE	COURELA DAS CAVEIRAS	BENAVENTE	BENAVENTE
11503	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	MONTE DO GATO	BENAVENTE	BENAVENTE
11505	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	ARNEIRO DE SANTO ANDRÉ	BENAVENTE	BENAVENTE
11504	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	FORNOS DA TELHA	BENAVENTE	BENAVENTE
11506	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	MONTE DOS CONCELHOS	BENAVENTE	SANTO ESTÊVÃO
11507	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	CALADO	BENAVENTE	SAMORA CORREIA

LISTAGEM DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO (IGESPAR)				
CNS	TIPO	DESIGNAÇÃO	CONCELHO	FREGUESIA
11509	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	CASA DO GUARDA	BENAVENTE	BENAVENTE
11510	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	CARVOEIRA	BENAVENTE	BENAVENTE
11511	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	MONTE DA SAÚDE	BENAVENTE	BENAVENTE
11517	INDETERMINADO	MONTINHO	BENAVENTE	BARROSA
11584	ACHADO(S) ISOLADO(S)	VALE BAETA	BENAVENTE	SANTO ESTÊVÃO
11585	ACHADO(S) ISOLADO(S)	VALE DO TREJOITO	BENAVENTE	BENAVENTE
11587	MANCHA DE OCUPAÇÃO	ARNEIRO CORTIÇO	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
11590	MANCHA DE OCUPAÇÃO	BELMONTE	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
11622	POVOADO	MOITA DE OURIVES	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
11627	POVOADO	MONTE DA QUINTA 2	BENAVENTE	BARROSA
20660	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	MONTE DA FOZ 1	BENAVENTE	BENAVENTE
20716	INDETERMINADO	MONTE DA QUINTA 1	BENAVENTE	BARROSA
20719	INDETERMINADO	FORO DE DOM JOÃO	BENAVENTE	BARROSA
21863	ESTAÇÃO DE AR LIVRE	MONTE DA FOZ 2	BENAVENTE	BENAVENTE
31157	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	SALEMA	BENAVENTE	BENAVENTE
31159	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	CASA DA GUARDA 2	BENAVENTE	BENAVENTE
31160	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	ODRES A	BENAVENTE	BENAVENTE
31161	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	ODRES B	BENAVENTE	BENAVENTE
31163	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	ODRES C	BENAVENTE	BENAVENTE
32065	MANCHA DE OCUPAÇÃO	RIBEIRA DO VALE COBRÃO 5	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32066	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CANTO DO MARCO/VALE COBRÃO 1	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32067	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CANTO DO MARCO/VALE COBRÃO 2	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32068	MANCHA DE OCUPAÇÃO	VALE DO OLHO 3	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32069	ACHADO(S) ISOLADO(S)	RIBEIRA DO VALE COBRÃO 6	BENAVENTE	SAMORA CORREIA

32070	ACHADO(S) ISOLADO(S)	VALE DO OLHO 4	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32071	MANCHA DE OCUPAÇÃO	CANTO DO MARCO/VALE COBRÃO 3	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32072	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CANTO DO MARCO/VALE COBRÃO 5	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32073	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CANTO DO MARCO/VALE COBRÃO 4	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32074	ACHADO(S) ISOLADO(S)	VALE DE OLHO 1	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32075	ACHADO(S) ISOLADO(S)	RIBEIRA DO VALE COBRÃO 7	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32076	ACHADO(S) ISOLADO(S)	VALE DE OLHO 2	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32078	ACHADO(S) ISOLADO(S)	VALE DE OLHO 5	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32079	ACHADO(S) ISOLADO(S)	RIBEIRA DO VALE COBRÃO 8	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32080	MANCHA DE OCUPAÇÃO	VALE DE OLHO 6	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32087	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	CABEÇA DOS BÁCOROS 2	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32088	ACHADO(S) ISOLADO(S)	PULGAS 1	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32089	MANCHA DE OCUPAÇÃO	CABEÇA DOS BÁCOROS 3	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32090	ACHADO(S) ISOLADO(S)	PULGAS 2	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32115	ACHADO(S) ISOLADO(S)	PULGAS 3	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32117	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CHAFARIZ DO BICO DA ROLA 2	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32118	MANCHA DE OCUPAÇÃO	ALTO DOS CASTELHANOS	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32119	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CANTO DO MARCO 1	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32120	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CANTO DO MARCO 2	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32121	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CANTO DO MARCO 3	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32122	ACHADO(S) ISOLADO(S)	PULGAS 4	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32123	ACHADO(S) ISOLADO(S)	PULGAS 5	BENAVENTE	SAMORA CORREIA

CAP. 9 - VALORES NATURAIS E PAISAGÍSTICOS

VER PLANTAS:

- 15 – SUPORTE FÍSICO
- 13 – SITUAÇÃO EXISTENTE - USO DO SOLO;
- 17 – VALORES NATURAIS E PAISAGÍSTICOS
- 18 – VALORES NATURAIS – HABITATS (REDE NATURA)
- 19 – VALORES NATURAIS – AVIFAUNA (REDE NATURA)
- 14A E 14B – ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
- 20 – CARTA DE RISCOS
- 21 – CARTA AMBIENTAL



1. INTRODUÇÃO

O estudo da componente paisagem baseia-se numa primeira fase na caracterização de várias componentes que se podem dividir em dois grandes grupos: biofísica e ocupação humana. Considera-se pois que a paisagem de qualquer território é o resultado quer da sua estrutura e acontecimentos naturais, quer das actividades e tipo de ocupação humana que se desenvolveu nesse mesmo território. Assim, são feitas as caracterizações biofísicas e de ocupação humana, seguidas de uma síntese que reflecte o seu cruzamento de forma a poder caracterizar a paisagem e, assim, ser possível definir quais as estratégias a defender.

O território de Benavente é claramente um espaço onde a combinação, sobretudo, de vários factores naturais determinou a existência de uma paisagem singular de valor indiscutível.

Ao estudar esta paisagem, estuda-se uma componente essencial do território, que reflecte quer os elementos naturais existentes, quer a actividade humana desenvolvida ao longo do tempo sobre esses elementos.

2. ANÁLISE BIOFÍSICA

Climaticamente, os valores médios mensais de temperatura do ar variam regularmente ao longo do ano com o máximo em Agosto e o mínimo em Janeiro. A temperatura média anual ronda os 17°C. A precipitação anual situa-se entre 600 mm e 700 mm sendo os meses mais chuvosos o de Dezembro e Janeiro e os mais secos Julho e Agosto.

O conhecimento das variações altimétricas de um território é fundamental para a percepção das formas de relevo e do carácter cénico da Paisagem. O concelho de Benavente apresenta uma baixa variação altimétrica, de cotas baixas e baixos declives. As zonas mais altas não ultrapassam os 75 metros de altitude e localizam-se na zona nascente do concelho. É também na zona Nascente/Norte do concelho, e associadas aos leitos das linhas de água, que surgem as zonas com declive ligeiramente superior ao resto do concelho. No entanto, são declives baixos e que não alteram o carácter da paisagem de todo o concelho, caracterizada do ponto de vista morfológico bastante plano e com grandes amplitudes visuais. A figura 207 mostra a variação altimétrica e a figura 208 evidencia os baixos declives existentes. Por se tratar de um território bastante plano não são significativas as pequenas variações das exposições solares.

A marcação hidrográfica de uma paisagem corresponde a uma interpretação da sua orgânica, esclarecendo quanto ao funcionamento dos seus circuitos naturais. Relativamente à rede hidrográfica (figura 209), esta é, sem dúvida, uma das componentes fundamentais deste território e do carácter desta paisagem. De facto, a rede hidrográfica inclui uma pequena parte do Estuário do Tejo, zona com uma importância indiscutível do ponto de vista da conservação da natureza, e ainda importantes linhas de água, nomeadamente o Rio Sorraia e o Rio Almansor. Associado às linhas de água, um conjunto significativo de sistemas húmidos contribui para a singularidade deste território.

Em termos litológicos (figura 210) encontramos principalmente formações recentes, portanto pouco estáveis, nomeadamente aluviões, areias superficiais e uma área muito significativa de depósitos de terraços. A planície aluvial do Quaternário, têm uma presença muito significativa, que se estende ao longo do Tejo e seus afluentes. Revestem-se da maior importância pois são solos bastante permeáveis, férteis e com elevada aptidão para a agricultura. Na zona Sul do concelho predominam as argilas do Pliocénico.

Relativamente aos espaços naturais e às características bióticas, existe uma grande valia, com significado a nível internacional. Incluindo parte da Reserva Natural do Estuário do Tejo e ainda uma área significativa da ZPE do Tejo, é indiscutível o valor natural desta área, quer do ponto de vista da flora quer da fauna (figura 211).

O Estuário do Tejo é a zona húmida mais extensa do país e uma das mais importantes da Europa. Inclui as maiores extensões contínuas de sapal e de maior significado no nosso país. Em termos biogeográficos, situa-se na zona de transição entre o litoral com características nitidamente atlânticas e o litoral de carácter predominantemente mediterrânico. Na planície aluvial existem vários tipos de habitats agrícolas de características muito particulares, como pastagens e prados de lezíria, alguns dos quais são periodicamente alagados, formando charcos temporários.

Apresenta elevada biodiversidade e uma singular diversidade paisagística. É notável a grande extensão relativa da faixa entre-marés, que desempenha funções essenciais para a manutenção dos ecossistemas estuarinos e do litoral adjacente. Importante para peixes migradores e lontra. Muito importante para aves aquáticas, é uma zona húmida de importância internacional para a invernada e passagem de aves dependentes de zonas húmidas.

A sua localização, nas proximidades de zonas urbanas e industriais em expansão, levanta uma série de problemas relativos a edificações e vias de comunicação. A intensificação agrícola, a poluição industrial, doméstica e de origem agrícola, a pressão turística e urbana, e a caça furtiva são situações que requerem uma atenção especial de forma a não por em risco os valores naturais indiscutíveis que podemos encontrar neste território

Como principais Habitats com importância para a biodiversidade podemos encontrar: Arrozaís; Culturas extensivas de cereal (incluindo culturas de rotação em pousio regular); Florestas esclerófilas; Pastagens melhoradas; Rios sujeitos a marés, Estuários, Lodaçais, Bancos de Areia, Lagunas (salinas incluídas); Sapais, Prados salgados, Estepes salgadas; e Turfeiras, Paus, Vegetação ribeirinha, Pântanos (é possível encontrar 27 habitats do Anexo I (Directiva 92/43/CEE)),

De facto, é a avifauna aquática migradora que atribui ao estuário do Tejo o estatuto de mais importante zona húmida do País. Aqui ocorrem com regularidade cerca de 100.000 aves invernantes, ultrapassando o valor de 120.000 aves nos períodos de passagem migratória. A avifauna, que utiliza o estuário e a área terrestre adjacente, engloba cerca de 194 espécies de ocorrência regular (aquáticas, estepárias e de floresta), 46 das quais encontram-se incluídas no anexo I da Directiva 79/409/CEE. É local de importância internacional, contribuindo significativamente para a preservação de 14 espécies de aves, das quais se destaca o alfaiete *Recurvirostra avosetta* cuja população invernante no estuário chega a atingir cerca de 20% dos efectivos europeus.

Também para os peixes o estuário é importante. Constitui zona de *nursery* 19 espécies;

apresenta condições para a desova e crescimento de 3 outras; alberga populações de 2 espécies residentes de importância comercial e de outras 9 importantes ao nível da manutenção das cadeias alimentares; é zona de transição importante para 5 espécies de peixes migradores, 4 delas protegidas pela Directiva 92/43/CEE; o seu troço terminal é ainda local privilegiado de alimentação de espécies marinhas costeiras, havendo registo de um total de cerca de 60 espécies ao longo dos tempos.

Na área terrestre adjacente ao estuário, regista-se a presença de lontra *Lutra lutra* e do ratinho *Microtus cabrera* entre 35 espécies mamíferos, assim como do cágado *Mauremys leprosa* entre 9 espécies de répteis e 11 anfíbios.

Na Reserva Natural, no concelho de Benavente, está integrada a Reserva Integral de Pancas apresentando-se como o principal local de alimentação e repouso de aves limícolas, constituindo ainda local privilegiado de alimentação e refúgio dos juvenis de peixes na maré-cheia. Esta Reserva Integral possui cerca de 1.013 ha e engloba a maior mancha de sapal do estuário que se desenvolve entre a foz do Rio Sorraia e Alcochete.

Na vegetação da Reserva Natural do Estuário do Tejo destaca-se a vasta mancha halofítica que bordeja o estuário. Constituída sobretudo por gramíneas e arbustos de pequeno porte, que colonizam os solos de vasa compactada nas margens estuarinas onde chegam as marés, representa a continuidade de produtividade primária entre o ambiente aquático e o terrestre.

Para além do Estuário do Tejo, existem ainda outras áreas com interesse superior para a biodiversidade, como é o caso do Paul de Belmonte e do Paul do Trejoito, zona húmida compreendendo uma apreciável diversidade de microhabitats e a Ribeira de St. Estêvão, zona envolvente de montado de sobro, associado a pinhal manso, é caracterizada por Solos aluviais ocupados por cultura de arroz e por uma rede de canais marginados por tábua. Subsiste, ainda, uma pequena área palustrina do tipo paul, composta por mancha densa de salgueiros e tábua.

FIGURA 307 – ALTIMETRIA

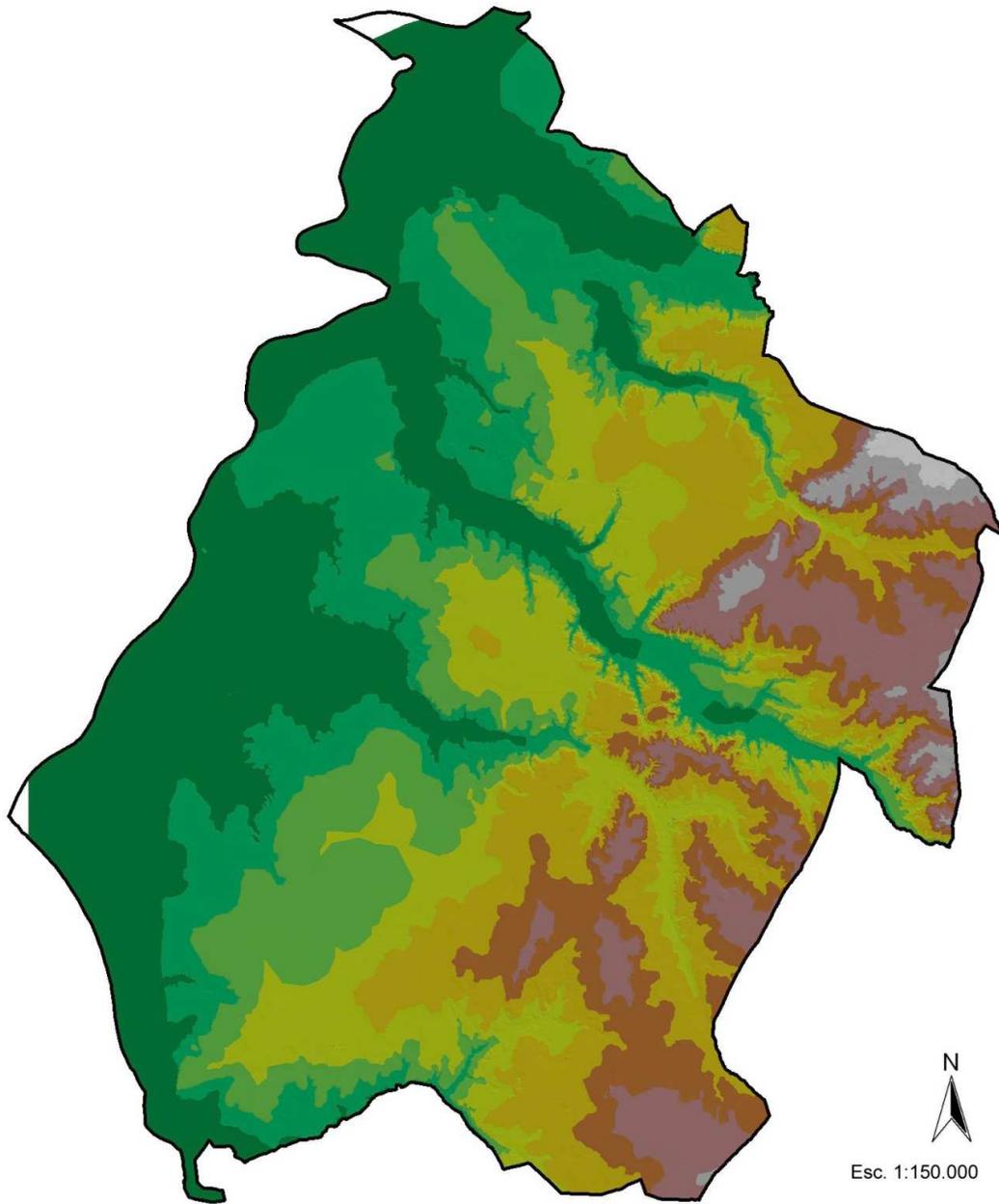


FIGURA 318 – CARTA DE DECLIVES

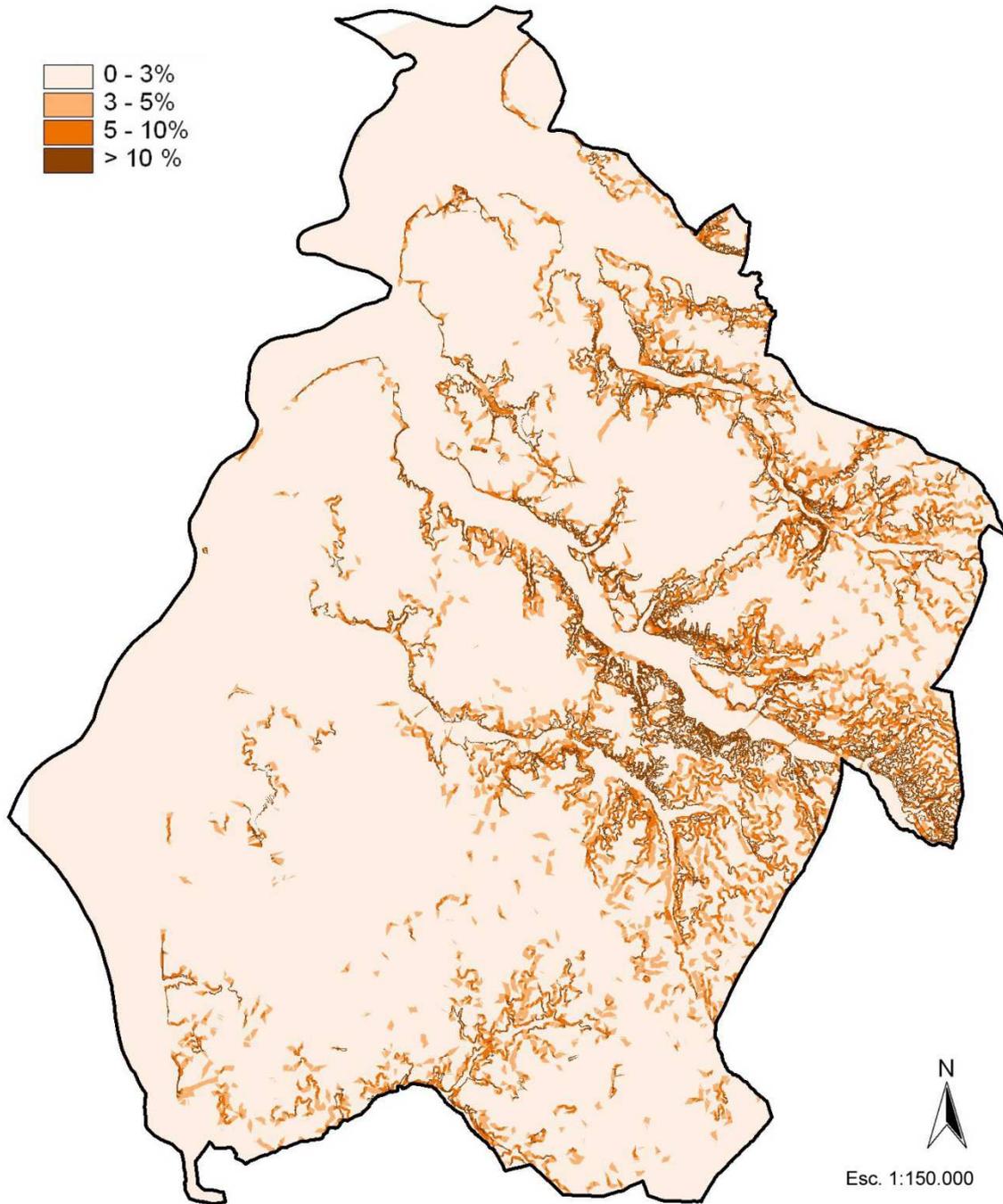
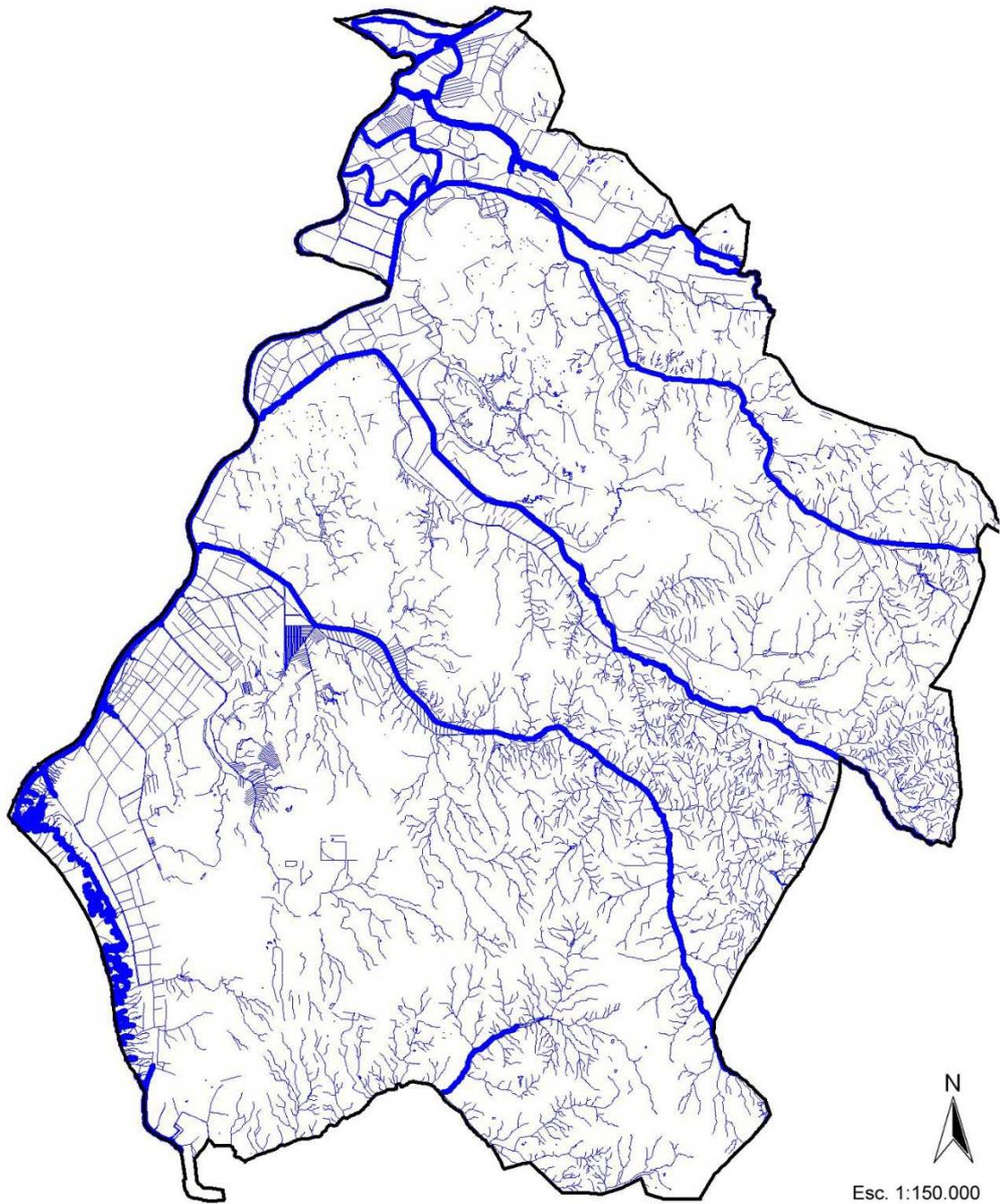


FIGURA 329 – HIDROGRAFIA



Esc. 1:150.000

FIGURA 2330 - LITOLOGIA

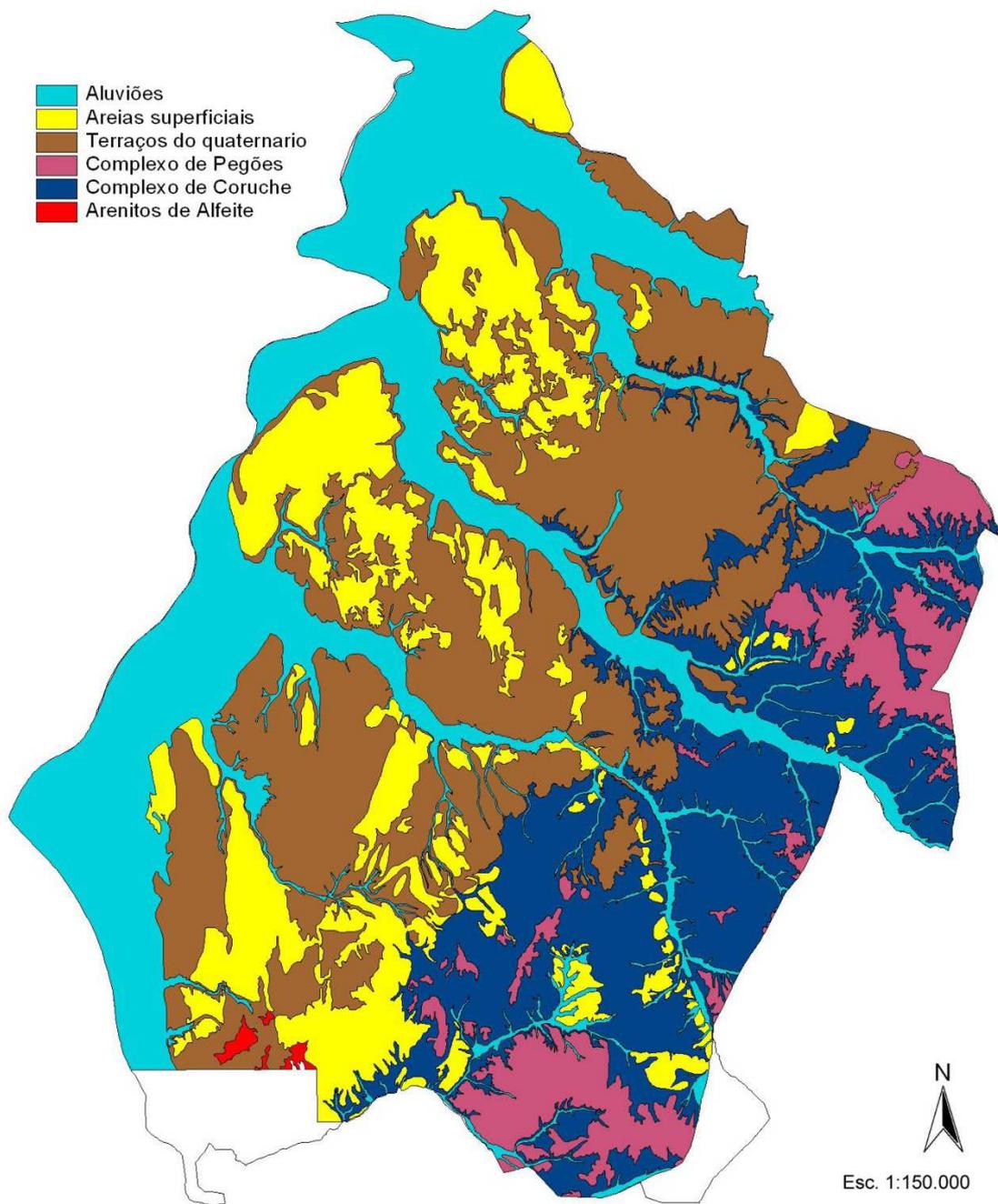
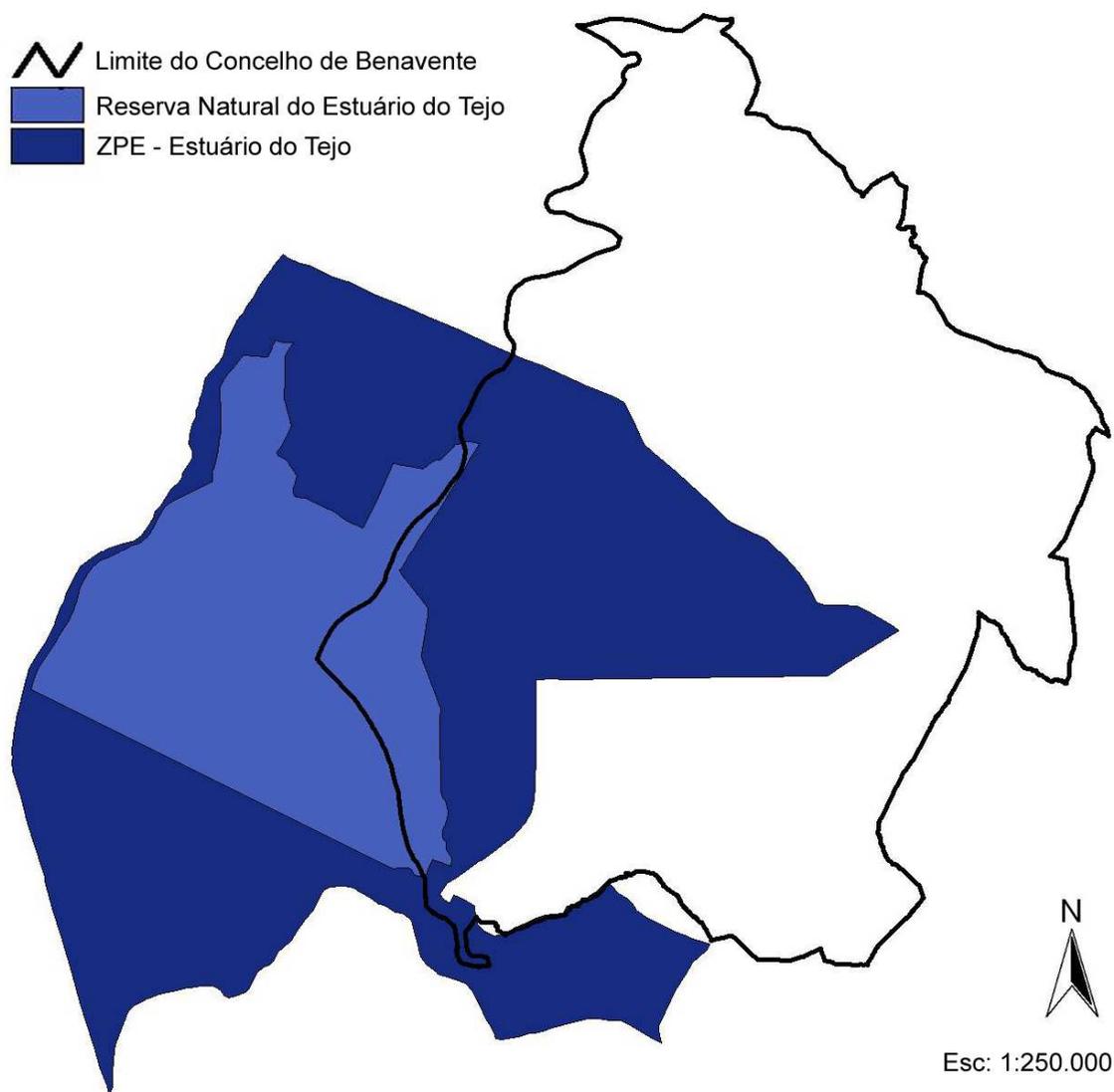


FIGURA 2341 – RNET E ZPE



3. RECURSO DE SOLO ARÁVEL E RECURSOS FLORESTAIS

3.1. CLASSIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SOLO

Na Carta dos Solos de Portugal da autoria do SROA/CNROA, estão representadas, dentro dos limites do concelho de Benavente, 29 unidades-pedológicas, que se situam, de acordo com a respectiva classificação pedagógica, a nível taxonómico da “família dos solos”, e que se distribuem na área concelhia, caracterizam-se nos seguintes aspectos específicos:

REGOSSOLOS PSAMÍTICOS

Normais

≥ não húmidos (Rg)

Para-Hidromórficos

≥ húmidos cultivados (Rgc)

Solos não evoluídos que se identificam com depósitos de cobertura dominados por materiais arenosos de consistência solta, onde se distingue um horizonte a mais ou menos escurecido. Estas características dizem respeito aos regossolos psamíticos normais (Rg), enquanto que os Regossolos húmidos cultivados (Rgc) se relacionam com as superfícies ligeiramente depressionárias, ou plano-concâvas, favoráveis à retenção de humidade e onde é normal a ocorrência de lençol freático a pouca profundidade, patenteando, por outro lado, um horizonte a muito escurecido pela matéria orgânica.

Os Regossolos psamíticos normais têm representação um pouco expressiva no espaço concelhio, enquanto que os solos Rgc, se disseminam por numerosas pequenas manchas em situações ligeiramente conchoiodais.

ALUVIOSSOLOS MODERNOS

Não Calcários

- ≥ de textura ligeira (Al)
- ≥ de textura mediana (A)
- ≥ de textura pesada (Aa)

Calcários

- ≥ de textura mediana (Ac)

Solos incipientes, relacionados com depósitos de origem aluvial, distinguindo-se os Aluviossolos de textura ligeira, mediana e pesada, sem calcário e não hidromórficos e ainda os aluviossolos de textura ligeira e pesada, sem calcário, é um tanto significativa nas baixas fluviais, enquanto que a dos solos de textura mediana, com e sem calcário, é bem mais restrita.

ALUVIOSSOLOS ANTIGOS

Não Calcários

- ≥ de textura ligeira (Atl)

Solos pouco evoluídos, de depósitos aluvionais antigos e que se identificam com terraços salientes, marcando cotas ligeiramente acima do nível da baixa fluvial e daí, já fora da influência de cheias e fluxos hídricos periódicos e sendo, em geral, bem ou razoavelmente drenados, poderem apresentar certo grau de evolução pedogenética. A representação dos Aluviossolos antigos é circunscrita a algumas manchas que orlam as baixas das ribeiras principais, no seu conjunto, todavia, marcando dimensionamento reduzido.

SOLOS DE BAIXA (COLUVIOSSOLOS)

Não Calcários

- ≥ de textura ligeira (Sbl)

Solos incipientes de origem coluvial, relacionando-se em geral com cabeceiras e troços iniciais de linhas de água ou formas depressionárias, de drenagem interior, ou que convergem para os vales e ainda com sopés de encosta de declives pronunciados, Os Coluviossolos têm representação bastante reduzida dentro dos limites da área concelhia.

SOLOS LITÓLICOS NÃO HÚMICOS

Normais

- ≥ de materiais arenáceos pouco consolidados (Par)
- ≥ de arenitos grosseiros (Vt)

Solos pouco evoluídos, de perfil A C, ou então A B C, relacionados com rochas pouco consolidadas, não calcárias e pouco insaturados, em geral de texturas grosseiras/médias (arenoso-franco/franco-arenoso) e patenteando um horizonte superficial levemente escurecido pela matéria orgânica. A representação dos Solos litólicos não húmicos é importante relativamente aos do tipo Vt, que ocupam extensas e frequentes manchas na plataforma bem drenada, enquanto que os solos Par são assinaláveis num ou noutro caso, todavia de dimensionamento restrito.

SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS DE MATERIAIS NÃO CALCÁRIOS

Para-hidromórficos

- ≥ de arenitos ou conglomerados argilosos (Pag)

Solos evoluídos de perfil A Ba C ou seja solos argiluvitados (com horizonte B argílico), de cores pardacentas, relativamente espessos, em geral com um horizonte A, de textura grosseira ou média, e fina ou média/fina no horizonte B, caracterizando-se por apresentarem deficiente permeabilidade no sub-solo, que é frequentemente compacto, mostrando tendência para a retenção hídrica na quadra invernal. A representação cartográfica destes solos é bastante assinalável, em correspondência com os topos aplanados da plataforma, por vezes associados a Solos hidromórficos.

PODZÓIS SEM SURRAIPA

Normais

- ≥ de areais ou arenitos (Ap)

Solos evoluídos de perfil A B C, em geral relacionando-se com depósitos arenosos ou grés grosseiros, de cores pardo claro ou pardo, com ocorrência dum horizonte espódico (Bpz), sem contudo constituir bancada dura ou branda e um horizonte A2 eluvial mais ou menos nítido e de cor esbranquiçada. Tratando-se de solos de permeabilidade rápida, a sua representação é bastante significativa, com larga distribuição na plataforma arenosa, frequentemente associando-se a Regossolos psamíticos.

PODZÓIS COM SURRAIPA

- ≥ com A2 incipiente, de materiais arenáceos (Ppr)
- ≥ com A2 incipiente, de ou sobre arenitos (Ppt)

- ≥ com A2 bem desenvolvido, de areias ou arenitos (Pz)

Solos evoluídos de perfil A B C, tendo um horizonte B do tipo espódico (Bpz), a conhecida surraipa a constituir bancada dura ou branda e um horizonte A2 mais ou menos nítido (horizonte eluvial), de cor esbranquiçada e de textura grosseira. Trata-se de solos de elevada permeabilidade, tendo representação bastante significativa quando aos solos Ppt e Pz, e muito pouco expressiva no que se refere os Ppr.

PODZÓIS HIDROMÓRFICOS

Sem Surraipa

- ≥ de areias ou arenitos (Aph)

Com Surraipa

- ≥ de areias ou arenitos (Pzh)

Podzóis que apresentam no perfil sinais evidentes de hidromorfismo, mais frequentemente no horizonte C, verificando-se a ocorrência quase sempre de lençol freático a profundidade variável, mas que se aproxima da superfície do terreno na quadra pluviosa. De representação limitada, cingindo-se às situações de depressão no seio dos Podzóis normais, para onde afluem os excessos hídricos de escorrência lateral, os solos Aph e Pzh apresentam características morfológicas aproximadas das dos solos Ap e Pz, apenas se diferenciando pelo facto daqueles evidenciarem sinais de hidromorfismo a pouca profundidade.

SOLOS SALINOS

De Salinidade Moderada

- ≥ de aluviões, de textura mediana (As)
- ≥ de aluviões, de textura pesada (Asa)
- ≥ idem, com calcário (Asac)

De Salinidade Elevada

- ≥ de aluviões, de textura mediana (Ass)
- ≥ de aluviões, de textura pesada (Assa)
- ≥ idem, com calcário (Assac)

Solos afectados por salgamento, em geral patenteando hidromorfismo a relativa pouca profundidade e contendo percentagem variável de sais solúveis e/ou teor de sódio de troca no complexo de absorção relativamente elevado. Atendendo à concentração em sais solúveis, assim se consideram “Solos salinos de salinidade moderada” e “Solos salinos de salinidade elevada”, estabelecendo-se a diferenciação duns e doutros consoante o teor em sais solúveis, expresso em cloreto de sódio, é respectivamente inferior ou superior a 2%. Os solos salinos

identificam-se com os troços jusante dos rios e ribeiras principais que afluem à baixa do Tejo e com a faixa marginal da margem esquerda deste mesmo rio.

SOLOS HIDROMÓRFICOS

De Aluviões ou Coluviões

- ≥ de textura ligeira (Cal)
- ≥ idem, calcários (Calc)
- ≥ de textura mediana (Ca)
- ≥ de textura pesada (Caa)

Para-Regossolos

- ≥ de rochas detríticas arenáceas (Sg)

Para-Solos Argiluvitados

- ≥ de rochas detríticas argiláceas (Sag)

Planossolos

- ≥ de arenitos ou conglomerados argilosos (Ps)

Solos hidromórficos patenteando sinais de hidromorfismo a pouca profundidade e que se caracterizam, em geral, por evidenciarem concentração de humidade em determinados períodos do ano mais ou menos alongados, e com presença de lençol freático relativamente perto da superfície. Distinguem-se os Solos hidromórficos relacionados com depósitos recentes de origem aluvial ou coluvial e que se identificam, ao nível das superfícies baixas, com as situações de má drenagem dos troços inferiores das baixas fluviais que são de reduzido declive. Ao nível da plataforma pliocénica os Solos hidromórficos correspondem às situações de topo aplanados ou levemente depressionárias, de escoamento interior ou lateral muito lento, a par duma drenagem interna má devido ao material do substrato, em geral de natureza detrítica argilácea e compacto. É de destacar a representação algo significativa dos Solos hidromórficos de aluviões de textura ligeira (Cal), mediana (Ca) e pesada (Caa), sendo insignificante em relação às outras unidades-solo da baixa fluvial. Quanto à plataforma pliocénica é somente de destacar a representação um pouco significativa dos solos derivados de rochas detríticas argiláceas (Sag) e dos Planossolos (Ps), também derivados de materiais subjacentes de natureza areno-argilosa, mas que se caracterizam pela ocorrência dum horizonte eluvial.

3.2 POTENCIALIDADES AGRÁRIAS. VOCAÇÃO DOS SOLOS

O delineamento cartográfico das seis classes de potencialidade agrárias que se estabelecem representa um quadro-síntese dos recursos agrários do território concelhio. Na elaboração da “Carta de Potencialidades Agrárias. Vocação dos Solos” tomaram-se em atenção os aspectos essenciais seguintes:

- ≥ apreciação das características dos solos tendo em atenção os aspectos relativos ao seu vocacionamento agrícola, agro-pastoril, florestal e silvo-pastoril;
- ≥ análise das condições de agro-ecologia e de ruralismo regionais;
- ≥ a ocupação actual de terra e os sistemas culturais usualmente praticados.

CARACTERÍSTICAS DAS CLASSES DE POTENCIALIDADES AGRÁRIAS

Os aspectos mais salientes que respeitam a cada uma das potencialidades agrárias são as seguintes:

AGRICULTURA EM TERRAS BAIXAS exigindo enxugo e drenagem: intensificação cultural sob regadio (hortofruticultura, forragicultura e arroz). Em correspondência com as terras baixas das planícies aluviais e bases de vale das ribeiras, quase sempre sujeitas a encharcamento prolongado ou inundações periódicas na quadra invernal, relacionando-se em geral com Aluviossolos de textura medianas ou ligeiras e nalgumas situações Coluviossolos (solos de baixa), cuja utilização agrícola está dependente do domínio das águas em excesso e controlo do lençol freático.

Potencialmente englobam-se nesta categoria terras de elevado valor agrícola, as quais, de acordo com as características dos solos, são favoráveis a uma gama notável de culturas de ciclo vegetativo anual, desde o arroz e forragens no período invernal e em solos de textura fina, às culturas de Primavera/Verão, de que se destacam diversas horto-feutículas (melão, tomate, morango, pimento, melancia) e proteaginosas (fava, ervilha, grão de bico), em solos de texturas mediana ou ligeira, como os Aluviossolos (A1, A e Ac) e os Solos Hidromórficos (Caa). Quanto aos solos de textura fina, os Aluviossolos (Aa) e os Solos Hidromórficos (Caa), estão largamente representados.

Na categoria das “terras baixas”, de vocação agrícola, deverão englobar-se ainda os “Solos salinas de salinidade moderada” (solos, As, Asa, Asac), os quais poderão proporcionar produções de nível médio ou elevado desde que o grau de salinidade se reduza até limites convenientes, para o que se torna essencial implantar rede de drenagem de modo a proporcionar eficaz controlo do lençol freático.

É de salientar ainda o interesse das terras baixas para a produção forrageira, podendo dar lugar à constituição de prados de pastoreio directo ou destinados a corte, em qualquer dos casos destinando-se a apoiar explorações bovinas de função leiteira ou carne.

AGRICULTURA: culturas regadas (hortofrutícolas, pomares e sachadas de Primavera/Verão). Em alternativa florestação: montado de sobro ou floresta de produção. As “terras altas” correlacionam-se com a superfície pliocénica que é ligeiramente ondulada, tornando-se raras as formas de relevo expressivo. De larga dominância de solos arenosos, o aproveitamento agrícola, na base de culturas anuais, é favorecido em relação aos tipos de solos onde se verifique interposição de horizontes inferiores que reduzam a permeabilidade excessiva, condições que ocorrem mais frequentemente em relevos aplanados ou ligeiramente depressionados.

Das unidades-solo representadas nas situações fisiográficas apontadas, consideram-se como mais favoráveis os Podzóis Hidromórficos (Aph, Pzh) e os Regossolos Para-hidromórficos (Rgc), que em geral identificam manchas de configuração plano-côncava, e ainda alguns dos solos Podzóis com Surraipa (Ppt, Pz) e Solos Litólicos de arenitos grosseiros (Vt), quando em correspondência com áreas sensivelmente aplanadas.

As produções poderão atingir níveis interessantes desde que se adoptem técnicas convenientes de regadio e se vá ao encontro das necessidades das culturas em tesrrientes, exigindo-se, a par disso, uma selecção conveniente dos locais de intervenção. Nestas condições de planalto, os resultados obtidos com a cultura do milho têm sido notórios com base em sistemas de irrigação por “pivot” e daí o aumento progressivo das áreas de exploração, sendo a alimentação hídrica efectuada, na maioria dos casos, a partir da elevação de caudais do lençol hídrico subterrâneo.

Além do milho, há uma gama de culturas de exploração viável no período da Primavera/Verão, nomeadamente as horto-frutícolas adaptáveis a solos leves (batata, morango, cebolo, alho, ervilha, cenoura) e de entre as culturas perenes, destacam-se os pomares de citrinos e as prunóideas, e ainda a vinha.

Relativamente aos tipos de solos não afectados por hidromórficos (Vt, Ppt, Pz), as condições de meio, sobretudo quanto aos aspectos edáfico-climáticos e o regime hídrico dos solos, favorecem o revestimento lenhoso, sendo o sobreiro a arbórea naturalmente adaptada. A utilização silvícola, orientada para a floresta de produção, assume assim importância destacada, considerando-se como meio muito favorável para a exploração do pinhal (pinheiro bravo e pinheiro manso), salientando-se ainda a vantagem, sob diversos aspectos, em manter-se o tradicional montado de sobro nas áreas pelo mesmo ocupadas.

AGRICULTURA – PASTAGEM MELHORADA OU AGRICULTURA CONDICIONADA. Em terras altas: pastagem melhorada e possível alternância com culturas regadas no Verão. Nesta categoria agrupam-se os solos de textura finas no subsolo e de permeabilidade reduzida, os quais a nível

das “terras altas”, estão em correspondência com as superfícies de topo aplanadas ou levemente depressionadas, que se caracterizam por deficiente drenagem interna e também externa, normalmente afectadas por encharcamento mais ou menos prolongado no período invernal. Estão nestas condições os Solos Mediterrâneos Pardos Não Calcários Para-hidromórficos (Pag), que são largamente dominantes nestas situações específicas.

Relativamente aos solos para-hidromórficos (Pag) e face às deficientes características físicas que os caracterizam, é manifesta a sua vocação para a pastagem, e daí tratar-se de áreas que poderão constituir suporte para a exploração pecuária no período seco, tornando-se aconselhável a adopção de técnicas que viabilizem a melhoria da qualidade dos pastos.

Quanto a exploração agrícola, os condicionamentos ligam-se às deficientes condições de arejamento do subsolo, em resultado da ocorrência dum horizonte B argílico a pouca profundidade, em geral compacto e pouco poroso, o qual dificulta a permeabilidade do perfil e a progressão das raízes. Todavia poderão ocorrer manchas em que o solo superficial, de textura ligeira, apresente razoável espessura efectiva, e daí proporcionarem-se boas condições de utilização agrícola com base no regadio, sobretudo quando circunscrita ao período de Maio a Setembro. Daí a importância dum reconhecimento pedológico prévio para a delimitação de áreas que reúnam boas condições de exploração hidroagrícola.

AGRICULTURA – PASTAGENS MELHORADA. Em terras baixas salgadas

Reúnem-se nesta categoria as manchas de Solos salinos de salinidade elevada (Ass, Assa, Assac), que relacionando-se com as aluviões marginais do Tejo, predominantemente argilo-limosas e sob influência de lençol freático de elevado teor de sais e oscilando a pouca profundidade, são de muito difícil recuperação e daí o aproveitamento agrícola, na base de culturas hortofrutícolas e no período estival ser bastante condicionado.

Considerando-se em geral como áreas de pastagem, face ao seu revestimento natural com vegetação herbácea, dominada por diversas gramíneas e ciperáceas, cuja composição florística poderá contudo ser melhorada mercê de técnicas específicas tendo em vista o aumento da capacidade de pastoreio, e neste caso dar lugar a explorações pecuárias de carácter mais ou menos intensivo.

SILVICULTURA – SILVO-PASTORICIA OU FLORESTAL. Em terras altas: montado de sobro ou floresta de produção. Salienta-se o interesse que os solos ligeiros e profundos, de mais alargada representação concelhia, oferecem para uma generalizada utilização silvo-pastoril com base no montado de sobro, sobretudo tendo em conta os condicionalismos edáfico-climáticos do meio em si e a garantia de preservação do equilíbrio fito-climático natural.

Por outro lado, há que atender à elevada fonte de rendimento económico que pode advir quer do produto cortiça em si, cada vez mais valorizado, quer da exploração pecuária (de ovinos sobretudo), neste aspecto devendo lançar-se mão de técnicas convenientes com o objectivo de melhoria da qualidade da pastagem.

Também a exploração florestal de resinosas (pinheiro bravo e pinheiro manso), ou de espécies folhosas ecologicamente adaptáveis, oferece interesses destacado, salientando-se que dos solos de textura ligeira considerados como muito aptos para utilização silvícola, são dominantes os Regossolos psamíticos (Rg), os Solos litólicos de arenitos grosseiros (Vt) e os Podzóis sem surraipa (Ap).

MATA OU MATOS DE PROTECÇÃO. As manchas a excluir de qualquer tipo de utilização agrícola, florestal ou silvo-pastoril, de reduzida representação a nível do território concelhio, serão de considerar como áreas a consignar ao domínio da vegetação natural, e neste caso revestir-se de mata ou matos de protecção.

Nesta categoria englobam-se as formas de relevo acidentado que, na maioria dos casos, correspondem às encostas de vale bastante declivosas da margem direita das ribeiras principais (Santo Estêvão e Canha) e ainda a uma ou outra mancha de sapal da planície aluvial do Tejo que se situam dentro dos limites da área concelhia.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS NATURAIS MAIS SUJEITOS À POLUIÇÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

POLUIÇÃO DA ÁGUA

A análise das linhas de água superficiais indicou que a grande maioria delas apresenta um certo grau de poluição. As contaminações mais acentuadas são devidas aos elevados teores de matéria orgânica em decomposição. Esta está associada não só à presença de águas residuais domésticas como também à de águas residuais não tratadas.

As substâncias são instáveis e decompõem-se por processos químicos e bacteriológicos, em condições aeróbicas ou anaeróbicas, até à obtenção de compostos estáveis. A biodegradação sucessiva assim verificada nas massas de água é realizada por microorganismo, principalmente bactérias, para as quais a matéria constitui fonte indispensável de energia e cuja acção a permite reintegrar no ciclo da vida.

Os maiores problemas verificam-se no troços terminais destas linhas de água, uma vez que é aí que se vai dar a acumulação de todo o tipo de detritos que o rio foi transportando ao longo do seu percurso e para os quais não conseguiu dar qualquer tipo de tratamento (autodepuração por exemplo).

Os indicadores relacionados com a poluição orgânica indicam que este tipo de poluição está presente no Rio Sorraia e no terço final do Rio Almansor. Assim, a qualidade das águas do Rio Sorraia em Porto Alto, e do Rio Almansor em Samora Correia apresenta-se claramente degradada. Na ponte de Benavente e devido aos efluentes provenientes da IDAL, o Rio Sorraia encontra-se bastante poluído.

As zonas mais poluídas deste concelho são o Rio Almansor em Porto Alto e Samora Correia e o Rio Sorraia em Porto Alto. Na zona de Benavente, o Almansor apresenta valores irregulares, alternando o recomendável como o não admissível. Em St.º Estêvão não se verificam grandes problemas de poluição.

Em termos das águas subterrâneas, verifica-se que toda a área do concelho de Benavente apresenta aspectos hidrogeológicos típicos de formações sedimentares detríticas, de elevada a média permeabilidade, com grandes produtividades e onde, por isso mesmo se poderão eventualmente criar situações de sobre-exploração correndo-se assim o risco de esgotar as camadas aquíferas potenciais.

Os aquíferos, se bem que menos vulneráveis à poluição, são de recuperação muito mais difícil quando poluídas, uma vez que o tempo necessário para a “lavagem” do aquífero subterrânea é

mais dilatado do que aquele que é necessário para despoluir um qualquer curso de água superficial. Regra geral, a própria percepção do problema da poluição dum aquífero só ocorre tardiamente, quando a formação aquífera se encontra já grandemente senão na totalidade contaminada. Mesmo depois de removida a fonte poluidora, ou atenuados os seus efeitos, a recuperação é muito lenta e difícil e, na maioria dos casos, economicamente impraticável.

No concelho de Benavente, o risco de poluição dos aquíferos subterrâneos é maior se a localização de possíveis captações se situar próximo de zonas de rejeição de efluentes. É o que acontece em zonas próximas das ETAR's de Benavente-Sul (perto da ETAR encontra-se um reservatório e não muito distante da mesma, existe um furo e outro reservatório) e Samora Correia-Norte (com um furo e um reservatório perto da ETAR). No caso de Stº Estêvão verifica-se a existência de três furos a jusante da ETAR, esta situada perto da Rib.^a de Stº Estêvão.

Muito embora não se tenha conhecimento de degradação da qualidade da água subterrânea, é necessário ter cuidado com os principais riscos de poluição a que estas águas estão sujeitas.

- ≥ poluição por infiltração de águas de rega;
 - podem existir problemas de bioacumulação devido à contaminação com pesticidas;
- ≥ poluição por infiltração de esgotos;
 - pode existir o risco de uma inquinação mais ou menos localizada devido ao recurso de utilização de fossas sépticas (isto no caso da não existência de Estações de Tratamento, ou no caso das mesmas não estarem a funcionar em condições)
- ≥ poluição por infiltração de águas lixiviantes
 - esta situação está relacionada com a localização das lixeiras, nomeadamente se estas estiverem localizadas em terrenos de elevada permeabilidade. As infiltrações de águas lixiviantes com cargas poluentes muito mais elevadas do que as do esgoto doméstico representam um gravíssimo risco.

Os maiores perigos dos efluentes industriais (para além da toxicidade e da concentração) são devidos à presença de hidrocarbonetos e detergentes. No entanto a presença de matéria orgânica também pode causar incidentes graves.

A poluição de uma ribeira que se renova constantemente é menos grave do que aquela causada num lençol profundo cuja renovação só é feita de vários em vários anos. Deste modo a defesa da qualidade das águas deve começar logo desde a origem. Para que tal aconteça é necessário tomar certas medidas de actuação, das quais se salientam as seguintes:

- ≥ conclusão do inventário das actividades poluidoras. Estas deverão estar bem caracterizadas com identificação precisa das fontes poluidoras e dos seus parâmetros mais significativos. É indispensável que este inventário, realizado por bacia hidrográfica, contenha em si mesmo um mecanismo de actualização permanente;
- ≥ dando atenção prioritária aos cursos de água destinados ao abastecimento público, estabelecer uma rede permanente de rastreio da qualidade;
- ≥ Nos troços mais poluídos dos cursos de água, estabelecer e implementar medidas de recuperação da qualidade dos mesmos;
- ≥ Atender à legislação (DL n.º 74/90 de 7 de Março e Lei de Bases do Ambiente) que determina quais os parâmetros a atingir para a qualidade da água tendo em atenção:
 - ≥ o seu uso e origem
 - ≥ a fixação de parâmetros e indicadores de qualidade
 - ≥ definição de normas de emissão e controle de descargas de efluentes no meio receptor
 - ≥ os valores máximos de poluição admissíveis nos diversos troços dos rios, nos estuários, nas albufeiras, lagoas e orlas marítimas
 - ≥ Definição dos possíveis usos para os cursos de água (os possíveis e/ou desejáveis) e estabelecimento das condições de licenciamento

O artigo 10º e 11º da Lei de Bases do Ambiente, estipula quais as medidas gerais e as específicas que devem ser tomadas em termos de preservação da qualidade da água.

Como medidas gerais temos:

- ≥ A protecção da água implica nomeadamente:
 - A gestão racional dos mananciais, com vista a assegurar água em qualidade suficiente e com qualidade requerida para cada fim, em qualquer momento e nas melhores condições económicas;
 - A adopção de técnicas e medidas de preservação e de redução da degradação da qualidade das águas e promoção da sua reciclagem;
 - A harmonização da gestão dos recursos hídricos com o planeamento sócio-económico e o ordenamento do território.

≥ Como medidas especiais tomam-se as seguintes:

- 1 – Não é permitido lançar nas águas, efluentes poluidores, resíduos sólidos, espécies perniciosas e produtos que contenham ou possam originar substâncias ou o desenvolvimento de organismos susceptíveis de alterar as suas características ou torná-las impróprias para as diversas utilizações, salvo nos casos e dentro dos limites estabelecidos na lei;
- 2 – As águas residuais só poderão ser lançadas no meio natural se a sua qualidade for compatível com a autodepuração deste;
- 3 – A qualidade das águas deverá obedecer às normas estabelecidas, tendo em vista os fins específicos a que se destinam.

Ainda no âmbito da poluição da água, o artigo 24º da mesma lei refere-se às medidas gerais e específicas que se devem tomar quando encararmos a descarga de efluentes e a produção de resíduos como factores autónomos de poluição.

≥ Como medidas gerais temos:

- 1 – A emissão, transporte e destino final de resíduos e efluentes fica condicionada a autorização prévia nos termos da legislação em vigor;
- 2 – A responsabilidade do destino dos diversos tipos de resíduos é de quem os produz;
- 3 – Os resíduos devem ser recolhidos, armazenados, transportados e eliminados ou utilizados de tal forma que não constituam perigo imediato ou potencial para a saúde humana, nem causem prejuízo para o ambiente;
- 4 – A descarga de resíduos e efluentes só pode ser efectuada em locais determinados para o efeito pelas entidades competentes e nas condições previstas na autorização concedida;
- 5 – As autarquias locais, isoladamente ou em conjunto, poderão proceder à constituição de planos reguladores de descargas de resíduos e efluentes.”

Relativamente às medidas especiais há que:

- ≥ Fomentar a produção de menor quantidade possível de resíduos, pela utilização de tecnologias adequadas, e a nível do consumo, pela reutilização dos mesmos;

- ≥ Incentivar os desenvolvimentos tecnológicos que permitam a reciclagem e tratamento dos resíduos e efluentes;
- ≥ Promover a eliminação dos resíduos e efluentes não reciclados em condições de máximo aproveitamento do seu potencial energético ou outro, e da adequada protecção do ambiente.”

Associado a estes princípios estão as normas de qualidade da água que vêm estipuladas no DL 74/90 de 7 de Março, bem como os parâmetros de descarga das águas residuais provenientes de todas as explorações de suinicultura – Portaria n.º 810/90 de 10 de Setembro – e as provenientes de habitações isoladas, de aglomerados populacionais e de todos os sectores de actividade humana – Portaria n.º 646/90 de 4 de Agosto.

Existem no entanto medidas mais severas que se devem tomar quando a água em causa se destina a abastecimento público, particularmente quando se tratam de “águas de beber”. Para estas justificam-se as seguintes medidas:

- ≥ defesa total das reservas aquíferas (quer superficiais quer subterrâneas). Isto pode ser conseguido se houver restrições na implantação de indústrias (especialmente as mais poluentes) e urbanizações nas suas margens;
- ≥ interdição de práticas de desportos náuticos motorizados.

Além disso torna-se também indispensável a adopção de tecnologias que sejam apropriadas para o tratamento de águas residuais (lagunagem por exemplo). Estas estarão associadas à fixação de incentivos de tratamento de efluentes industriais até níveis que possam permitir a sua utilização para fins menos nobres.

Verifica-se ainda a necessidade de definir e pôr em prática critérios de uso do território que disciplinem a urbanização, impedindo os loteamentos ilegais. Estes não possuem rede de drenagem, tratamento de esgotos, ocupando por vezes os leitos de cheia e as linhas de água para onde os seus esgotos são encaminhados. Situações destas podem originar graves problemas ambientais.

A descarga de águas industriais na rede pública está sujeita aos limites impostos pela Autarquia nas suas Posturas Camarárias, enquanto que o seu lançamento nas linhas de água terá de respeitar os parâmetros impostos pela Direcção Geral dos Recursos Naturais (DGRN). Se aqueles valores forem excedidos, os industriais terão de proceder ao pré-tratamento dos seus efluentes, de modo a garantir que não são excedidos os valores indicados.

A Autarquia pode ainda tomar outro tipo de medidas mais específicas:

- ≥ A nível das condutas de descarga dos efluentes finais de cada estabelecimento industrial, estas devem ser individuais e devem ter condições de modo a permitir um controlo efectivo e regular da qualidade dos efluentes independentemente do local onde venham a ser descarregados (rede de esgotos urbanos, linhas de água, bacias hidrográficas ou mar).

É preciso ter em atenção que as ETAR's de efluentes urbanos não estão dimensionadas nem preparadas para receber os efluentes industriais. Caso isto aconteça podem vir a existir graves problemas e danos nas mesmas o que tornará prejudicial a qualidade do efluente final.

POLUIÇÃO DO SOLO

Em termos de poluição do solo, os problemas que podem surgir prendem-se com o uso de adubos e pesticidas. Os solos onde se pratica a agricultura, onde existem estufas e onde são lançados todo o tipo de dejectões das instalações pecuárias, estão sujeitos à perda de constituintes dos mesmos, bem como a um aumento dos teores de azoto e fósforo.

O aumento destes elementos minerais conduz à poluição do solo, uma vez que vai provocar um desequilíbrio nos constituintes do mesmo.

Nas zonas onde se pratica a cultura do arroz, verifica-se e no ano em que a mesma não se faz, que a água sobe por capilaridade, arrastando para a superfície partículas de sódio que estavam retidas, originando um aumento da absorção do sódio e como tal a degradação e destruição da estrutura do solo.

Há pois que aplicar de forma correcta os adubos e fertilizantes no solo. Em termos dos resíduos produzidos nas unidades industriais, a Autarquia necessita de ter um conhecimento das suas características e do grau da sua perigosidade.

Relativamente a estes, eles têm a particularidade de em geral poderem ser reciclados ou recuperados. Um dos processos de utilização dos mesmos é utilizá-los como estrume. No entanto (e no caso de serem resíduos provenientes das suiniculturas), é necessário ter alguns cuidados. Esta não deve ser feita em qualquer circunstância:

- ≥ nos perímetros de protecção de fontes e captações;

- ≥ a menos de 35 m de captações de água, canalizações, cursos de água ou cisternas;
- ≥ a menos de 200 m de zonas de banho, praias ou terrenos de campismo;
- ≥ é desaconselhável em terrenos com inclinação pronunciada, onde os riscos de escorrência são significativos. Os terrenos com mais de 7-8% devem ser excluídos;
- ≥ os terrenos estrumados devem ser cultivados.

Além de poder acordar com os industriais a eliminação dos resíduos que possuam características idênticas aos resíduos urbanos, a Autarquia deve exigir aos industriais que façam uma separação clara dos diferentes tipos de resíduos existentes. Já no que respeita aos resíduos perigosos, o fundamento da sua deposição é que antes de serem depositados têm que sofrer um tratamento preliminar. Este pode ser:

- ≥ tratamento físico-químico de efluentes líquidos (desintoxicação de cianetos, nitratos, cromatos; neutralização de ácidos-bases; precipitação de metais pesados;
- ≥ incineração de resíduos orgânicos e eliminação de cloro, enxofre, metais pesados e outros micropoluentes do gás produzido na incineração;
- ≥ deposição no solo de apenas materiais inorgânicos que não tenham efeitos perniciosos na água ou no ar;
- ≥ deposição subterrânea de resíduos extremamente perigosos ou com efeitos perniciosos para a água.

POLUIÇÃO DO AR

Para se tentar minimizar os impactes negativos que se verificam no ar, é necessário ter em atenção a legislação em vigor (DL 352/90 de 9 de Novembro) bem como tornarem-se medidas tanto preventivas como correctivas. Estas podem ser tomadas quer a nível geral, como a nível das autarquias.

A nível geral verifica-se o seguinte:

1. No licenciamento de novas instalações ou na ampliação e modificação de antigas é necessário:
 - proceder-se a um estudo de impacte ambiental;
 - privilegiar o desenvolvimento e a utilização de tecnologias limpas;
 - atender às características e às soluções adoptadas para a depuração de gases e de poeiras (ter em conta os padrões de emissão);
 - atender à altura das chaminés para se poder estudar qual o modelo de dispersão dos gases e fumos que melhor se aplica.
2. Não deve ser permitido a instalação de qualquer equipamento de combustão ou incineração sem antes se ter procedido ao seu licenciamento bem como a estudos de integração na unidade fabril;
3. Devem ser respeitadas bem como criadas áreas protegidas;
4. Nas indústrias já instaladas devem existir (ou criarem-se) incentivos no sentido de se instalar equipamento de depuração de gases, bem como modificação dos já existentes, no sentido de passarem a utilizar as chamadas tecnologias limpas;
5. Para ser possível medir a poluição atmosférica, devem ser desenvolvidas redes de medida das mesmas;

A nível das Autarquias as medidas a aplicar são as seguintes:

1. Previsão de zonas mais adequadas para a instalação de “actividades poluentes” (devidamente integradas no Plano Director Municipal);
2. Se os locais assim o justificarem, incentivar e preparar a população no sentido de recolherem informação respeitante a qualquer sinal de poluição (cheiros, incómodos respiratórios, degradação de vegetação, nevoeiros, quebra de produtividade agrícola, queda precoce de frutos ou folhos, etc.)

Relativamente à Lei de Bases, o artigo 8º, estipula quais as medidas gerais e as especiais que devem ser tomadas em termos de preservação da qualidade do ar. Como medidas gerais temos:

1. Não é permitido o lançamento para a atmosfera de quaisquer substâncias susceptíveis de afectarem de forma nociva a qualidade do ar ou que impliquem risco, dano ou incómodo grave para as pessoas e bens;
2. Presume-se, sem admissão de prova em contrário, que afectam de forma nociva a qualidade do ar os lançamentos de substâncias que excedem os limites fixadas nas normas em vigor.”

Como medidas específicas tomam-se as seguintes:

1. Todas as instalações e meios de transporte cujo acondicionamento possa afectar a qualidade do ar devem ser dotados da melhor tecnologia disponível com vista ao cumprimento do disposto na presente lei e demais legislação complementar.
2. Relativamente às fontes autónomas de poluição, nomeadamente às emissões gasosas, temos:
 - a) As emissões para a atmosfera devem ser limitadas no momento da sua origem, por medidas tomadas na fonte;
 - b) Nas medidas de prevenção e redução das emissões para a atmosfera, aplicar-se-á sempre a melhor tecnologia possível;
 - c) As emissões susceptíveis de reduzirem a qualidade do ar só poderão ser lançados nos termos em que tiverem sido autorizadas pelas entidades competentes;
 - d) As emissões são limitadas nomeadamente pela aplicação de:
 - valores limites da fonte;
 - obrigações de exploração;
 - obrigações técnicas em matéria de construção e de equipamentos;
 - exigências especiais relativas aos combustíveis e carburantes.
 - e) Sempre que as condições o justifiquem, poderão ser impostas às fontes poluidoras limites de descarga mais exigente ou restritivos do que os especificados na lei geral;
 - f) No estabelecimento das condições de emissão a impor às fontes poluidoras será tido em conta designadamente:
 - o estado presente da qualidade do ar;
 - as outras emissões já autorizadas;
 - o perigo do contaminante atmosférico;
 - os critérios de qualidade a médio e a longo prazo que tiverem

- sido definidos para a região afectada pela emissão;
- a reacção ao contaminante dos grupos de pessoas especialmente sensíveis.
- g) Os valores limites a aplicar nas diferentes áreas poderão variar consoante as características da circulação atmosférica e do clima, tendo em conta ainda outros factores que os tornem mais ou menos adequados para a instalação de actividades poluidoras.

POLUIÇÃO DO SONORA

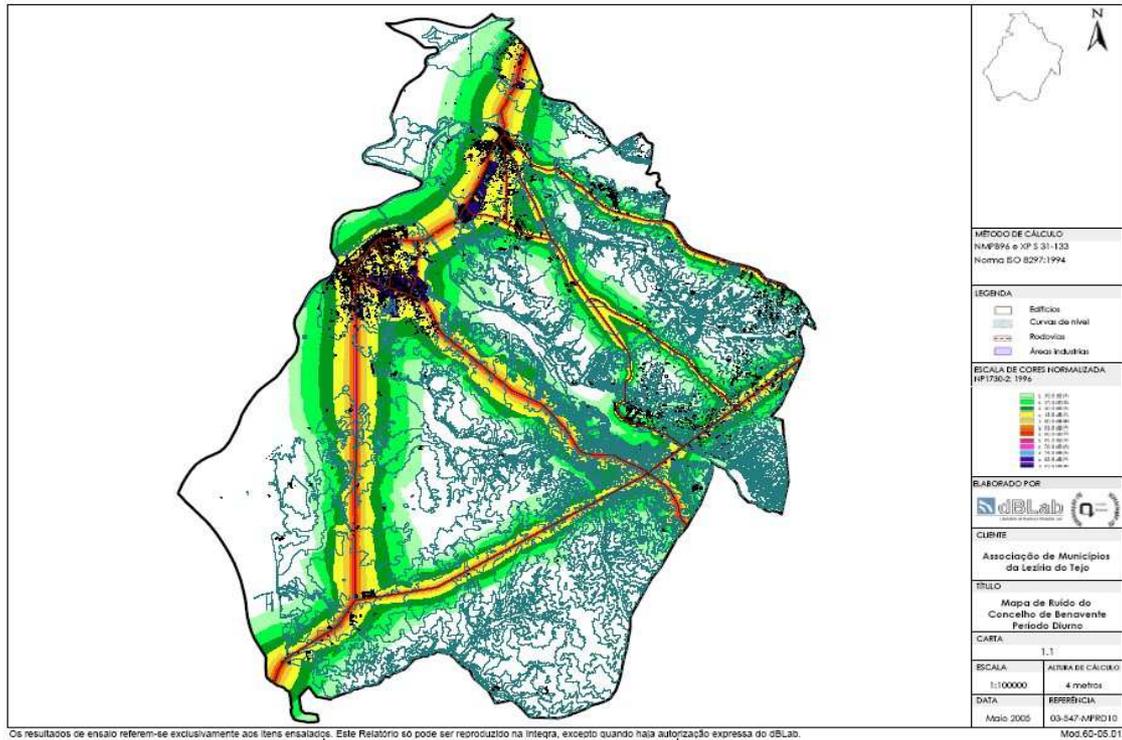
“O Decreto Lei n.º 292/2000 de 14 de Novembro, determina que na execução da política de ordenamento do território e urbanismo, deve ser assegurada a qualidade do ambiente sonoro, na habitação, trabalho e lazer”.

No âmbito de um protocolo promovido entre os municípios da antiga CULT, está a ser desenvolvido o Mapa de Ruído para o concelho de Benavente. Nos estudos já desenvolvidos pelo Laboratório dBLAB, através de modelo computacional, utilizando o programa CadnaA, foi possível calcular a emissão e propagação sonora das principais vias rodoviárias e das principais actividades industriais do concelho de Benavente. Através dos cálculos realizados com o modelo foi possível obter a distribuição espacial de L_{Aeq} – Mapas de Ruído, assim como o valor deste indicador com pontos receptores discretos, que espelham a situação acústica média do local de estudo.

A análise dos mapas de conflito permite visualizar as zonas em que os níveis de ruído adequados à classificação proposta pela Câmara Municipal para uma dada zona, Sensível ou Mista, são excedidos em mais de 5 dB(A). Esta informação deve ser tida em conta em termos de ocupação do solo prevista para uma dada zona, evitando-se a implantação de utilizações de tipo sensível, isto é, habitações, escolas e hospitais e locais de culto nas áreas mais ruidosas. Deste modo poder-se-à compatibilizar o uso do solo com os níveis de ruído existentes ou previstos.

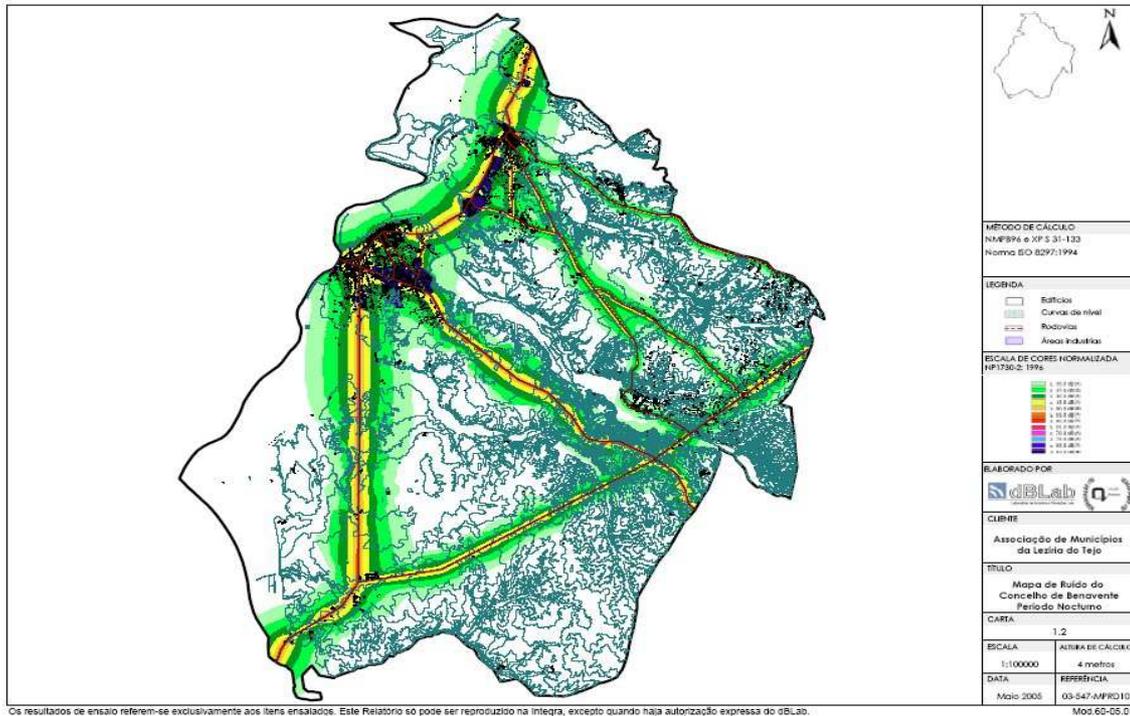
De acordo com o referido estudo, para estas zonas deverão, além disso, ser equacionados Planos de Redução de Ruído, que terão maior ou menor amplitude dependendo da classificação acústica que a Câmara Municipal atribuir às zonas.

FIGURA 2352 – MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE BENAVENTE – PERÍODO DIURNO



Os resultados de ensaio referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este Relatório só pode ser reproduzido na íntegra, excepto quando haja autorização expressa do dBLab.
Fonte: Relatório Técnico – Mapa de Ruído do Concelho de Benavente dBLab, Maio 2005

FIGURA 2363 – MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE BENAVENTE – PERÍODO NOCTURNO



Os resultados de ensaio referem-se exclusivamente aos itens ensaiados. Este Relatório só pode ser reproduzido na íntegra, excepto quando haja autorização expressa do dBLab.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Muito embora os resíduos sólidos do concelho de Benavente sejam depositados numa lixeira Inter-Municipal, localizada em Coruche, se a Autarquia quiser criar um Aterro Municipal no seu concelho tem que:

- ≥ Definir os sistemas municipais para gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU);
- ≥ Organizar e promover a recolha, transporte, eliminação ou utilização dos RSU produzidos nas suas áreas de jurisdição, bem como dos resíduos hospitalares e industriais que sejam passíveis dos mesmos processos de eliminação;

Os maiores problemas verificados nesta área são a escolha do local mais apropriado para se construir o aterro sanitário. Para que este não cause problemas a nível de poluição secundária, é preciso atender aos seguintes requisitos:

- ≥ O local escolhido não deve representar hidrologicamente, qualquer risco (não deve ser de natureza permeável);
- ≥ Deve estar situado de modo a que se possam associar bons acessos rodoviários com o caminho mais curto praticado pelas viaturas de recolha de resíduos sólidos (RS);
- ≥ Não pode conter nem águas estáticas nem correntes (tem que ser um terreno completamente seco);
- ≥ Tem que se localizar numa área que posteriormente não afecte locais habitados (para não terem problemas com o arrastamento de cheiros e materiais pelos ventos dominantes);
- ≥ Tem que estar afastado no mínimo 250 metros de qualquer habitação isolada;
- ≥ Tem que estar situado num local onde não exista risco de incêndio (ou qualquer outra tipo de risco) para as zonas envolventes;
- ≥ Não pode ocupar áreas pertencentes à RAN e à REN;
- ≥ Tem que estar afastado no mínimo 400 metros de qualquer aglomerado populacional;

Relativamente à poluição do ar associada a estas áreas torna-se necessário:

- ≥ A proibição da queima de resíduos de qualquer espécie, na jurisdição da Câmara, com excepção da que for feita em equipamentos adequados e licenciados;
- ≥ A separação prévia dos vários tipos de resíduos, nomeadamente os industriais e perigosos dos RSU. Aos primeiros dar-se-lhes-ão um destino adequado;
- ≥ A eliminação das lixeiras municipais onde haja risco de fogo espontâneo;
- ≥ A criação de aterros municipais controlados e/ou instalação um incinerador de resíduos urbanos, no qual seja feito um tratamento de gases (uma situação destas poderá ser eventualmente feita em associação com outros municípios).

POLUIÇÃO AMBIENTAL (EXTRACÇÃO DE INERTES)

O elevado rendimento do trabalho, está associado à evolução da tecnologia de extracção e em particular do aumento da sua potência. Este facto tem como resultado uma aceleração da velocidade de transformação da paisagem. Uma destruição mais rápida da vegetação e em especial, uma mais rápida alteração do relevo.

Portanto a extracção de massas minerais é uma actividade que por um lado tem o seu lugar de destaque no sector produtivo, mas por outro, se não for devidamente regulamentada e executada funciona como uma arma perigosa de destruição dos valores naturais, culturais e paisagísticos que a todos pertencem.

Para evitar (ou tentar evitar) isto, é possível tomarem-se medidas preventivas e correctivas.

No que respeita à prevenção é no licenciamento que se pode actuar fundamentalmente.

A Câmara Municipal, para além de poder formular as reservas que entender quanto à exploração de qualquer pedreira, tem competência própria para licenciar pequenas explorações sem requisitos especiais de apreciação técnica. Estão, no seu âmbito, as explorações a céu aberto onde o número de trabalhadores não exceda 15, a potência dos meios mecânicos utilizados não exceda os 500 C.V. e a profundidade das escavações seja menor que 10 metros.

Quando cuidadosamente apreciados no licenciamento muitos dos problemas postos pelas pedreiras podem ser evitados, já que a legislação é bastante precisa nas condições que exige. Em especial, é preciso ter em conta o estudo de impacte ambiental, o controle de poeiras e de

níveis sonoros do ruído e a exigência de soluções eficazes na depuração de gases de equipamentos mecânicos.

A qualidade dos terrenos afectados, a existência de áreas protegidas, a proximidade de povoações e os trajectos de transporte de materiais devem igualmente ser apreciados com rigor. Outro dos aspectos é a área de exploração, que deve ter em conta o espaço necessário a uma correcta gestão das escombreiras, para que estas não invadam terras limítrofes ou constituam agressões paisagísticas. O controle das zonas de segurança +e outra medida preventiva, não autorizando que nelas se ergam construções.

Cabe ainda à Câmara Municipal a fiscalização das explorações, através de fiscais ou agentes policiais, controlando o cumprimento do estipulado e colaborando na fiscalização exercida pela Direcção Geral de Geologia e Minas nas grandes explorações.

Quanto às medidas correctivas, o principal problema coloca-se com o encerramento da exploração. A legislação responsabiliza o explorador da pedreira pela segurança e recuperação paisagística e, no caso de abandono, prevê que a entidade licenciadora execute as medidas necessárias, debitando ao responsável o respectivo custo.

É assim importante assegurar que os locais abandonados não sejam utilizados:

- ≥ como local de brincadeira de crianças, prevenindo assim eventuais acidentes;
- ≥ como depósito clandestino de resíduos urbanos ou outros.

Para que seja possível uma recuperação paisagística, existem várias medidas que podem ser tomadas. De entre elas há a salientar as seguintes: florestação, criação de lagos ou bacias de água, utilização de desperdícios e drenagem.

FLORESTAÇÃO

Nas zonas de extracção de inertes, em consequência desta actividade houve uma rotura do estado de equilíbrio que teima em ameaçar o espaço envolvente, onde a vegetação apresenta já claras manifestações das lesões consequentes. A implantação da vegetação nas zonas afectadas apresenta-se como um problema cuja resolução é bastante morosa e elaborada. Para além do problema da estabilidade do talude são ainda salvaguardadas as condições hídricas, para desenvolvimento da vegetação que se pretende implantar nas vertentes. Esta implantação contribui para a protecção contra a erosão dos taludes em aterro diminuindo a velocidade do escoamento sobre estes.

Quanto as precipitações são intensas de tal modo que ultrapasse a capacidade e a velocidade de infiltração, dá-se como consequência o início de correntes superficiais cuja velocidade será

tanto maior quanto maior for o declive, não havendo a possibilidade de intersecção da água de escorrência por parte da vegetação desencadeando-se o processo erosivo. Este é um dos aspectos mais relevantes da importância da vegetação como protecção do solo.

CRIAÇÃO DE LAGOS OU BACIAS DE ÁGUA

Estas zonas poderão servir de reservatórios para regas, local de recreio ou piscicultura.

UTILIZAÇÃO DE DESPERDÍCIOS

A exploração de inertes além de contribuir para o aumento dos riscos de erosão das zonas afectadas, também contribui para a desagregação dos solos. Esse factor agravante é a não utilização e má armazenagem dos desperdícios, resultantes do arranque de grandes massas calcárias.

Os desperdícios por uma questão de comodidade ou desorganização da empresa exploradora, são amontoados em pargas, por vezes misturadas com a terra resultante da decapagem, que é utilizada por posterior recolhimento.

Há explorações em que os desperdícios são seleccionados e posteriormente utilizados na melhoria dos acessos à exploração, ou quando haja dificuldade de armazenamento são colocados nas bermas dos acessos, ou são vendidos ou ainda utilizados no entulhamento de uma zona de extracção já esgotada. A situação ideal seria que nas situações em que houvesse desperdícios estes se encontrassem arrumados por classes de granulometria, para espalhamento em camadas que posteriormente seriam cobertos de terra.

Há possibilidade de os desperdícios serem utilizados para suporte da vegetação, depois de terem sido corrigidas algumas das deficiências mais prementes em determinados elementos minerais e orgânicos. Isto significa que por si só os desperdícios das pedreiras como material inerte, consigam ser um meio onde a vegetação se vai desenvolver adequadamente. Sobre os mesmo deverá ser colocada uma componente de terra por mínima que seja, sobre a qual se vai colocar a vegetação.

Por outro lado, quando existam disponíveis materiais de pequena dimensão, estes deverão ser colocados mais à superfície, perfeitamente ao alcance dos sistemas radiculares e ainda mais sujeitos à meteorização pela água. Aqui vão ter um importante papel de reterem humidade mínima para o desenvolvimento da região.

DRENAGEM

O controle da água e da sua drenagem é um aspecto importante para a estabilização das vertentes e conseqüentemente da paisagem. O vingamento dos sistemas radiculares está relacionado com o próprio arejamento. Sabido é que nos solos agrícolas férteis a falta de drenagem pode provocar fracas produções. Por outro lado a grande permeabilidade ou a grande evaporação da água do solo podem criar condições também difíceis para o desenvolvimento da vegetação.

Uma vez criadas as condições por mínimas que sejam, passa-se à implementação da vegetação que irá revestir aquele espaço dando-se a qualidade visual há muito perdida.

Trata-se naturalmente de um processo lento a implantação da vegetação, como também é lendo o seu desenvolvimento sobretudo nas espécies arbóreas tanto mais quanto as condições lhe são adversas.

As técnicas de recuperação paisagística estudadas surgem com o firme intuito de acelerar o processo de envelhecimento da rocha, criando condições para a instalação da vegetação.

A implantação da vegetação tem como objectivos primordiais a intersecção visual de irregularidades topográficas, protecção dos aterros contra a erosão, aumento da capacidade de infiltração em consequência da diminuição do escoamento torrencial, e recarga dos aquíferos. Quanto à técnica de recobrimento vegetal a utilizar, esta é a função da acessibilidade da zona a revestir e das suas condições climatéricas.

Para a implementação destas soluções é possível a colaboração de várias entidades, nomeadamente desportivas, de juventude, de agricultura e pescas.

5. HIDROGEOLOGIA

No âmbito do processo de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional, um dos procedimentos foi identificar na base MNT, esc. 1:10 000, todos os cursos de água existentes na Carta da REN em vigor, a maioria com o Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água (IHCDCA), atribuído pela DGRAH.

Neste âmbito, o ecossistema Leitões de Cursos de Água da REN em vigor inclui os cursos de água publicados no PDMB em vigor: Servidão do Domínio Marítimo sob jurisdição do INAG (com e sem IHCDCA); Servidão de Margens e Zonas Inundáveis (com IHCDCA). Neste contexto, verificou-se que alguns dos cursos de água publicados no PDMB em vigor não existem na cartografia e são desconhecidos no terreno ou já desapareceram há muitos anos. Podemos portanto concluir que, à data da publicação do PDMB, os dados estavam desactualizados e não houve o trabalho de campo necessário para verificar estas situações, trabalho esse que foi agora desenvolvido, tendo em vista os seguintes objectivos:

- ≥ verificar a rede hidrográfica no terreno, confirmando a existência, o percurso e o estado dos cursos de água marcados como REN;
- ≥ avaliar os restantes cursos de água, nomeadamente os que, pela sua representação na carta e pela sua aparência no terreno, pareciam cumprir critérios suficientes para serem classificados como REN;
- ≥ efectuar o levantamento exaustivo de todos os cursos de água nos aglomerados urbanos, verificando o seu percurso e avaliando as suas características;
- ≥ identificar os troços cobertos de todos os cursos de água, de modo a distingui-los na carta a tracejado;
- ≥ nos casos de cursos de água mencionados no Regulamento do PDMB mas não representados na Carta Militar de Portugal, nem conhecidos pela equipa técnica da CMB, recorreu-se aos habitantes mais idosos dos locais (o IHCDCA indica a localização aproximada dos cursos de água) como fonte de informação.

Todos os cursos de água cartografados foram reavaliados à luz dos critérios adoptados pela CCDR-LVT para classificação como REN, tendo surgido novas propostas para a Carta da REN Bruta e analisados face aos seguintes critérios (cumulativos ou não), nomeadamente o registo no Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água (IHCDCA), para os quais a integração na REN é imediata; associação a:

- ≥ galeria ripícola assinalável e/ou a um meio envolvente propício a recuperação/renovação;
- ≥ zonas ameaçadas por cheias;
- ≥ áreas de aluvião;

- ≥ extensão, tendo em conta a área do concelho e/ou prolongamento para concelhos limítrofes;
- ≥ percurso maioritariamente a céu aberto, no entanto, cursos de água com alguns troços cobertos podem ser classificados como REN, desde que cumpram outros critérios;
- ≥ caudal permanente, o que no caso do Município de Benavente é relativo, pois há alguns cursos de água com regime temporário; nesses casos deu-se mais importância aos que têm água a maior parte do ano;

Outros factores relevantes:

- ≥ área da bacia hidrográfica drenada ou número de afluentes;
- ≥ vale hidrográfico com relevo encaixado;
- ≥ contributo para proteger os cursos de água principais;
- ≥ cursos de água de 1.ª Ordem (Classificação de Horton-Strahler).

Como resultado, obteve-se a Carta de Rede Hidrográfica com:

- ≥ cursos de água a classificar como REN, a céu aberto e a coberto, representados a azul escuro, distinguindo-se os primeiros a traço cheio e os segundos a tracejado;
- ≥ cursos de água apenas sujeitos a Domínio Hídrico, a céu aberto e a coberto, representados a azul claro, com um traço mais fino do que os classificados como REN, distinguindo-se os primeiros a traço cheio e os segundos a tracejado.

Dentro deste grupo diferenciou-se:

- ≥ o Canal do Sorraia e o Canal de Salvaterra, ambos sob jurisdição do IDRA, existentes quer a céu aberto quer a coberto e ainda, em conduta de água elevada. São representados com a mesma espessura de traço mas a verde; com um traço distinguem-se a céu aberto e a coberto, a cheio e a tracejado, respectivamente, e com duplo traço diferenciam-se os troços em conduta elevada.

Relativamente ao Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água tomou-se uma posição crítica, uma vez que se verificaram incongruências na sua utilização. Esta suspeita é confirmada por um estudo do Instituto Superior Técnico, que desaconselha a sua aplicação devido à dependência total da escala ou do detalhe da rede hidrográfica utilizada para criar a classificação.

A mutabilidade da classificação decimal com a escala deve-se ao facto de depender de um critério cartográfico (representação dos cursos de água), para além de um critério físico (ponto de confluência do afluente no curso de água principal).

A aplicação do sistema de classificação decimal à informação hidrográfica representada à escala 1:25 000 gera códigos diferentes dos existentes no MNT à escala 1:10 000 pois, devido ao seu maior pormenor, estão presentes um número muito superior de afluentes dos cursos de água principais.

A título de exemplo refira-se: a Ribeira do Vale de Olho tem o índice 301 21 03 05, no entanto, na cartografia de base verificou-se que dada a sua posição, pelas regras, devia ser um número par, provavelmente 301 21 03 04. Por coincidência ou não, existe este índice no Regulamento do PDMB mas para o curso de água Ribeira do Vale de Lebres, que é desconhecido com esse nome no terreno.

Relativamente ao Regulamento do PDMB em vigor, efectuaram-se algumas correcções.

Nos casos em que os nomes de cursos de água registados no Regulamento do PDMB são díspares dos representados na Carta Militar de Portugal, optou-se pelo nome adoptado nesta última, que é também o nome popular (Figura 8).

FIGURA 2374 – PROPOSTAS DE CORRECÇÃO DOS NOMES DE CURSOS DE ÁGUA NO PDMB EM VIGOR

REGULAMENTO PDMB	CARTA MILITAR DE PORTUGAL - NOME ADOPTADO
RIBEIRA DO VALE DOS OLHOS	RIBEIRA DO VALE DE OLHO
RIBEIRA DE VALE TRIPEIROS	RIBEIRA DO VALE TRIPEIRO
RIBEIRA DO VALE DE CARRIL	RIBEIRA DO VALE DO CARRIL
RIBEIRA DO VALE DAS MULHERES	RIBEIRA DO VALE DE MULHERES
RIBEIRA DE VALE MILHÕES	RIBEIRA DO VALE MICHÕES

Alguns cursos de água presentes no Regulamento do PDMB não constam da Carta Militar de Portugal e são desconhecidos localmente, porém, através da indicação de localização dada pelo IHCDCA, foi possível estabelecer algumas hipóteses de correspondência (Figura 214).

A localização de duas dessas ribeiras desconhecidas (Vale de Carros e Vale da Perna Larga) é semelhante a dois cursos de água não classificados como REN, portanto, colocou-se a hipótese de corresponderem a estes.

Outro dos cursos de água desconhecidos (Ribeira do Vale de Lebres), poderá corresponder a um já existente no Regulamento do PDMB mas com um IHCDCA diferente. No entanto, suspeita-se que o mesmo esteja errado e seja 301 21 03 04, em vez de 301 21 03 05, tal como referido anteriormente na crítica à utilização desse índice de classificação.

A Ribeira do Vale Pereiro não está representada na cartografia e apenas as pessoas mais idosas da Barrosa se recordam dela, confirmando que foi arrasada e já não existe.

FIGURA 2385 – HIPÓTESES DE CORRESPONDÊNCIA DE CURSOS DE ÁGUA DESCONHECIDOS NO TERRENO E NÃO REPRESENTADOS NA CARTA MILITAR DE PORTUGAL

DESCONHECIDO	IHCDCA	HIPÓTESE DE CORRESPONDÊNCIA	ÍNDICE PROVISÓRIO
Ribeira do Vale de Carros	301 21 05 03	Ribeira do Vale Pregoeiro	301 21 05 XX
Ribeira do Vale da Perna Larga	301 21 09 04	Ribeira "sem nome" (Maxoqueira)	301 21 09 XX
Ribeira do Vale de Lebres	301 21 03 04	Ribeira do Vale de Olho	301 21 03 05(04)
Ribeira do Vale Pereiro	301 21 09 02	/	/

Apesar da posição crítica em relação ao IHCDCA, a bem da uniformidade, atribuiu-se um índice provisório, de acordo com as regras estabelecidas, aos cursos de água sem IHCDCA, registados no PDMB em vigor como Servidão do Domínio Marítimo (Figura 216).

FIGURA 2396 – HIPÓTESES DE IHCDCA A ATRIBUIR AOS CURSOS DE ÁGUA PUBLICADOS NO PDMB COMO SERVIDÃO DO DOMÍNIO MARÍTIMO

NOME	FOLHA MNT	ÍNDICE PROVISÓRIO
VALA DE SALVATERRA	391-1	301 XX
VALA DA ESTACADA	391-1	301 XX
VALA NOVA	391-1; 391-3	301XX
RIBEIRA DO VALE DE FRADES	418-4	301 XX
VALA DO RISCO	390-4; 391-1; 391-3	301 XX XX
VALA DA MALHADA DO MAR	404-4 / 418-2	301 21 XX
VALA DO ESTEIRO DO BACALHAU	404-4	301 21 XX

Após reavaliação de todos os cursos de água à luz dos critérios adoptados pela CCDR-LVT para classificação como REN, surgiram novas propostas para a Carta da REN Bruta (Figura 217).

De entre as novas propostas, algumas não têm um nome comum. Estas propostas foram designadas genericamente por Ribeiras "sem nome", colocando entre parêntesis uma proposta de nome consoante a sua localização.

A todas as novas propostas, à semelhança do ponto anterior, atribuiu-se um IHCDCA provisório, seguindo as regras da DGRAH.

FIGURA 2407 – NOVAS PROPOSTAS PARA CURSOS DE ÁGUA REN, COM LOCALIZAÇÃO E HIPÓTESES DE IHCDCA

NOME COMUM	FOLHA MNT	ÍNDICE PROVISÓRIO
VALA DE MONTALVO	391-1; 391-3	301 XX XX XX
VALA DOS CAVALOS	391-3	301 21 XX
RIBEIRA DO PEGO DA PARREIRA	391-4	301 21 XX
"SEM NOME" (RIBEIRA DA LAMINADA)	404-2	301 21 XX
"SEM NOME" (RIBEIRA DO ROUBÃO)	404-2; 404-4; 405-1; 405-3	301 21 03 XX
RIBEIRA DO ARNEIRO DAS FIGUEIRAS	405-3; 419-1	301 21 03 XX

"SEM NOME" (RIBEIRA DOS LIQUES)	404-2	301 21 03 XX XX
"SEM NOME" (RIBEIRA DO CARRO QUEBRADO)	405-1	301 21 03 XX XX
"SEM NOME" (RIBEIRA LAGOA DAS BRUXAS)	405-1	301 21 05 XX
"SEM NOME" (RIBEIRA DO ARNEIRO DAS PEDRAS)	405-1	301 21 05 XX
"SEM NOME" (RIBEIRA DA MURTEIRA)	405-1	301 21 05 01 XX
RIBEIRA DO VALE DE CABRAS	405-1; 405-3	301 21 05 01 XX
"SEM NOME" (RIBEIRA QUINTA DOS GATOS)	404-2	301 21 05 XX
"SEM NOME" (RIBEIRA DA SAMORENA)	404-2; 405-1	301 21 05 XX
RIBEIRA DO VALE PREGOEIRO	405-4; 419-2	301 21 05 XX
"SEM NOME" (RIBEIRA DA MAXOQUEIRA)	391-3; 391-4	301 21 09 XX

Tendo em conta os resultados anteriores, resultou a proposta síntese dos cursos de água a classificar para a Carta da REN Bruta (Figura 218). No Regulamento do PDMB, os cursos de água marcados com asterisco (*) estão sob jurisdição do INAG, na sua extensão que está sujeita à influência das marés.

FIGURA 2418 – PROPOSTA SÍNTESE DOS CURSOS DE ÁGUA A CLASSIFICAR PARA A CARTA DA REN BRUTA

LINHA DE ÁGUA		FOLHA MNT
RIO TEJO	301	391-1
VALA DE SALVATERRA *	301 XX	391-1
VALA DA ESTACADA *	301 XX	391-1
VALA NOVA *	301XX	391-1; 391-3
VALA DO RISCO *	301 XX XX	390-4; 391-1; 391-3
VALA DE MONTALVO	301 XX XX XX	391-1; 391-3
RIBEIRA DO VALE DE FRADES *	301 XX	418-4
VALA DA AMEIRA *	301 19	432-2
VALA DE PALMELA	301 19 02	432-2; 433-1
VALA DE CARNEIROS	301 19 02 02	432-2
RIBEIRA DO VALE DE MICHÕES	301 19 02 04	419-3; 433-1
RIBEIRA DO VALE BARREIROS	301 19 02 04 02	419-3
RIBEIRA DE PENDONAS	301 19 02 06	433-1; 433-2
RIO SORRAIA*	301 21	390-4; 391-3; 391-4; 404-2; 404-4; 418-1; 418-2
VALA DOS CAVALOS	301 21 XX	391-3
RIBEIRA DO PEGO DA PARREIRA	301 21 XX	391-4
RIBEIRA DA LAMINADA	301 21 XX	404-2
VALA DA MALHADA DO MAR/VALA DO MOSQUEIRO *	301 21 XX	404-4 / 418-2
VALA DO ESTEIRO DO BACALHAU *	301 21 XX	404-4
VALA REAL DAS PORTAS NOVAS *	301 21 01	404-4; 418-2; 418-4; 419-3
RIBEIRA DE PANCAS	301 21 01 01	404-4; 418-2
RIBEIRA DO MALHADIO DO POMBO	301 21 01 02	419-1; 419-3
RIBEIRA DA LAGOA DA MURTEIRA	301 21 01 03	418-2; 418-4
VALA DA PONTE DA PEDRA / RIBEIRA DO VALE COBRÃO*	301 21 03	404-4 / 404-4; 405-3; 419-1; 419-2; 419-4
RIBEIRA DO ROUBÃO	301 21 03 XX	404-2; 404-4; 405-1; 405-3
RIBEIRA DOS LIQUES	301 21 03 XX XX	404-2
RIBEIRA DO CARRO QUEBRADO	301 21 03 XX XX	405-1
RIBEIRA DO ARNEIRO DAS FIGUEIRAS	301 21 03 XX	405-3; 419-1
VALA DO PAUL DAS LAVOIRAS	301 21 03 01	404-4; 405-3; 419-1
RIBEIRA DO VALE DOS AIVADOS	301 21 03 02	419-2
RIBEIRA DO VALE DA ARANHA	301 21 03 03	419-1
RIBEIRA DO VALE DE OLHO	301 21 03 05	419-4
RIO ALMANSOR / RIBEIRA DE ST.º ESTEVÃO *	301 21 05	404-2; 405-1 / 405-1; 405-3; 405-4; 419-2; 420-1
RIBEIRA DA QUINTA DOS GATOS	301 21 05 XX	404-2
RIBEIRA DA SAMORENA	301 21 05 XX	404-2; 405-1
RIBEIRA DA LAGOA DAS BRUXAS	301 21 05 XX	405-1
RIBEIRA DO ARNEIRO DAS PEDRAS	301 21 05 XX	405-1
RIBEIRA DO VALE PREGOIRO	301 21 05 XX	405-4; 419-2
VALA DO PORTO SEIXO	301 21 05 01	405-1; 405-3; 405-4
RIBEIRA DO VALE DE CABRAS	301 21 05 01 XX	405-1; 405-3
RIBEIRA DA MURTEIRA	301 21 05 01 XX	405-1
RIBEIRA DO VALE TRIPEIRO	301 21 05 02	405-1
RIBEIRA DO VALE BAETA	301 21 05 04	405-2; 405-3
RIBEIRA DO VALE FEIJOEIRO	301 21 05 06	405-3; 405-4

RIBEIRA DO VALE DE SARAIVAS	301 21 05 06 02	405-4
RIBEIRA DO VALE DO PAU QUEIMADO	301 21 05 06 04	405-4
RIBEIRA DO ZAMBUJEIRO	301 21 05 08	405-4; 419-2
RIBEIRA DO VALE DA QUINTA	301 21 05 10	419-2; 420-1
RIBEIRA DO TREJOITO	301 21 09	391-3; 391-4; 405-2; 405-4; 406-3
RIBEIRA DA MAXOQUEIRA	301 21 09 XX	391-3; 391-4
RIBEIRA DO VALE DAS LEBRES	301 21 09 01	391-3
RIBEIRA DO VALE DE COELHOIROS	301 21 09 03	391-3; 391-4; 405-1; 405-2
RIBEIRA DO VALE DO CARRIL	301 21 09 05	405-4; 406-3
RIBEIRA DO VALE DE MULHERES	301 21 09 07	405-4; 406-3

Tendo por base a Carta Geológica de Portugal, escala 1:50 000, foram delimitadas as áreas de máxima infiltração propostas para a elaboração da carta de REN Bruta, ou seja, as áreas que devido à natureza do solo, do substrato geológico e às condições morfológicas do terreno, a infiltração das águas apresenta condições favoráveis, contribuindo assim para a alimentação dos lençóis freáticos e que foram analisadas face aos seguintes critérios:

- ≥ natureza e profundidade das formações geológicas;
- ≥ natureza hidrogeológica;
- ≥ morfologia do terreno;

Na análise feita à Carta Geológica referente à área do concelho de Benavente, distinguiram-se as seguintes formações geológicas: as Aluviões, as Areias Superficiais, os Terraços Fluviais, o Complexo greso-argiloso de Pegões e o Complexo argilo-gresoso de Coruche. Verificou-se que grande parte da área do concelho tem uma constituição essencialmente sedimentar representada pelos depósitos mais recentes, ou seja, pelas Aluviões, Areias Superficiais e Terraços Fluviais, e onde o terreno apresenta uma morfologia em que domina um relevo de baixas altitudes e declives muito suaves ou quase planos. As formações mais antigas encontram-se na parte mais a este do concelho, representadas pelo Complexo greso-argiloso de Pegões e pelo Complexo argilo-gresoso de Coruche, correspondendo essencialmente a zonas de cabeceiras e de encostas, predominando uma morfologia de terreno com um relevo mais energético de altitudes um pouco mais altas, atingindo a cota máxima de 78 metros na área de Foros da Charneca, mas sem declives significativos.

As Aluviões integram as mais recentes formações do Holocénico, depósitos recentes de origem fluvial, com espessuras que não ultrapassam os 5m, sendo constituídos por alternâncias de materiais arenosos e lodosos, com um depósito basal de areias com seixos e calhaus, estando sempre ligados às principais linhas de água;

As Areias Superficiais integram as formações do Plistocénico ao Holocénico, com uma espessura fraca, sendo constituídas por areias e cascalheiras, dunas e areias de praia fluvial;

Os Terraços Fluviais integram formações desde o Pliocénico ao Plistocénico, apresentando uma espessura fraca no geral inferior a 10m, sendo constituídos essencialmente por arenitos, conglomerados e cascalheiras;

O Complexo greso-argiloso de Pegões integra uma formação um pouco mais recente do Pliocénico, constituído essencialmente por areias e arenitos, mais ou menos grosseiras e argilosas, tendo uma espessura variável desde os 50m podendo mesmo atingir os 200m. Com base na monitorização de furos de sondagem pode-se dizer que, em terrenos de formações do Pliocénico e do Plistocénico, estes podem exibir alterações diagenéticas que se traduzem numa certa ferruginização, conferindo-lhes uma maior resistência ao serem escavados, que é o que poderá acontecer no aglomerado de Foros da Charneca, onde predomina o Complexo greso-argiloso de Pegões;

O Complexo argilo-gresoso de Coruche é a única formação Miocénica existente na área do concelho, e à qual foi reconhecida uma grande profundidade, sendo constituída essencialmente por areias, arenitos e argilitos.

Quanto ao aspecto hidrogeológico as áreas correspondentes às Aluviões, Areias Superficiais e Terraços Fluviais estão instalados num sistema aquífero aluvionar poroso semiconfinado, constituído pelas areias e cascalheiras da base das aluviões e por camadas, mais ou menos contínuas e espessas, de lodos e/ou areias lodosas. As areias e cascalheiras da base das aluviões são as unidades mais produtivas, com ligação hidráulica ao leito do rio com caudal permanente o que provoca efeitos hidrodinâmicos neste sistema aquífero. São formações muito permeáveis, caracterizadas por valores de condutividade elevados que quase excedem os VMR, condicionando assim a qualidade da sua água, problema que afecta os aquíferos nas áreas com maior actividade agrícola.

De acordo com Almeida, C. e Outros, o valor médio das transmissividades dos terraços é superior ao dos aluviões, sendo o valor médio da condutividade hidráulica de 140m/dia para os terraços fluviais e de 136m/dia para as aluviões. São valores relativamente elevados e que demonstram que as aluviões e os terraços fluviais representam sem dúvida potenciais áreas de máxima infiltração.

Já as áreas correspondentes ao Complexo greso-argiloso de Pegões, formação Pliocénica, têm características de sistema aquífero multicamada confinado, com camadas aquíferas argilosas de permeabilidade baixa, em que as variações laterais e verticais de fácies litológicas são responsáveis por mudanças significativas nas condições hidrogeológicas, servindo de suporte ao sistema aquífero aluvionar.

Também as áreas correspondentes ao Complexo argilo-gresoso de Coruche, formação Miocénica, são caracterizadas como um aquífero profundo multicamada, com camadas aquíferas argilosas impermeáveis.

Pode considerar-se, então que, tanto o Complexo argilo-gresoso de Coruche como o Complexo greso-argiloso de Pegões representam o suporte litológico do sistema aquífero aluvionar, na medida em que essas formações são responsáveis pela grande recarga desse sistema aquífero, por infiltração nos leitos dos cursos de água na parte mais elevada do seu percurso na bacia.

6. OCUPAÇÃO HUMANA

A ocupação humana neste território teve como base a concentração dos núcleos urbanos, deixando os restantes terrenos para a actividade agrícola e florestal. Nos últimos anos começa-se a notar uma tendência para uma maior dispersão da área construída, fora dos perímetros urbanos, o que se considera uma ameaça à qualidade e carácter desta paisagem. O uso florestal predomina, com um peso importante de sobreiro e pinheiro manso, espécies também fundamentais no desenvolvimento económico da região. O interesse do ponto de vista recreativo da área é cada vez mais visível, quer pelo interesse da área da RNET, quer pela existência do Campo de Tiro de Alcochete na zona florestal no sul do concelho, quer ainda pelos vários empreendimentos associados ao golfe que vão surgindo.

Na carta de uso do solo é possível identificar as zonas associadas aos sistemas húmidos, algumas das quais se encontram permanentemente inundadas enquanto que outras sofrem com as variações de marés. Nas zonas agrícolas podem-se encontrar principalmente: áreas de sequeiro constituídas por pastagens, culturas forrageiras e outras; arrozais e áreas de regadio. São também áreas importantes do ponto de vistas ecológico suportando uma grande variedade de fauna. As áreas florestais são dominadas pelo montado de sobreiro e pelo pinheiro manso, as quais sustentam um património cinegético muito elevado. Existem ainda pequenas manchas de pinheiro bravo e florestas mistas.

7. SÍNTESE

Em termos de paisagem verifica-se que o concelho de Benavente é um território onde o carácter urbano das duas localidades contrasta com o carácter natural de todo o resto do território, onde as actividades florestais e agrícolas são complementadas por uma significativa área de sistema húmido associada ao Estuário do Tejo. A figura 219 apresenta as unidades de paisagem identificadas, tendo por base quer a caracterização biofísica, quer a de ocupação humana.

A unidade 1, já devidamente caracterizada, diz respeito à Reserva Natural do Estuário do Tejo e à Zona de Protecção Especial.

A unidade 2 caracteriza-se sobretudo por conter as duas principais localidades existentes concelho. Trata-se de uma zona de cotas baixas, de baixos declives e constituída geologicamente sobretudo por aluviões e areias superficiais.

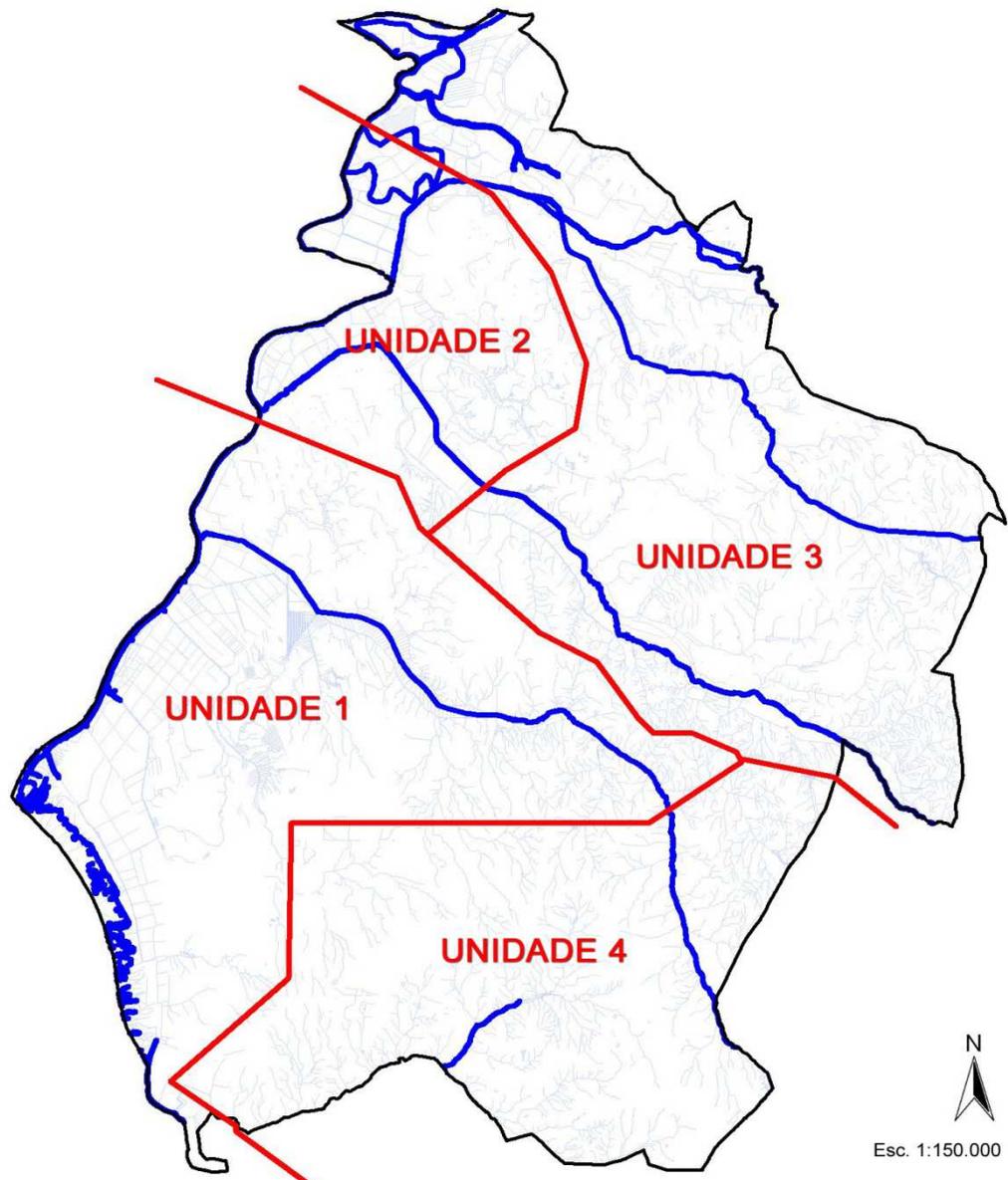
A unidade 3 é aquela onde os declives ultrapassam um pouco o plano, onde se concentra grande parte da agricultura, nomeadamente os arrozais. Nesta zona menos plana contamos com formações de argila; nas zonas mais planas prevalecem os terraços do quaternário.

A unidade 4 diz respeito à grande mancha florestal, que coincide também como Campo de tiro de Alcochete. Trata-se de uma zona muito plana onde predomina as formações de argila.

Esta caracterização vai ao encontro das conclusões apresentadas no estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” coordenado por Alexandre Cancela D’ Abreu, onde o concelho de Benavente inserido na Unidade de Paisagem “Ribatejo” abrange duas sub-unidades; Vale do Tejo – Lezíria e Charneca Ribatejana.

Segundo este estudo, a paisagem do concelho apresenta duas realidades distintas: por um lado, a Norte uma “paisagem associada a uma agricultura intensiva e especializada, de que resulta um padrão geométrico constituído pelas parcelas. (...) A presença de água, a sensação de fertilidade, a dimensão e vigor da vegetação arbórea são constantes e determinantes do carácter da paisagem”; por outro mais a sul caracterizam como “uma paisagem tranquila, por vezes monótona, com relevo ondulado muito suave, a que está associado o montado de sobre. No essencial, trata-se de uma paisagem florestal, cortada por pequenos e médios vales que, tradicionalmente tinham uma utilização agrícola.”

FIGURA 2429 – UNIDADES DE PAISAGEM



De toda a análise elaborada, verifica-se que as potencialidades sob o ponto de vista da paisagem e dos valores naturais são reconhecidamente uma das maiores valias do concelho. O seu interesse nacional e internacional pressupõe uma estratégia ou estratégias que extravasam as dinâmicas próprias do concelho de Benavente. No entanto, é possível conciliar actividades que, não pondo em causa os interesses extra-concelhios, dignificam o concelho e proporcionam ambientes e vivências que contribuem para uma melhoria da qualidade de vida.

Mas o interesse do ponto de vista da paisagem não se encerra na RNET e na ZPE. Todo o concelho, devido à intensa actividade florestal e agrícola apresenta áreas cuja manutenção são

o garante do sucesso de muitas iniciativas em curso, bem como do próprio desenvolvimento económico. Inerente a esta manutenção está a presença de pessoas que explorem estas actividades, as quais constituem em si um meio eficaz da gestão deste território. De facto, é reconhecido que a presença humana é fundamental para garantir o funcionamento de diversos ecossistemas. Estas características, aliadas à proximidade de Lisboa e à evolução da rede viária reforçam grandemente o poder de atractividade do concelho. Se por um lado se trata de uma potencialidade para o concelho, pelas razões apresentadas, pode-se facilmente tornar num constrangimento devido ao excesso de iniciativas que se queiram pôr em prática e que põem seriamente em causa as características que deram origem a esta atractividade.

Trata-se portanto de uma situação, quer a RNET, quer a ZPE, quer o restante território, cujo controle é fundamental e onde a preservação dos principais sistemas naturais é essencial para a manutenção do carácter desta paisagem, o qual por sua vez é um motor do desenvolvimento.

O diagnóstico e as preocupações apresentadas no estudo anteriormente referido – “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” – aponta exactamente para estas mesmas questões: trata-se de uma paisagem com elevada riqueza biológica, devendo-se ter cuidado a Norte com as praticas agrícolas mais agressivas ambientalmente e salvaguardar a qualidade dos ecossistemas ribeirinhos, enquanto que a Sul identificam uma paisagem sem grandes desequilíbrios ou ameaças, sendo negativo a perda de diversidade no seu padrão, tendo em conta a variedade do coberto florestal e a ocupação dos vales agrícolas. Mostram ainda preocupação com a oferta crescente de espaços para segunda habitação, para equipamentos de recreio e turismo, alertando para o facto de se tratar uma realidade que carece de um estudo próprio com uma visão de conjunto do referido fenómeno.

Estas questões e preocupações estão também subjacentes nos núcleos urbanos, às quais há que acrescentar a necessidade de uma estrutura verde coerente com a tipologia edificada. De qualquer forma, deverá ser sempre garantido o correcto funcionamento dos sistemas naturais, os quais normalmente estão mais comprometidos do que nos espaços não urbanos.

8. ESTRUTURA ECOLÓGICA

A proposta de estrutura ecológica, reflectida, neste momento, na Carta de Valores Naturais e Paisagísticos assenta em primeiro lugar (fundamental) na consideração dos espaços biofisicamente sensíveis.

Neste momento entende-se que interessa sobretudo identificar as áreas prioritárias para a conservação e onde o referido controle deve ser conduzido por regras de sustentabilidade e que garantam um correcto funcionamento dos sistemas naturais.

Assim temos:

- ≥ a RNET,
- ≥ a “Zona de especial interesse para a conservação da avifauna (prioridade 1)” prevista no Plano de Gestão da ZPE,
- ≥ os paus de Belmonte e Trejoito
- ≥ as principais linhas de água e os leitos aluvionares a elas associados, que para além de constituírem solos com elevada aptidão para a agricultura, são também as zonas onde a probabilidade de ocorrência de cheia é maior.

Apesar de existirem outros ecossistemas também importantes, do ponto de vista estratégico consideram-se estes os fundamentais para atingir os objectivos atrás descritos.

Nos espaços urbanos há a necessidade definir uma estrutura verde / ecológica compatível com a urbanização existente e proposta, não descuidando nunca os principais sistemas naturais. Pela natureza da intervenção é uma proposta a ser desenvolvida a uma escala que permita um maior detalhe.

CAP. 10 - REDE DE INFRA-ESTRUTURAS

VER PLANTAS:
PLANTA 26A – REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ;
PLANTA 26B – REDE DE SANEAMENTO



1. INTRODUÇÃO

As infra-estruturas são determinantes na forma como o espaço é ocupado e utilizado. Além disso, são um factor sem o qual dificilmente se conseguirão alcançar quaisquer objectivos de desenvolvimento impulsionado por uma componente territorial.

Este relatório, tem como objectivo caracterizar as várias redes infra-estruturais, tais como as de electricidade; abastecimento de água; saneamento de águas residuais; rede de águas pluviais; e gestão de resíduos sólidos urbanos.

A caracterização das redes de abastecimento de águas e de saneamento de águas residuais, apresentam-se como prioritárias por serem aquelas que são de gestão camarária.

Para os objectivos propostos, foi fundamental a estreita colaboração dos gabinetes camarários incumbidos da gestão destes serviços. Para conseguir facilitar a leitura, interpretação e cruzamento das várias realidades, optou-se por uma metodologia idêntica para todos os sistemas. São caracterizados e avaliados os sistemas antes referidos, assim como as capacidades instaladas de cada um, para que se perceba e se conclua posteriormente, aquando do cruzamento com outros dados, se existem situações deficitárias e que tipo de causas são apontadas para esses defeitos.

Uma das fases da revisão do Plano Director Municipal é a Caracterização, Diagnóstico e Estudos de Prospecção, onde se pretende perceber quais as novas dimensões, preocupações, insuficiências a que a revisão do actual PDM deve dedicar particular atenção, apontando medidas para a sua solução.

Esta avaliação é importante, na medida em que permitirá conhecer o ponto de situação de cada uma das infra-estruturas, assim como qual o nível de concretização das medidas lançadas no primeiro PDM e assim avaliar se estarão a produzir o efeitos desejados.

Nesse sentido, a análise efectuada aos sistemas referidos, foi elaborada tendo como base os objectivos previstos no actual PDM, nomeadamente através do nível de concretização das obras lançadas e do impacto que tiveram no concelho em termos de aumento da percentagem de cobertura e da população abrangida, fazendo uma avaliação do estado actual e das carências ainda detectadas. Foi ainda avaliado as perspectivas futuras, tendo em conta as obras em fase de execução e em fase de adjudicação, de modo a avaliar aquilo que será o cenário a curto e médio prazo.

Das análises efectuadas e do cruzamento dos seus resultados, será possível listar conclusões que por sua vez fundamentarão as medidas que deverão ser tomadas para a tangência dos objectivos essenciais do PDM. Estas medidas condicionarão a utilização do território, dada a dualidade entre o dimensionamento do sistema e a sua utilização efectiva.

Finalmente, em síntese, importa perceber que a gestão eficiente dos sistemas pode resultar em ganhos significativos. Nesta altura, serão lançadas pistas que permitam que sejam maximizadas as eficiências dos sistemas, nomeadamente quanto à previsão de necessidades futuras e da localização das mesmas, em termos de planeamento e gestão dos sistemas, tendo em conta o ordenamento do território concelhio proposto na revisão do PDM.

Actualmente o concelho de Benavente apresenta despesas na Gestão de Águas Residuais (903 milhares de Euros) e Gestão de Resíduos (516 milhares de Euros) num total de 1.420 milhares de Euros.

2. PROJECTO ÁGUAS DO RIBATEJO

Cerca de 105 milhões de euros deverão ser investidos nos próximos quatro anos em infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento de nove concelhos da Lezíria do Tejo.

A Junta da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) aprovou o projecto para a criação da empresa "Águas do Ribatejo". O projecto Águas do Ribatejo foi aprovado por sete municípios (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos).

O estudo de viabilidade económica aponta para que a empresa seja detida integralmente pelos sete municípios. Poderá no futuro vir a alienar 49% do capital a um parceiro privado, caso se venha a revelar difícil as autarquias suportarem sozinhas a parte de comparticipação nacional dos investimentos previstos, segundo Sousa Gomes presidente da junta da CULT.

O projecto Águas do Ribatejo tem grande importância para a área destes municípios na distribuição de água, no tratamento de esgotos e no impacto ambiental. Já depois de aberto concurso internacional para encontrar um parceiro privado, a Assembleia Municipal de Santarém revogou a sua participação e os restantes municípios decidiram anular o concurso e aprovar novo estudo de viabilidade económica, envolvendo agora sete municípios.

A Águas do Ribatejo terá um capital social de 5,410 milhões de euros no primeiro ano, constituído essencialmente pelos activos a transferir por cada um dos municípios. No segundo ano esse valor subirá para 14 milhões de euros (se houver alienação de capital) ou para perto dos 20 milhões se a opção for em espécie (mantendo-se integralmente nas mãos dos municípios), segundo o estudo aprovado.

O estudo aponta para a manutenção da tarifa que era apontada no estudo realizado em 2003 (envolvendo na altura nove municípios), actualizada aos valores da inflação (1,41 em 2003 para 1,56 em 2007).

Abrangendo uma população de 114.000 habitantes (que poderá crescer para 120.000 no horizonte do projecto - 2047), a Águas do Ribatejo prevê realizar 75,8 milhões de euros de investimentos até 2011, passando de uma taxa actual de cobertura de 96,5 para 96,8 por cento no abastecimento de água e de 66,4 para 88,9 por cento no saneamento. O investimento global previsto (incluindo substituições e reparações) é, segundo o estudo, de 135 milhões de euros, com possibilidade de comparticipação de 68 por cento do fundo de coesão.

Para Benavente foi lançado concurso referente à construção da ETAR de Esteiva, que representa um investimento de 1,6 milhões de euros.

Em termos de Fundos Comunitários, os municípios da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) já investiram 84% do dinheiro disponível de 2000 a 2005, no âmbito dos projectos comparticipados pelo III Quadro Comunitário de Apoio.

Dos 58 milhões de Euros de comparticipação aprovados, os Municípios da Lezíria já certificaram despesa num montante de 49,4 milhões de Euros, o que corresponde à execução de um investimento global de cerca de 76 milhões de Euros.

A CULT aguarda agora que seja aprovado um reforço das verbas para a Lezíria do Tejo, para juntar aos 4,8 milhões de Euros ainda disponíveis. Essa aprovação irá garantir um reforço de mais 8,7 milhões de Euros. Contas feitas, passam a estar disponíveis 13,5 milhões de Euros para novos projectos nos Municípios da Lezíria, até ao final do QCA III.

3. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água potável é hoje uma comodidade essencial para a qualidade de vida das populações. O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais PEASAR (2000-2006) apontava como objectivo a cobertura de 95% das redes de água potável no domicílio. Este objectivo baseia-se em padrões de sustentabilidade que são hoje em dia paradigma das sociedades modernas.

FIGURA 430 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM M³

ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM M ³			
ANO	CAUDAL CAPTADO	CAUDAL TRATADO	POPULAÇÃO SERVIDA
2001	1.860	1.860	98%

FONTE: INE, RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001

O concelho de Benavente, relativamente à Rede de Abastecimento de Água, apresenta actualmente uma cobertura em termos populacionais de 98%. Esta rede recorre em termos de sistema utilizado, a Furos de Captação, com reservatórios elevados, a partir dos quais se faz a distribuição de água. O Município tem vindo a fazer nos últimos anos grandes investimentos na renovação da rede de abastecimento de água, estando actualmente servido por uma rede nova na sua quase totalidade, pelo que não apresenta problema de maior, sendo apenas detectados alguns problemas no abastecimento de água nos Foros da Charneca, relacionados essencialmente com situações de rega no período de Verão.

FIGURA 441 – CONSUMO DE ÁGUA EM M³

CONSUMO DE ÁGUA EM M ³				
ANO	RESIDENCIAL E DE SERVIÇOS	INDUSTRIAL	OUTROS	TOTAL
2001	1.328	---	289	1.617

FONTE: INE, RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001

Podemos verificar que a rede pública de abastecimento de água serve, essencialmente as zonas residenciais e de serviços do concelho, visto que as zonas industriais, usufruem por norma, de sistemas de abastecimento próprio.

Em resposta ao aumento progressivo das necessidades do concelho de Benavente, em consequência do seu notável crescimento demográfico, a rede de abastecimento pública de água tem aumentado consideravelmente, em grande parte à custa de operações de loteamento, como se pode verificar pelo quadro seguinte “Furos de Captação de Água”, tendo em conta as datas de início de exploração.

Como já foi referido, o sistema de distribuição utilizado no concelho de Benavente, recorre a vários Furos de Captação distribuídos pelo concelho, com reservatórios elevados, a partir dos quais se faz a distribuição de água:

FIGURA 452 – FUROS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA

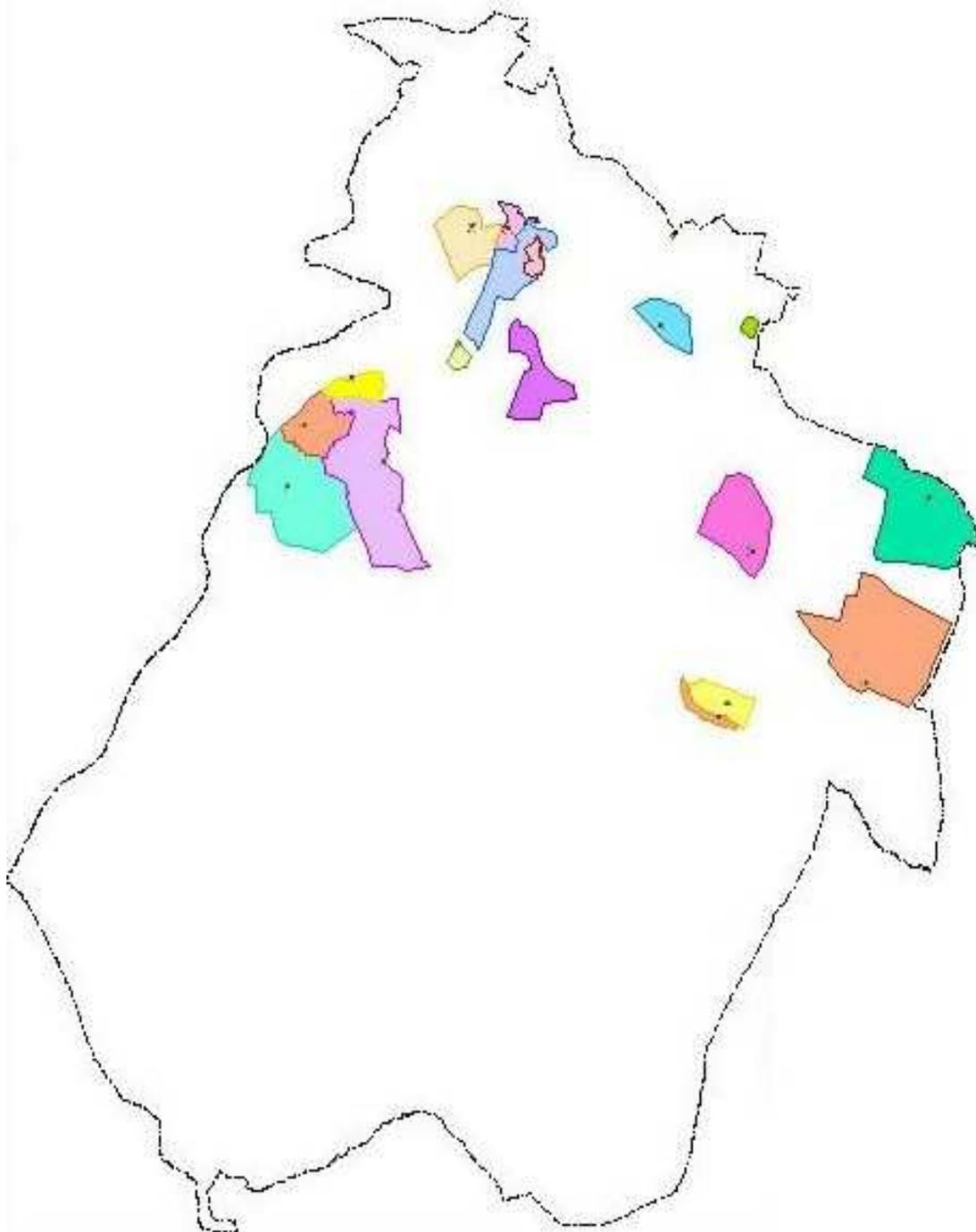
	LOCAL	PROFUNDIDADE	INICIO DA EXPLORAÇÃO
BENAVENTE	PISCINAS	218	1985
	PISCINAS	252	
	LAVADOUROS	228	1992
	AREIAS	235,5	1999
COUTADA VELHA	IGREJA	129	1992
VALE TRIPEIRO	VALE TRIPEIRO	63	
FOROS DA CHARNECA	RECTA N.º 3	176	1994
ALDEIA DO PEIXE	ALDEIA DO PEIXE (BILRETE)	60,3	1987
SAMORA CORREIA PORTO ALTO	BELO JARDIM	215	1994
	Q. DA MURTEIRA	198	1994
	ESTALEIRO DA CMB	180	1984
	ESTALEIRO DA CMB	186	1991
	ESTRADA 1º DE MAIO	212	1998
SANTO ESTÉVÃO	PRAÇA DE TOUROS	168	1989
	ALTO DO CALDEANO	211	1999
V.N. DE SANTO ESTÉVÃO	V. N. ST.º ESTÉVÃO	80	2002
FOROS DE ALMADA	FOROS DE ALMADA	153	1997
BARROSA	MONTE JORGE NETO	192	
SÃO BRÁS	SÃO BRÁS	40	1984
FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE, DIVISÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS			

FIGURA 463 – RESERVATÓRIOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

	RESERVATÓRIOS				
	LOCAL	CAPACIDADE (M3)	TIPO	FREGUESIA	POPULAÇÃO SERVIDA (HAB.)
BENAVENTE	VILA DAS AREIAS	300	ELEVADO	BENAVENTE	1.825
	PISCINAS	225	ELEVADO	BENAVENTE	2.835
	LAVADOUROS	750	ELEVADO	BENAVENTE	2.289
COUTADA VELHA	COUTADA VELHA	2	ESTAÇÃO HIDROPRESSORA	BENAVENTE	299
VALE TRIPEIRO	VALE TRIPEIRO	200	APOIADO	BENAVENTE	430
FOROS CHARNECA	RECTA N.º 3	300	ELEVADO	BENAVENTE	547
BILRETE	ALDEIA DO PEIXE	1	ESTAÇÃO HIDROPRESSORA	BENAVENTE	12
SAMORA CORREIA	BELO JARDIM	250	ELEVADO	SAMORA CORREIA	1.052
	Q. DA MURTEIRA	400	ELEVADO	SAMORA CORREIA	2.099
	ESTALEIRO DA CMB	500	ELEVADO	SAMORA CORREIA	5.155
	PORTO ALTO SUL	400	ELEVADO	SAMORA CORREIA	3.443
SANTO ESTÊVÃO	ALTO POUCA ROUPA	225	ELEVADO	ST.º ESTÊVÃO	350
	ZAMBUJEIRO	225	ELEVADO	ST.º ESTÊVÃO	600
FOROS ALMADA	JUNTO AO CEMITÉRIO	225	ELEVADO	SANTO ESTÊVÃO	371
V. N. ST.º ESTÊVÃO	V. N. ST ESTÊVÃO	250	ELEVADO	SANTO ESTÊVÃO	3
		2*800	APOIADO	SANTO ESTÊVÃO	
BARROSA	MONTE JORGE NETO	300	ELEVADO	BARROSA	675
SÃO BRÁS	SÃO BRÁS	1	ESTAÇÃO HIDROPRESSORA	BARROSA	19
TOTALS					22.004
(*) ESTE SISTEMA AINDA NÃO PERTENCE À CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE, DIVISÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS					

Os censos de 2001, apresentam uma população residente no concelho de Benavente de 23.257 habitantes, o que leva a concluir que ainda existem cerca de 1.253 habitantes não abrangidos pelo sistema de abastecimento público de água, o que deverá ser revelador da existência de algum povoamento disperso.

FIGURA 474 – PLANTA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE BENAVENTE



4. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

O sistema instalado no concelho de Benavente é o sistema separativo, visando a construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais, como podemos verificar no quadro da figura seguinte:

FIGURA 485 – CARACTERIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

LOCAL	DESIGNAÇÃO	POPULAÇÃO INICIAL-FINAL (HAB.)	CAUDAL INICIAL-FINAL (M3/DIA)	TRATAMENTO	CAPITAÇÃO INICIAL-FINAL	PONTO DE DESCARGA	POPULAÇÃO SERVIDA (HAB.)
BARROSA	BARROSA	700-1040	56-100	BIODISCOS	100-120	VALE BISPO – RIO SORRAIA	439
BENAVENTE	CERRADO DAS ÁGUAS	5500-8000	660-1280	AREJAMENTO PROLONGADO	150-200	VALA LEZÍRIA DOS CAVALOS – RIO SORRAIA	3.029
BENAVENTE	Q. DO PAPELÃO	2000-3600	0-432	BIODISCOS	120-150	VALA DE S. BENTO – RIO SORRAIA	1.488
PORTO ALTO	BORDALO PINHEIRO	1712-2550	137-245	BIODISCOS	100-120	RIO SORRAIA	1.143
PORTO ALTO	PENDENTE 2	1500-3500	0-420	BIODISCOS	120-150	RIO SORRAIA	1.095
SAMORA CORREIA	ESTEVEIRA*	3400-5000	326-600	BIODISCOS	120-150	RIO ALMANSOR	639
SAMORA CORREIA	MURTEIRA	1890-2700	227-335	AREJAMENTO PROLONGADO	120-150	VALA DE PORTO SEIXO – RIO ALMANSOR	1.364
SAMORA CORREIA	Q. DOS GATOS	3500-6300	336-756	AREJAMENTO PROLONGADO	120-150	RIO ALMANSOR	3.351
ST ESTÊVÃO	ST ESTÊVÃO	1470-2280	141-274	BIODISCOS	120-150	RIB. ST ESTÊVÃO – RIO ALMANSOR	618
ST ESTÊVÃO	VN ST ESTÊVÃO **	2000-4000	480-960	AREJAMENTO PROLONGADO	400-400	RIB. ST ESTÊVÃO – RIO ALMANSOR	
TOTALS							13.166
FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE, DIVISÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS (***) A ETAR DE VILA NOVA DE ST ESTÊVÃO, NÃO SE ENCONTRA AINDA SOB TUTELA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE. (*) A ESTEVEIRA, ENCONTRA-SE DESACTIVADA EM PROCESSO DE ADJUDICAÇÃO PARA REMODELAÇÃO.							

O concelho de Benavente pode contar com 10 estações de tratamento de águas residuais (ETAR's), distribuídas pelas quatro freguesias do concelho.

De acordo com a informação recolhida nos serviços da Câmara Municipal de Benavente, podemos constatar que no âmbito da Rede de Saneamento se perspectivam grandes alterações, encontrando-se em fase de execução e em fase de adjudicação algumas obras que após a sua conclusão, irão resultar num nível de cobertura bastante aceitável, uma vez que actualmente todo o caudal efluente produzido pelo uso doméstico e comercial é tratado, no entanto apenas 66% da população é servida com Estação de Tratamento de Águas Residuais.

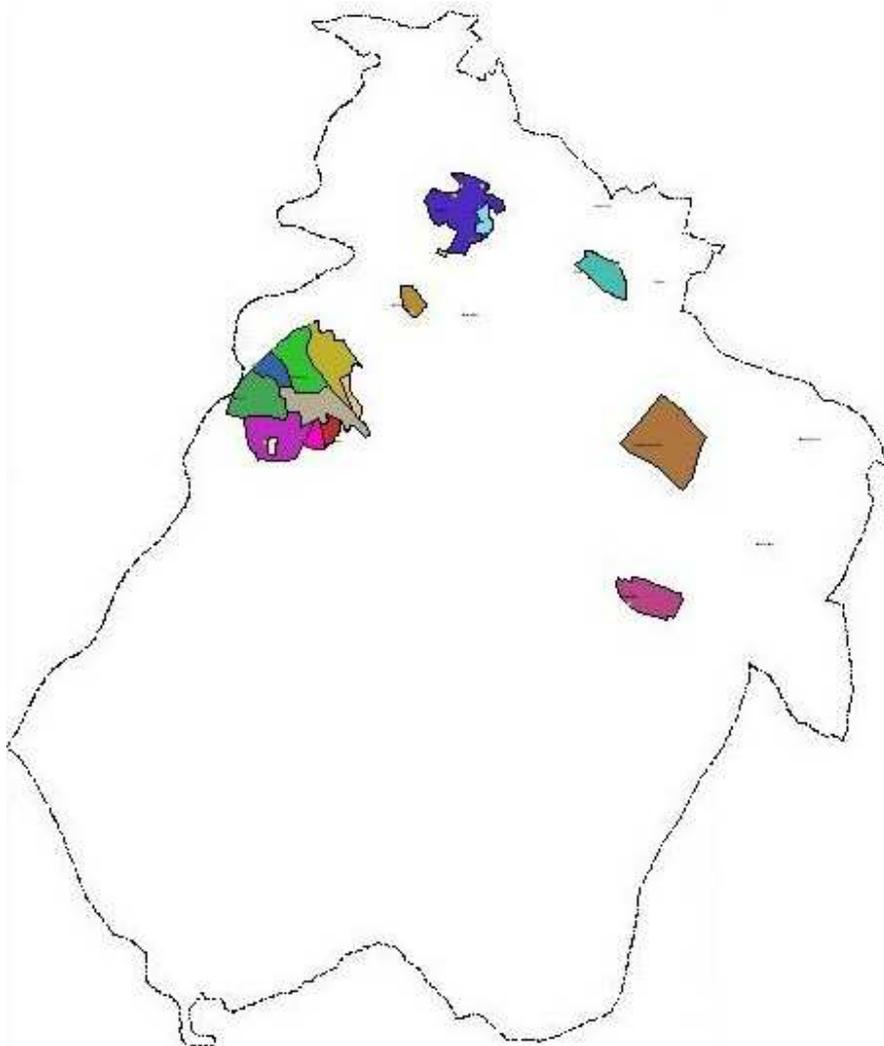
FIGURA 496 – DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS

DRENAGEM			TRATAMENTO		
CAUDAIS EFLUENTES PRODUZIDOS			POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	CAUDAL TRATADO	POPULAÇÃO SERVIDA COM ETAR'S
TOTALS	ORIGEM				
	RESIDENCIAL E SERVIÇOS	INDUSTRIA			
1000 M3			%	1000 M3	%
582	582	---	95.0	582	66.6

FONTE: INE, RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001

Conforme já foi referido, no âmbito da comunidade urbana da Lezíria do Tejo, foi lançado recentemente um concurso público “Projecto Águas do Ribatejo”, para a constituição de uma empresa com capitais maioritariamente públicos, que no futuro vai explorar os sistemas de saneamento e abastecimento de água de nove concelhos, nos quais realizará obras no valor de 107 milhões de euros. No entanto e no que diz respeito ao concelho de Benavente, os Foros da Charneca, os Foros de Almada e a Coutada Velha, não estão contemplados na rede de Saneamento do Projecto Águas do Ribatejo. Este projecto contempla a construção de 44 reservatórios de água, 27 estações elevatórias, 26 estações de tratamento de águas residuais e 50 quilómetros de adutoras de água, abrangendo um território de nove municípios.

FIGURA 507 – PLANTA DA REDE DE SANEAMENTO DO CONCELHO DE BENAVENTE



5. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no concelho de Benavente é da competência da autarquia e abrange 100% da população do concelho. Esta recolha é feita diariamente nas zonas mais urbanas e em zonas onde existe menor aglomerado populacional, faz-se em dias intercalados, pois a produção de lixo também é mais reduzida.

Actualmente todos os resíduos sólidos urbanos recolhidos no concelho de Benavente são tratados no Aterro Intermunicipal, situado na freguesia da Raposa (Almeirim). Este aterro insere-se no âmbito do Plano Director de Resíduos Sólidos da sub-região da Lezíria do Tejo. Este aterro intermunicipal conta com infra-estruturas de exploração que englobam sistemas de drenagem, colecta e tratamento de lixivantes e sistema de drenagem, colecta e tratamento de biogás.

Na recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Benavente, estão previstos 5 circuitos normais, mais 1 circuito para recolha de monos.

No tipo de fileiras recolhidas está incluído, o vidro, papel e cartão, embalagens e pilhas, registando-se 52 baterias de ecopontos distribuídos por todo o concelho.

FIGURA 518 – RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM 2001

	RESÍDUOS RECOLHIDOS			POPULAÇÃO SERVIDA EM SISTEMA DE RECOLHA DE RESÍDUOS
	TOTAL	URBANOS		
		TOTAL	RECOLHA SELECTIVA	
	EM TONELADAS			%
Benavente	12 905	12 905	67	100

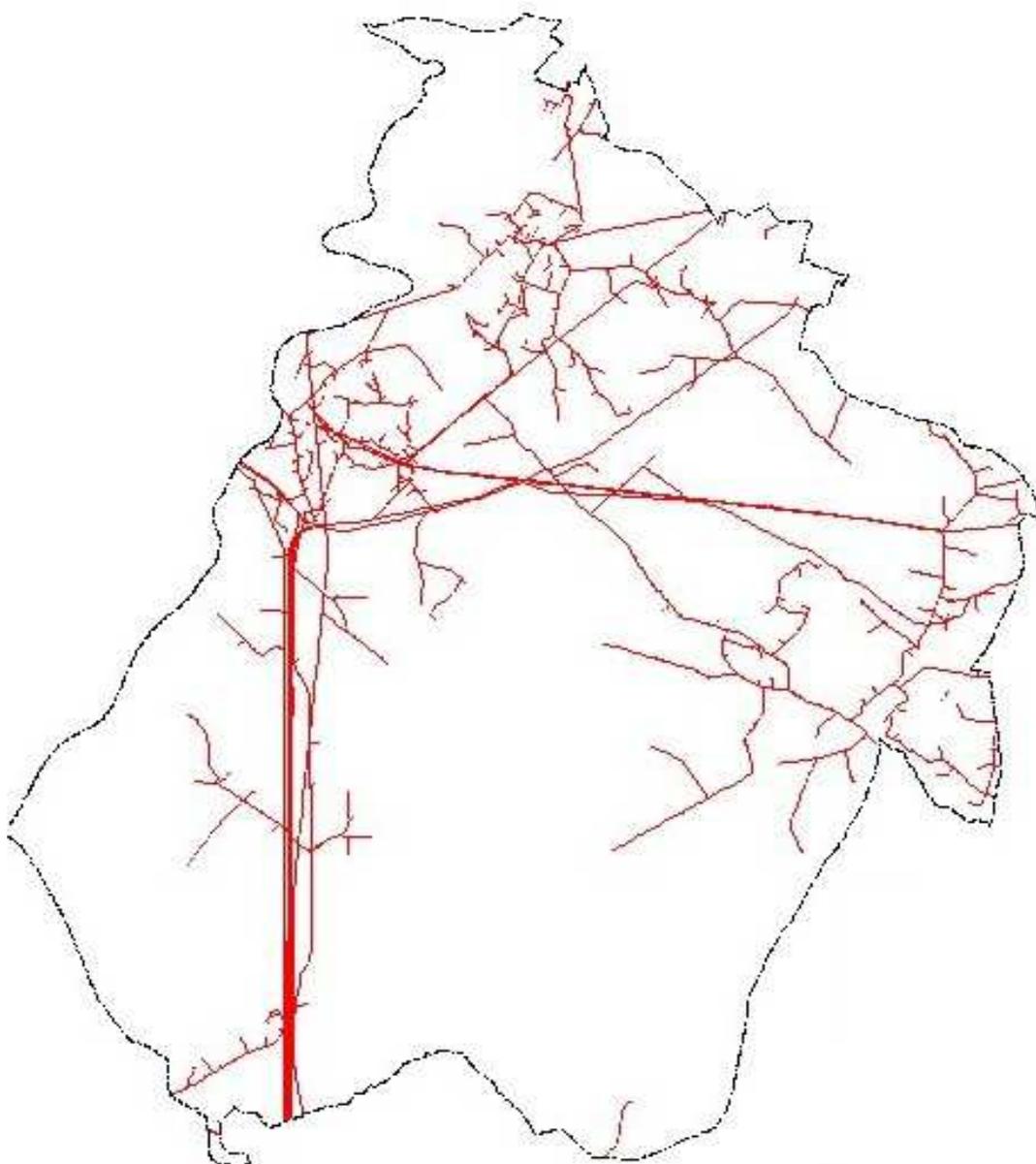
FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE, DIVISÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A entidade responsável pela recolha selectiva é a “Eco Lezíria” (sistema municipal RESIURB), sendo o seu destino final a reciclagem.

6. REDE ELÉCTRICA

Regista-se uma cobertura total da população do Concelho, deste modo, e uma vez que toda a população do concelho está servida por esta infra-estrutura, não se reflecte no Concelho a necessidade de novas instalações eléctricas para servir a população residencial, no entanto qualquer acção de desenvolvimento de grande envergadura no Concelho deverá avaliar a sua compatibilidade com a Rede Pública de Electricidade existente no Concelho, salvaguardando eventuais necessidades de expansão e/ou ampliação da rede existente (anexo 1).

FIGURA 529 – PLANTA DA REDE ELÉCTRICA DE ALTA TENSÃO



7. GASODUTO E OLEODUTO

Os gasodutos e oleodutos são condutas, ou “pipelines”, concebidos para o transporte de substâncias, normalmente perigosas, respectivamente no estado gasoso e no estado líquido. O transporte em “pipeline” de quaisquer substâncias, no estado gasoso ou no estado líquido, é considerado não apenas como o meio mais seguro, como, para quantidades elevadas, o mais prático e o mais económico, mesmo se confrontado com o transporte rodoviário ou ferroviário.

Na Europa e em particular na União Europeia, tem-se verificado uma crescente apetência para o recurso a este meio de transporte, pelo que a rede de “pipelines” tem vindo a crescer de forma rápida e consistente, tendo sido criada uma rede europeia destas estruturas.

Nos Estados Membros, de acordo com os registos existentes, não há notícia de ocorrência de acidentes com gravidade na exploração de pipelines. Contudo, é reconhecida a existência de um risco potencial de ocorrência de acidentes classificados como graves. Como natural medida de precaução, para todos os “pipelines” devem ser desenvolvidas análises de riscos e avaliação de consequências, e preparados os respectivos planos de emergência

Em Portugal o transporte de gás natural é feito por um gasoduto em alta pressão. O gasoduto é operado pela Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, a partir das instalações de Bucelas onde se situa o Centro de Despacho. O fornecedor mais importante de gás natural a Portugal, actualmente, é a Sonatrach a partir da jazida em Hassi R'Mel - Argélia. O transporte é feito através do gasoduto do Maghreb até Tânger e através do Estreito de Gibraltar até Tarifa. Desta localidade segue em gasoduto até próximo de Badajoz, entrando no território nacional em Campo Maior, onde está instalada a estação de recepção que constitui a interligação com o gasoduto em Portugal, traçado este que atravessa o concelho de Benavente (anexo 1). A capacidade de recepção em Campo Maior é de 3 700 milhões de m³/ano (cerca de 420.000 m³/h).

A Companhia Logística de Combustíveis S.A (CLC) é o operador do oleoduto que liga a Refinaria de Sines ao Parque de Aveiras, localizado em Aveiras de Cima. Este oleoduto foi projectado para transportar até 4 milhões de toneladas por ano de gasolina, gasóleo, Jet A1, butano e propano.

CAP 11 TURISMO



INTRODUÇÃO

O turismo é considerado como uma das actividades económicas de maior importância para o desenvolvimento do nosso país. O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) apresenta uma visão ambiciosa para o sector, afirmando que *“Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional.”* (PENT)

Enquadrado num dos sistemas biofísicos mais importantes do país, o Estuário do Tejo, Benavente possui condições de excelência para a prática da actividade turística, nomeadamente no que se refere aos sectores do turismo de natureza e turismo rural. No entanto, este sector ainda não se encontra significativamente desenvolvido, existindo uma baixa oferta de infra-estruturas de apoio ao turismo e lazer. Estas condições de excelência, aliadas à baixa oferta em termos hoteleiros, foram percebidos por alguns grandes grupos económicos que começaram a intervir no território de Benavente através da construção de empreendimentos turísticos ligados essencialmente à prática de golfe.

Por estes motivos, e para que o sector do turismo cresça de forma sustentável no território de Benavente, urge a necessidade de implementar estratégias que potenciem os recursos naturais e culturais existentes, sendo para tal necessário planear de forma adequada os espaços destinados a este sector.

1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

1.1. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – OESTE E VALE DO TEJO

No presente relatório ponto procura-se perceber quais as opções estratégicas do modelo territorial preconizadas no PROT-OVT para o sector do turismo, no âmbito regional para, desta forma, adaptar as orientações ao Município de Benavente.

Benavente apresenta-se como um Concelho da Lezíria do Tejo com fortes relações funcionais e de dinâmicas com o Vale do Tejo e em especial, com a Área Metropolitana de Lisboa. Sendo um Concelho da Lezíria do Tejo, Benavente apresenta um conjunto de Recursos Naturais de Excelência e um modelo de ocupação urbana onde predomina uma densificação de processo de urbanização pouco significativa. Trata-se de um território onde domina o Sistema Biofísico e um certo equilíbrio entre a ocupação humana e a paisagem.

Quanto ao modelo territorial as opções assentam sobretudo no facto da Região do Oeste e Vale do Tejo ter um *“forte potencial de procura que garante o desenvolvimento de produtos turísticos e de lazer de qualidade e muito diversificados (recursos patrimoniais, culturais, naturais, paisagísticos e antropológicos).”*

Uma vez que a região do Oeste e Vale do Tejo está integrada nos processos e nas dinâmicas da AML, *“as actividades ligadas ao turismo, lazer e cultura no Oeste e Vale do Tejo devem pois, ser encaradas numa lógica de complementaridade com a região polarizada por Lisboa”.*

Por outro lado, *“fora das centralidades urbanas e em função das características das áreas territoriais de ordenamento do turismo e lazer e dos seus recursos específicos, (...) prevê-se a constituição de áreas e núcleos de concentração da oferta do alojamento turístico e respectivos equipamentos e serviços de apoio, em particular a tipologia do conjunto turístico (resort), a ocorrer no interior de grandes áreas previamente definidas pelos planos directores municipais, como áreas de vocação para o turismo e lazer – AVT.”*

Para a criação destes núcleos, cuja designação é Núcleos de Desenvolvimento Turístico – NDT, e o *“PROT OVT define as regras gerais de ordenamento do território a que devem obedecer, bem como os procedimentos a desenvolver para a sua constituição, deixando para os planos municipais o desenvolvimento regulamentar de índole urbanística a efectuar em função das características das AVT”*

Os NDT *“quando seleccionados e espacialmente inscritos em plano municipal de ordenamento do território, darão origem a Espaços de Ocupação Turística – EOT”.*

“No Oeste e Vale do Tejo existem também potencialidades para serem definidas áreas empresariais de serviços de turismo e lazer, como sejam, complexos de saúde e bem-estar, termas, equipamentos e centros de estágios desportivos, novos parques temáticos, centros de congressos, de reuniões e exposições, etc. A concretização destas áreas poderá ocorrer através da constituição de Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer (NDE TL), os quais podem ter alojamento associado.”

“Assumem-se ainda as áreas ocupadas por empreendimentos de turismo residencial já instalados e em instalação (em ocorrências isoladas ou agrupadas) e com expressão territorial significativa à escala da região.”

Neste âmbito, no município de Benavente o PROT identifica uma destas áreas comprometida com as funções turísticas de lazer e de segunda residência, onde se registam fortes debilidades de estruturação territorial e de dotação de infra-estruturas conjuntas. Esta área é identificada como Áreas Turísticas Emergentes a Estruturar – T, a ser objecto de instrumentos de planeamento e a constituir igualmente EOT, a área turística emergente a estruturar (T), situa-se na freguesia de Santo Estêvão.

“No conjunto regional, o PROT OVT prevê o aproveitamento de todos os recursos disponíveis para o turismo, lazer e cultura e a integração desta actividade no modelo global de desenvolvimento da região fomentando novas formas de organização e disponibilização destes recursos e criando novos produtos no contexto da requalificação urbana e da multifuncionalidade do espaço rural.

Pela sua especificidade, a Lezíria do Tejo detém inúmeros recursos turísticos, (...). O modelo territorial pretende que o seu potencial seja amplificado numa óptica holística e multifuncional onde a produção agrícola, a conservação da natureza e o turismo usufruam das mais-valias mútuas através do desenvolvimento de actividades de Turismo no Espaço Rural (...). Assim, a valorização dos recursos locais - naturais, culturais e patrimoniais - decorrerá de uma estratégia de integração de empreendimentos turísticos nas áreas rurais, sobretudo em espaços de parques e reservas naturais. Nesta óptica, promove-se de forma generalizada as formas de turismo no espaço rural (TER), turismo de natureza (TN), turismo de habitação (TH), parques de campismo e caravanismo (PCC) e estabelecimentos hoteleiros isolados (pousadas, hotéis e hotéis rurais construídos de raiz) (Hi).”

Acresce ainda o facto do modelo definido enquadrar *“as dinâmicas de oferta de alojamento turístico e de lazer, designadamente as novas tendências de investimento em conjuntos turísticos (resort), o crescimento e localização do alojamento de lazer (2.ª residência) e novos projectos de interesse cultural e turístico de iniciativa pública e privada.”*

A afirmação do concelho de Benavente como destino turístico está presente nas políticas que o Município persegue de preservação e de valorização do património natural, cultural e arquitectónico, tal como preconiza o PROT.

1.2. PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO (2007)

Em 2007 foi produzido o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) e nele estão elencadas as orientações estratégicas para o desenvolvimento do sector do Turismo em Portugal. Deste modo, pretende-se enquadrar o município de Benavente à luz das orientações enunciadas no PENT.

Benavente necessita de intervir em consonância com os princípios do PENT nos seguintes eixos: Touring, Turismo de Natureza, Resorts Integrados, Turismo Residencial e Golfe:

FIGURA 530 - PROPOSTAS POTENCIAIS / ACÇÕES REGIÃO CENTRO / OESTE VALE DO TEJO

	TOURING / TURISMO DE NATUREZA	RESORTS INTEGRADOS, TURISMO RESIDENCIAL E GOLFE
FACTORES DISTINTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • PATRIMÓNIO NATURAL • MONUMENTOS HISTÓRICOS E PAISAGÍSTICOS • ALDEIAS TÍPICAS 	<ul style="list-style-type: none"> • PROXIMIDADE A LISBOA • CAMPOS DE GOLFE
PRINCIPAIS ACÇÕES A DESENVOLVER	<ul style="list-style-type: none"> • RECUPERAR E REQUALIFICAR EDIFÍCIOS, NÚCLEOS HISTÓRICOS E PAISAGENS NATURAIS • PROMOVER A RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA UNIDADES DE ALOJAMENTO (HOTÉIS DE CHARME) 	<ul style="list-style-type: none"> • POTENCIAR O DESENVOLVIMENTO DE RESORTS INTEGRADOS • REALIZAR CROSS-SELLING COM LISBOA E PORTO
ACÇÕES TRANSVERSAIS	<ul style="list-style-type: none"> • QUALIFICAR A OFERTA HOTELEIRA • REFORÇAR A QUALIDADE DE SERVIÇO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE • MELHORAR AS ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS (ESTRADAS SECUNDÁRIAS) 	

Fonte: PENT, 2007

Segundo o Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007), é necessário:

- *“Assegurar e promover localmente – e na internet – um calendário de animação local nas Zonas Turísticas de Interesse”*



Fonte: PENT, 2007

- *“Melhorar o marketing da oferta museológica e monumental adequando horários de funcionamento, acessibilidades e integração da oferta e promoção”*

> Objectivos da intervenção

- > Adequar a oferta e actuação dos museus/monumentos a um público internacional/turistas
- > Transformar a visita numa experiência – turista como elemento activo na visita
- > Integração da oferta e promoção dos museus/monumentos
- > Desenvolver oferta museológica com conteúdos diferenciadores/únicos (ex. Museu do Fado; Museu do Azulejo)
- > Definir museus âncora por região

> Potenciais linhas de actuação

- > Adequar horários de abertura ao público e acessibilidades (particularmente os museus/monumentos mais visitados)
- > Assegurar presença de informação em várias línguas, tal como o guias com formação linguística
- > Assegurar conservação, iluminação e limpeza nos monumentos
- > Animação nos principais monumentos (ex.: representações históricas nos castelos)
- > Criar rotas de monumentos relacionados (ex. rota da arquitectura manuelina)
- > Apostar na promoção *online* dos principais museus através da presença no *visitportugal.com* e *site* de Turismo local
- > Apoiar a criação e desenvolvimento de conteúdos de museus com potencial diferenciador



Fonte: PENT, 2007

- *“Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar/qualificar o destino*

Em relação às intervenções no urbanismo, é necessário preservar a autenticidade arquitectónica dos centros históricos das cidades – através, por exemplo, da conservação de edifícios e da manutenção e iluminação dos museus e monumentos – e criar condições para a deslocação a pé ou de bicicleta. É ainda importante assegurar a existência de zonas verdes.

No que diz respeito ao ambiente, deve-se promover a valorização do património paisagístico e natural, bem como a biodiversidade, intervindo nomeadamente nas áreas classificadas, integrando políticas de conservação da natureza e princípios de utilização sustentável dos recursos. Destaca-se a necessidade de assegurar a limpeza e despoluição ao nível do solo, subsolo, água e ar, o controle dos níveis de ruído, de assegurar boas condições de saneamento, e também a eliminação de depósitos de entulho nas margens dos rios em áreas turísticas.

A actuação respeitante à paisagem terá como objectivo a redução do impacto das intervenções nas áreas e a arborização dos espaços” (PENT, 2007)

- *“Optimizar a eficácia do relacionamento entre as empresas e o Estado através da criação de um ponto de contacto único para a comunicação entre o empresário e o Estado e da revisão do processo de licenciamento dos projectos turísticos*

A interacção do empresário com a administração pública deverá ser facilitada, aumentando a celeridade, desburocratizando e agilizando procedimentos que envolvam o empresário turístico, nomeadamente promovendo a criação de um ponto de contacto único, reduzindo assim custos de contexto. É ainda fundamental monitorizar os prazos de execução dos processos e definir mecanismos para acelerar a sua resolução em temas prioritários ou que estejam a ultrapassar prazos legais.

Deverá ser revisto o processo de licenciamento turístico, assegurando um licenciamento de projectos turísticos transparente e ágil, em particular para aqueles com maior potencial de criação de valor para o Turismo, nomeadamente através da integração e simplificação da legislação reguladora do acesso e exercício da actividade turística, da revisão de prazos processuais e mecanismos de decisão, e da criação de "via-rápida" para projectos de alto valor acrescentado, sem prejuízo do cumprimento da legislação em vigor e da sua adequada inserção ambiental e territorial.” (PENT, 2007)

Finalmente, o Documento alerta, por um lado para as lacunas que o nosso País apresenta em termos infra-estruturais e de falta de experiência em *know-how* relativamente ao Turismo de Natureza. Por outro, a importância em adequar os níveis de formação dos recursos humanos às necessidades do sector, como forma de garantir a qualidade do serviço prestado ao turista e, deste modo, aumentar a capacidade competitiva das empresas que operam neste sector.

1.3. PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO – REVISÃO (2011)

No ano de 2010 é lançada a revisão do PENT, a qual estava prevista na RCM nº 53/2007. Trata-se de um trabalho intercalar cujo objectivo prende-se com *“a avaliação do caminho percorrido”* *“e a apreciação de um conjunto de propostas de revisão a submeter a apreciação pública”* para proceder *“aos ajustamentos necessários à estratégia definida”*, tendo em conta *“as evoluções da conjuntura do sector”*.

E delinear *“os programas de acção a executar até 2015 para assegurar a materialização da estratégia definida e a concretização da visão do Turismo”*

O documento em questão dá enfoque à crise financeira internacional de 2008 e 2009, a qual veio interromper a trajectória de crescimento que o sector turístico observava até à altura, comprometendo os objectivos delineados no PENT.

No cômputo geral, *“a visão definida no PENT para o Turismo nacional mantém-se globalmente válida, tendo sido identificada a oportunidade de a reforçar com dois aspectos, o enfoque num modelo de desenvolvimento sustentável e a diferenciação mais vincada por via de experiências marcantes e genuínas”*

Para o horizonte 2010-2015, tendo em conta que o contexto em que estamos inseridos é cada vez mais caracterizado pela competitividade, as linhas de orientação para a implementação do PENT será executada através de um conjunto de 11 programas de acção, estruturados em cinco eixos principais, a saber:

EIXOS PRINCIPAIS:

I. Qualidade turística sustentável

- Sustentabilidade como modelo de desenvolvimento
- Qualidade de serviço e de recursos humanos
- Qualidade urbana, ambiental e paisagística
- Modernização dos agentes

II. Enriquecimento da oferta

- Experiências e conteúdos
- Eventos potenciadores da notoriedade e atractividade do destino

III. Produtos e destinos

- Desenvolvimento de produtos estratégicos
- Desenvolvimento dos destinos regionais

IV. Mercados e acessibilidades

- Estratégia de mercados emissores
- Reforço de acessibilidades aéreas

V. Promoção e distribuição

- Melhor promoção, distribuição e venda

PROGRAMAS DE ACÇÃO:

1. **Sustentabilidade como modelo de desenvolvimento** – Desenvolver o turismo sustentável potenciando cadeias de valor relacionadas, dinamizando a economia local, conservando o meio ambiente e fomentando práticas ambientalmente responsáveis por parte de todos os agentes e, demonstrando que o turismo não só não destrói como adiciona valor e qualidade de vida.
2. **Mercados emissores** – Assumir o mercado espanhol como prioritário para o crescimento externo, defender a posição no Reino Unido, Alemanha e França (com ofertas segmentadas) e dinamizar o crescimento em oito mercados, nos quais se destacam o Brasil que se assume como aposta e os países escandinavos pelo seu contributo para atenuar a sazonalidade e pela adesão ao golfe e ao turismo náutico.
3. **Acessibilidades aéreas** – Manter as ligações aéreas conseguidas nos últimos três anos, continuando o esforço de abertura de novas rotas e de aumento de frequências providas de rotas de reconhecido interesse turístico para Portugal.
4. **Estratégia de produtos** – Desenvolver e estruturar uma oferta multiproduto nas várias regiões, renovando a oferta de “Sol & Mar”, apostando numa estruturação do turismo cultural e religioso e reforçando a aposta no golfe, no turismo de negócios e na estruturação do turismo de saúde e bem-estar enquanto atenuadores da sazonalidade.
5. **Regiões e pólos** – Assumir as Entidades Regionais de Turismo / Direcções Regionais do Turismo como motores da estruturação e enriquecimento da oferta local, dinamizando o envolvimento do tecido empresarial e dos agentes públicos, devendo focar a sua acção na melhoria dos produtos prioritários suportados nos seus recursos turísticos distintivos e assentar nestes o seu esforço promocional.
6. **Promoção e distribuição** – Reforçar a capacidade de venda do sector, fomentar a promoção e distribuição online, alinhar os investimentos promocionais por mercado com o seu peso relativo nas receitas e com os objectivos de desenvolvimento perspectivados, adequando também o mix de instrumentos de promoção em função da respectiva eficácia.
7. **Experiências e conteúdos** – Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam factores diferenciação turística e estejam na base de experiências marcantes e genuínas, constituindo também novas oportunidades de actividade económica.
8. **Eventos** – Dinamizar um calendário anual de eventos nacionais que reforcem a notoriedade do destino e a captação de turistas internacionais, bem como um calendário de eventos regionais que incluam uma mostra da história, tradições e cultura locais e cuja autenticidade enriqueça a experiência do turista.
9. **Qualidade urbana, ambiental e paisagística** – Assumir a qualidade urbana, ambiental e paisagística como uma componente fundamental de valorização e qualificação do destino Portugal assegurando, para tal, um maior envolvimento neste domínio por parte das entidades ligadas ao Turismo, que deverão ser responsáveis por intervenções.
10. **Qualidade de serviço e dos recursos humanos** – Reforçar a qualidade do Turismo português ao longo dos momentos de interacção com o turista, nomeadamente através de

operacionalização de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos, com instrumentos de avaliação regular.

11. **Eficácia e modernização da actuação dos agentes públicos e privados** – Facilitar a interacção das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento e estimular a inovação e modernização empresarial, em particular no tocante à promoção e comercialização.

2. ESPECIFICIDADES DO CONCELHO DE BENAVENTE

2.1. PATRIMÓNIO NATURAL

O concelho de Benavente insere-se na área abrangida pelo ecossistema do Estuário do Tejo, uma das maiores zonas húmidas da Europa e o maior santuário de vida selvagem do nosso país, *“desempenhando um papel de grande relevo internacional na conservação de aves aquáticas que aqui encontram condições óptimas para invernada, nidificação ou como suporte às rotas migratórias.”* (<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-EstuárioTejo/A+Reserva/Valores+Naturais/>). Esta importância levou à classificação deste ecossistema como Reserva Natural e ainda a sua integração na Rede Natura 2000, como Zona de Protecção Especial e Sítio de Interesse Comunitário. Por este motivo, é necessário ter em atenção as particularidades dos elementos naturais deste concelho, sendo essencial no processo de planeamento das actividades turísticas apostar em estratégias compatíveis com estas particularidades.

Em termos de aproveitamento do potencial natural para actividades de turismo e lazer, refere-se o esforço que tem sido feito pela autarquia em promover estes espaços naturais. Destacam-se, entre eles, os Parques Ribeirinhos de Benavente e de Samora Correia, os Montados de Quercíneas, as Zonas de Pinhal Manso e as Zonas Aluvionares que podem proporcionar momentos lúdicos de grande qualidade a quem procura um tipo de actividade recreativa muito próxima da natureza.

No que diz respeito ao parque Ribeirinho de Benavente, este é mesmo *“(...)um espaço de excelência para o lazer. Com uma vasta área verde propícia para caminhadas ou passeios de bicicleta ao longo das margens do rio Sorraia, está também ligado por um circuito pedonal ao Caís da Vala Nova e Parque de Merendas, através de uma ponte por cima das águas do rio, e ao Complexo Desportivo e de Lazer dos Camarinhas.*

Na Vala Nova, o cais permite atracar pequenas embarcações, sendo por isso uma mais-valia para quem gosta de desportos náuticos. Para passar o dia,” é possível desfrutar “das condições do Parque de Merendas. Na zona mais próxima do “Calvário”, o espaço existente permite a realização de várias actividades ao ar livre promovidas por várias entidades, bem como eventos de cariz regional ou nacional que possam motivar os interesses da população. Possibilita ainda a realização de espectáculos taurinos, nomeadamente a Picaria. A envolvimento de toda esta zona de lazer com a vila faz com que este seja um local muito “requisitado” pela população para um pequeno passeio matinal ou de fim de tarde. É por isso de extrema importância preservar o Parque Ribeirinho de Benavente, para que seja possível continuar a usufruir em pleno desta aprazível área.” (www.cm-benavente.pt)

O Parque Ribeirinho de Samora Correia está também já concluído e apresenta-se ao dispor da população local e veraneantes que procurem áreas verdes propícias para caminhadas ao longo das margens do rio e ainda um jardim, um parque infantil e um bar com esplanada. (www.cm-benavente.pt).

Existem, ainda, outros pontos de interesse turístico que propiciam actividades ligadas ao desporto equestre, nomeadamente em Santo Estêvão e Samora Correia, à pesca desportiva, na Barragem do Vale Cobrão e à caça turística, em Samora Correia e Trejoito.

2.2. O PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUITECTÓNICO

No concelho de Benavente existem 3 Imóveis de Interesse Público (a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, o Cruzeiro e Adro do Largo do Calvário e o Pelourinho de Benavente) e 1 Imóvel de Interesse Municipal (a Fachada do antigo Palácio de D. Miguel), que se encontra em vias de classificação. Além destes, foram inventariados pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais outros três imóveis, pertencentes à Misericórdia, mas cujo valor social e histórico merece a sua inclusão em rotas de património concelhio. São eles a Igreja da Misericórdia de Benavente, que possui actualmente uma unidade museológica, o Hospital da Misericórdia de Benavente e a Casa do Monte da Bela Vista.

No entanto, o município considera existirem muitos outros imóveis de interesse concelhio, pelo que apresenta uma listagem dos que considera que devem ser propostos para classificação (figura 231).

FIGURA 541 - IMÓVEIS CLASSIFICADOS, PROPOSTO PARA CLASSIFICAÇÃO E A PROPOR PARA CLASSIFICAÇÃO

IMÓVEIS CLASSIFICADOS	
IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO	
IP1	IGREJA DA N.ª S.ª DE OLIVEIRA, PRAÇA DA REPÚBLICA, SAMORA CORREIA
IP2	PELOURINHO, PRAÇA DA REPÚBLICA, BENAVENTE
IP3	CRUZEIRO E ATRIO, LARGO DO CALVÁRIO, BENAVENTE
IMÓVEL PROPOSTO PARA CLASSIFICAÇÃO	
PC1	FACHADA DO PALÁCIO DE D. MIGUEL, PRAÇA DA REPÚBLICA, SAMORA CORREIA
IMÓVEIS A PROPOR PARA CLASSIFICAÇÃO	
PC1	PALÁCIO DE D. MIGUEL, PRAÇA DA REPÚBLICA, SAMORA CORREIA
PC3	PRÉDIO URBANO, PRAÇA DA REPÚBLICA, 29 E 30, BENAVENTE
PC17	CONJUNTO DE ACOMODAÇÕES AGRÍCOLAS E FRENTE URBANA DE CASAS DE TRABALHADORES DA C.ª DAS LEZÍRIAS
PC18	PRÉDIOS URBANOS, 2 A 28, RUA DO POVO, SAMORA CORREIA
PC19	CONJUNTO URBANO DA PRAÇA DA REPÚBLICA, INCLUINDO PRAÇA ARBORIZADA E CONSTITUÍDO POR IGREJA E PALÁCIO D. MIGUEL, SAMORA CORREIA
PC20	CAPELA DA MISERICÓRDIA, RUA DO ALMIRANTE CÂNDIDO REIS, 14, SAMORA CORREIA
PC21	EDIFÍCIO DA COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, GAVETO DA RUA DO ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS COM A RUA DR. MANUEL GONÇALVES, 3 E 5, SAMORA CORREIA
PC22	PRÉDIO URBANO DE GAVETO, LARGO 1.º DE MAIO COM A RUA DR. MANUEL GONÇALVES, 7, ONDE SE ENCONTRA INSTALADA A GNR, SAMORA CORREIA
PC23	PRÉDIO URBANO DE GAVETO, RUA DO DR. MANUEL GONÇALVES, 4, COM A RUA ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS, 7 A 9, SAMORA CORREIA
PC24	CONJUNTO URBANO, INCLUINDO O LARGO DO CALVÁRIO (LARGO 25 DE ABRIL), VARANDIM E CELEIRO CONTÍGUO (CONFINANTE COM A RUA POPULAR), SAMORA CORREIA
PC25	EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE, UTILIZADO COMO MUSEU MUNICIPAL, RUA LUÍS DE CAMÕES, 8, BENAVENTE
PC26	MOINHOS, 5, BENAVENTE
PC27	CAPELA S. BRÁS, BARROSA
PC28	QUINTA DA MURTEIRA, SAMORA CORREIA
PC29	IGREJA DE ST. ESTÊVÃO, SANTO ESTÊVÃO

Fonte: Câmara Municipal de Benavente

Destaca-se ainda a presença de alguns vestígios arqueológicos, nomeadamente o Monte da Garrocheira, constituída por fornos romanos, cujo período de laboração, segundo a tipologia da cerâmicas aponta para os séculos III e IV d.C (www.cm-benavente.pt), a Courela das Caveiras, uma necrópole na freguesia de Benavente, a Herdade da Parreira, villa romana, na freguesia da Barrosa, e a Atalaia de Belmonte, em Samora Correia.

É visível a preocupação da autarquia em promover o seu património, ao considerar a importância de diversos imóveis concelhios. O município deverá também elaborar uma maior aposta na divulgação do seu património, diversificando os eventos culturais e promovendo desta forma a valorização e o conhecimento deste património tão vasto, permitindo ao mesmo tempo, uma maior e melhor preservação.

2.3. OS EQUIPAMENTOS/EVENTOS DE APOIO À ACTIVIDADE TURÍSTICA

O concelho de Benavente encontra-se bem dotado de equipamentos culturais e recreativos, que permitem servir como base de sustentação para a estratégia de turismo a implementar no concelho.

As freguesias que compõem o concelho de Benavente estão todas equipadas com infra-estruturas apropriadas, do ponto de vista funcional, para a realização de eventos culturais, desportivos e recreativos (Pré diagnóstico da Rede Social de Benavente, 2004).

FIGURA 552 - REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS EXISTENTE

SUB-TIPOLOGIA		BENAVENTE	SAMORA CORREIA						
UNIDADES DE PLANEAMENTO DE REDE DE NÍVEL 1									
BIBLIOTECA	<u>BIBLIOTECA</u> APOIADA PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN POSSUI CERCA DE 57955 DOCUMENTOS PARA CONSULTA		<u>PALÁCIO DO INFANTADO</u>						
AUDITÓRIO	<u>CENTRO CULTURAL DE BENAVENTE</u> : ACTIVIDADES LÚDICAS E CULTURAIS (SALA POLIVALENTE PREPARADA PARA 350 ESPECTADORES); FUNCIONAM TAMBÉM OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA DIVISÃO MUNICIPAL DE DESPORTO, ACÇÃO SOCIAL E JUVENTUDE E A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BENAVENTE, E O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BENAVENTE – <u>EDUCATIS</u> ; AUDITÓRIO DA UNIÃO DAS COMISSÕES DE FESTAS EM HONRA DA NOSSA SENHORA DA PAZ		<u>PALÁCIO DO INFANTADO</u> <u>NOVO CENTRO CULTURAL</u>						
TEATRO/CINEMA	<u>CINE TEATRO</u> : PROGRAMA CULTURAL DIVERSA;								
MUSEU	<u>MUSEU MUNICIPAL</u> : REALIZAM-SE EXPOSIÇÕES DE CARÁCTER PERIÓDICO E ENCONTRA-SE O ESPÓLIO DO CONCELHO;		<u>CASA MUSEU JUSTINO JOÃO</u> : ESPAÇO CULTURAL;						
	<u>NÚCLEO MUSEOLÓGICO AGRÍCOLA</u> (MATADOURO MUNICIPAL): EXPOSIÇÃO PERMANENTE “CALENDÁRIO AGRÍCOLA” E O ESPAÇO INTERNET;		<u>PALÁCIO DO INFANTADO</u>						
ESPAÇO DE EXPOSIÇÕES	EM QUALQUER UM DOS EQUIPAMENTOS ACIMA IDENTIFICADOS		<u>PALÁCIO DO INFANTADO</u> <u>NOVO CENTRO CULTURAL</u>						
UNIDADES DE PLANEAMENTO DE REDE DE NÍVEL 3									
	ARADOS	BARROSA	BENAVENTE	COUTADA VELHA	FOROS DA CHARNECA	FOROS DE ALMADA	PORTO ALTO	SAMORA CORREIA	SANTO ESTÉVÃO
CENTRO DE CONVÍVIO		CENTRO SOCIAL			CENTRO SOCIAL	CENTRO SOCIAL	CENTRO SOCIAL		CENTRO SOCIAL

FIGURA 563 - IMAGENS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS CULTURAIS



Cine teatro de Benavente



Palácio do infantado _ Samora Correia



Novo Centro Cultural de Samora Correia

A elevada dotação desta tipologia de equipamentos no concelho é um sinal positivo do dinamismo concelhio. Os equipamentos culturais têm um papel chave na qualificação de espaços de encontro e de socialização, e no reforço da coesão social.

Indique-se ainda, enquanto manifestações culturais importantes no Concelho, em termos de animação sócio cultural, a listagem abaixo apresentada.

FIGURA 574 - EVENTOS SOCIOCULTURAIS CONCELHIOS (FONTE: PRÉ DIAGNÓSTICO REDE SOCIAL 2004)

EVENTO	LOCAL	CALENDARIZAÇÃO
TEMPORADA DA MÚSICA, DO TEATRO E OUTRAS ARTES	BENAVENTE	OUTUBRO A DEZEMBRO
SARDINHA ASSADA – FESTA DA AMIZADE		JUNHO
MÊS DA JUVENTUDE		MARÇO
FEIRA DAS TASQUINHAS FEIRA ANUAL		SETEMBRO
CARNAVAL	SAMORA CORREIA	FEVEREIRO
FESTIVAL DA GASTRONOMIA DA LEZÍRIA RIBATEJANA		JULHO
FEIRA DE MAIO	BARROSA	MAIO
SARDINHA ASSADA		JULHO
SARDINHA ASSADA		JUNHO
SARDINHA ASSADA		JULHO
	SANTO ESTEVÃO	JULHO

Os eventos religiosos têm uma forte tradição no concelho de Benavente, pelo que durante os meses de Verão se pode assistir a inúmeros arraiais e cerimónias religiosas, que envolvem toda a comunidade (figura 235).

FIGURA 585 - EVENTOS RELIGIOSOS DO CONCELHO (FONTE: PRÉ DIAGNÓSTICO REDE SOCIAL 2004)

EVENTO	LOCAL	MÊS
FESTA EM HONRA DE N. SR.º DA PAZ (FESTA PEQUENA)	BENAVENTE	JANEIRO
FESTA EM HONRA DE SÃO BRÁS – ASCENSÃO	SÃO BRÁS	MAIO
FESTA DA COUTADA – S. JOÃO	COUTADA VELHA	JUNHO
FESTA EM HONRA N. SR.º DE FÁTIMA	BARROSA	JULHO
FESTA EM HONRA DE SANTO ESTÊVÃO – NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	SANTO ESTÊVÃO	AGOSTO
FESTA EM HONRA DE N. SR.º PAZ	BENAVENTE	AGOSTO
FESTA EM HONRA DE N. SR.º CONCEIÇÃO E GUADALUPE	SAMORA CORREIA	AGOSTO
FESTA EM HONRA DE N. SR.º DO CARMO	FOROS DA CHARNECA	AGOSTO
FESTA DOS SANTOS POPULARES	PORTO ALTO	JUNHO
FESTA DOS FOROS DE ALMADA – N. SR.º DA CONCEIÇÃO	FOROS DE ALMADA	JULHO

3. AS ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR TURÍSTICO

O concelho de Benavente apresenta características únicas que induzem o aparecimento de uma estratégia sectorial dedicada às actividades emergentes e que aproveitem os seus valores paisagísticos, as áreas naturais e os seus recursos – o Estuário do Tejo e a Zona de Protecção Especial; e as suas tradições populares relacionadas com o hipismo e a tauromaquia. Neste âmbito, o turismo rural pode ser um produto integrador de várias valências existentes no concelho.

Contudo, verifica-se que, como já foi referido anteriormente, em termos de oferta no sector do turismo, o concelho continua muito deficitário. Esta insuficiência e este potencial foram facilmente percebidos por parte de grandes grupos económicos, que têm capacidade de projectar e financiar a intervenção em grandes áreas do concelho de Benavente nas áreas denominadas pelo actual PDM – **empreendimentos turísticos**. Estas intervenções ocorreram em extensas áreas, sendo por isso crucial equacionar o planeamento e sustentação daqueles espaços, contrariando a excessiva dependência por uso sazonal. A existência de equipamentos de utilização colectiva, espaços públicos e uma rede viária desenhada em interligação com a actual são factores que podem contribuir para um uso continuado destes espaços.

Estes empreendimentos, como em outros da mesma tipologia já existentes no país, incluem áreas significativas para a prática do **golfe**, um desporto com grande representação em Portugal, quer pelo número crescente de praticantes, de adeptos e interessados na modalidade, quer ainda pelo crescimento exponencial de equipamentos deste tipo que se tem verificado em nos últimos anos e no que se projecta para os próximos.

Além destes empreendimentos turísticos, também o hipismo tem uma importância cada vez maior neste concelho e nesta região, pelo que a aposta neste sector se afirma como uma mais-valia para o desenvolvimento do turismo rural. É já visível a aposta nesta área, nomeadamente pela Companhia das Lezírias, que tem diversificado a sua oferta para as áreas da actividade do agro-turismo, aliadas a uma forte componente de educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Estão assim definidas as principais âncoras de desenvolvimento do sector turístico para o concelho de Benavente. Seguir-se-á uma breve fundamentação destas âncoras.

Âncora 1 - O Golfe

Esta prática pode ser uma oportunidade de projecção do concelho, sendo um factor de atracção de uma classe social com capacidade de dinamizar a economia regional. No entanto, permite o agravamento da utilização sazonal do território que, aliado ao factor de segundas habitações, típicos nestes empreendimentos, pode levar a que uma grande parte do território tenha uma taxa de ocupação insuficiente para o sustentar e para o manter vivo. Essa era, de resto, uma preocupação já considerada na altura da elaboração do PDM em 1986, pois a influência de Lisboa ameaçava com a formação de “zonas dormitório”, de ocupação urbana anárquica, a subdivisão da propriedade rústica, a proliferação de “quintinhas” e residências de fim-de-semana. Esta deverá continuar a ser uma oportunidade para reafirmar este tipo de preocupações.

Âncora 2 - O Hipismo

Considerado como outra vertente de uma estratégia concelhia para o turismo, esta actividade abrange uma franja mais alargada da população e com uma maior diferenciação ao nível dos recursos. É uma actividade tradicional, característica e popular no concelho e a sua cultura está patente nas diversas festas que se realizam no concelho e na região alargada ao longo do ano. O cavalo e a sua cultura são presenças constantes na gente de Benavente e isso é visível diariamente nos seus usos e costumes.

Assim, o aproveitamento de toda esta a herança cultural associada à “fileira do cavalo” pode ser um importante recurso, quer para projectar esta prática cultural, quer para a sustentar, quer ainda para promover o concelho de Benavente e da região envolvente. Mais uma vez a Companhia das Lezírias pode ser um parceiro importante na construção e consolidação desta vertente estratégica para o turismo.

Âncora 3 - O Agro Turismo

A **Companhia das Lezírias** é a maior empresa agro-pecuária de Portugal, com 20000 ha, localizada ao lado de Lisboa do outro lado da *Ponte Vasco da Gama* e da *Ponte de Vila Franca de Xira*, em que para além de extensas áreas agrícolas e florestais possui ainda várias barragens.



Recentemente a Companhia das Lezírias decidiu desenvolver e alargar as suas actividades turísticas. A Companhia tem em construção um Aldeamento com 12 Bungalows em madeira, integrados no espaço envolvente para que se possa desfrutar de todas as actividades que oferecem.

As crianças dispõem de uma Quinta Pedagógica e de um Centro de Educação Ambiental. As actividades desenvolvem-se em plena harmonia com a natureza. Destacando-se:

- Passeios pedestres
- Passeios de Bicicleta de Montanha
- Canoagem
- Escalada
- Rappel
- Jogos Tradicionais
- Orientação
- Jogos de PaintBall
- Slide
- Tiro com arco, zarabatana, tiro com besta, carabina e pistola de ar
- Pontes de cordas
- Acampamentos
- Passeios Moto 4
- Passeios Todo Terreno
- Challengers

E ainda:

- Cursos de Degustação de Vinhos
- Provas de vinhos

A sustentabilidade ambiental e natural, aliada ao fomento do desenvolvimento do sector do turismo, lazer e recreio, são componentes do Modelo Territorial que se consideram potenciais nesta fase do processo de revisão do PDM. Assim sendo, importa que os impactos ambientais sejam minimizados e que o funcionamento dos sistemas naturais e dos seus recursos sejam protegidos.

A função de fiscalização não pertence ao âmbito do presente trabalho. Assim sendo, resta à equipa apontar este tipo de preocupações que se podem consolidar num esforço das entidades fiscalizadoras e das empresas instaladas para o cumprimento das directivas comunitárias e da legislação nacional em matéria de ambiente.

3.1. OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

No PDM de Benavente, actualmente em vigor, foram criados vários espaços turísticos, nomeadamente na zona de Santo Estêvão, para os quais se previa o desenvolvimento de actividades de turismo, desporto e lazer, associados a projectos imobiliários de baixa densidade.

Em conformidade, implantaram-se nestas áreas diversos projectos de qualidade, que permitiram implementar um modelo de desenvolvimento equilibrado e amigo do ambiente, evitando a construção indiscriminada e a degradação da paisagem que infelizmente se tornou regra nas restantes áreas da Grande Lisboa, como Sintra/Cascais, Oeste e Península de Setúbal.

De entre os projectos desenvolvidos nestes espaços destacam-se o Zambujeiro, com povoamento disperso de casas de campo de qualidade e uma unidade hoteleira (La Várzea Pólo & Golf Resort, em terrenos de áreas variadas, a Mata do Duque, com propriedades rústicas de 2 hectares para estabelecimento de casas de campo de alta qualidade, a Portucale, com um projecto de urbanização em volta de dois campos de golfe de 18 buracos, e Vila Nova de Santo Estêvão, um projecto de urbanização com alvará próprio, com terrenos urbano-rurais de 2.200 m² de área média, infraestruturas urbanas e uma extensa rede de equipamentos de desporto e lazer, incluindo um campo de golfe de 18 buracos.

Nas últimas décadas desenvolveram-se na região, diversas actividades de desporto e lazer, muitas delas ligadas à fileira do cavalo. Com efeito, a disponibilidade de vastos espaços naturais, pastagens e solos de areias propícios à prática dos desportos equestres atraíram para a região muitos praticantes, com a realização de provas e competições desportivas periódicas, e com o estabelecimento de residências de campo e instalações dedicadas.

Podem citar-se as competições de salto, ensino e cross no Zambujeiro, Mata do Duque e Sesmarias, incluindo as provas internacionais de concurso completo da Mata do Duque e Sesmarias, os jogos de pólo e as provas de atrelagem no Zambujeiro, as provas de cross para jovens em Vila Nova de Santo Estêvão e muitas outras actividades que têm animado a região e atraído a atenção dos meios desportivos nacionais e internacionais.

Ao nível de instalações, estabeleceram-se centros hípicas no Zambujeiro, Mata do Duque, Sesmarias e Vila Nova de Santo Estêvão, incluindo circuitos de cross (internacional de 3 estrelas na Mata do Duque e Sesmarias), campos de obstáculos e treino, campo de pólo (Zambujeiro), e outras instalações menores.

O Golfe tem tido desenvolvimento mais lento, com apenas uma área de treino no Zambujeiro nos primeiros anos; no entanto, foram construídos três campos de 18 buracos de alta qualidade (um em Vila Nova de Santo Estêvão e dois na Portucale), inaugurados na Primavera/Verão de 2004..

Outras actividades de desporto e lazer estão em desenvolvimento nos espaços turísticos: só em Vila Nova de Santo Estêvão, como exemplo, estão previstos, além do campo de golfe, “club-house” e centro hípico, uma barragem/lago de 12 hectares para lazer e desportos náuticos sem motor, um clube de ténis, um clube social para residentes e várias áreas de desporto informal, incluindo um circuito de exercício e manutenção de 8,4 km.

Estão assim reunidas condições de base excepcionais para o estabelecimento não só de fluxos turísticos mas também de uma população residente dedicada ao desporto e lazer, constituindo um modelo compatível com a preservação ambiental – mais do que isso, promotor de preservação e melhoramento das condições naturais – com grande interesse para o desenvolvimento equilibrado do concelho.

Registe-se no entanto que os projectos desenvolvidos se limitam no essencial ao turismo interno, embora com participação regular de desportistas estrangeiros, mas que não se têm fixado no local.

MODELOS RECENTES

Os modelos utilizados têm-se concentrado na oferta de segunda residência, de carácter rural, para os habitantes da Grande Lisboa. A falta de “âncoras” turísticas (como os campos de golfe) e de instalações hoteleiras não permitiu atrair fluxos turísticos internacionais nem, como corolário, residentes turísticos.

Verificou-se entretanto um certo esgotamento do mercado alvo, tornado evidente na situação de crise económica e do mercado de habitação registada nos últimos anos. Torna-se fundamental avaliar o resultado dos projectos realizados e a evolução dos modelos de mercado, para reorientar se necessário o desenvolvimento dos espaços turísticos da região.

A evolução dos mercados turísticos, de lazer e desporto e associados, a nível mundial, europeu e nacional, nos últimos dez ou quinze anos, é bastante esclarecedora: aos fluxos turísticos de Verão, do Norte para o Sul da Europa (e do País) em busca do sol e mar, seguiu-

se um conjunto de novos fluxos turísticos, que embora mantendo a mesma direcção, se orientam por actividades muito mais variadas e com menos concentração sazonal.

Por outro lado, os fluxos turísticos temporários (férias) têm evoluído para estadias mais prolongadas, que naturalmente originam o interesse pela aquisição de residência local, cuja utilização frequente se tornou possível com a vulgarização e redução de custo dos transportes aéreos.

Estas tendências têm-se revelado mais claramente nas regiões turisticamente mais desenvolvidas, como o Algarve e o Sul de Espanha – não isentas aliás de problemas de qualidade em muitos casos – mas são menos evidentes porque mais recentes, na região da Grande Lisboa. No entanto, o desenvolvimento na zona Estoril/Sintra, e mais recentemente na região do Oeste (hotelaria e “resorts” em Óbidos, Torres Vedras e Vimeiro) aponta já na mesma direcção.

O modelo mais generalizado para suporte deste desenvolvimento é o “resort” misto residencial e turístico, dotado de equipamentos de desporto e lazer, nomeadamente golfe e hipismo. O “resort” inclui normalmente um ou mais campos de golfe, estabelecimentos hoteleiros e apartamentos turísticos, e residências unifamiliares e colectivas. Este modelo proporciona oferta adequada para os mercados alvo, nacionais e internacionais, justificando assim os elevados investimentos necessários.

Do ponto de vista urbanístico, a tendência é para alguma concentração habitacional, de forma a otimizar os altos custos de infra-estruturas exigidas, tais com sistemas sofisticados de tratamento de águas residuais, vindo também ao encontro do espírito gregário da maioria dos clientes potenciais, de origem urbana. Esta concentração permite a libertação de grandes áreas verdes, de que os extensos campos de golfe são a melhor ilustração.

A IMPORTÂNCIA DO GOLFE

O turismo de golfe é provavelmente o que tem apresentado maior desenvolvimento na última década, em relação às áreas com aptidão para tal, e exerce-se do Norte da Europa (Inglaterra, Irlanda, Alemanha, Holanda e países nórdicos) para o Sul (Sul de Espanha e de Portugal).

O contínuo crescimento do nível de vida e a grande expansão da prática da modalidade nos países do Norte da Europa, conjugado com as suas limitações climáticas (só podem jogar no Verão) levou os praticantes a realizar períodos de férias de golfe de 8 a 10 dias nos países do Sul da Europa, no período Outubro a Maio, em que não podem jogar nos seus países mas encontram excelentes condições no sul de Portugal e Espanha.

É este turismo, por exemplo, que enche os hotéis do Algarve de Outubro a Maio, resolvendo o problema da sazonalidade e justificando cada vez mais investimentos hoteleiros e desportivos. É um fenómeno bem conhecido do Governo³, empresários⁴ e operadores turísticos, e que constitui uma fatia cada vez maior das receitas de turismo em Portugal. O Algarve já foi distinguido com a menção “*melhor destino de golfe do mundo*” em 2000.

No entanto, as possibilidades de desenvolvimento de campos de golfe no Sul de Espanha e Algarve têm algumas limitações, nomeadamente em termos de água e áreas disponíveis, devido à construção excessiva e indiscriminada, levando a alguma escassez na oferta.

Em consequência, o turismo de golfe está a desenvolver-se noutras regiões também propícias como a Grande Lisboa⁵, onde existem já “resorts” com capacidade hoteleira tal como a Quinta da Marinha e a Penha Longa, e a região foi distinguida com a designação “*destino de golfe do ano em 2003*” pela Associação Internacional de Operadores de Viagens de Golf. Em 2004 realiza-se no Estoril o maior evento da indústria de golfe a nível mundial, o *International Golf Travel Market (IGTM)*.

A região a Norte de Lisboa está a procurar avançar por este caminho, com campos de golfe e hotelaria em Óbidos e Torres Vedras, tendo já atraído duas grandes cadeias mundiais (Marriott e Starwood). Em Santo Estêvão, a disponibilidade a curto prazo de três novos campos de 18 buracos, integrados em empreendimentos com licenciamento de hotelaria, aliada ao fácil acesso a partir do aeroporto de Lisboa (e do futuro aeroporto de Ota) abre grandes possibilidades neste novo mercado.

³ “Vender Portugal como destino privilegiado de golfe é uma das metas da promoção oficial do País” – Expresso, 22/2/03

⁴ entrevistas de André Jordan ao Expresso (8/11/03) e M.F.Espírito Santo ao Diário de Notícias

⁵ “Lisboa, dentro de dez anos, poderá tornar-se num destino de golfe capaz de concorrer com o Algarve” – Expresso, 22/2/03

Note-se que um requisito fundamental deste mercado é o da existência de vários campos de golfe na mesma região, pois o turista gosta de jogar em campos variados durante a sua estadia. O número mínimo geralmente considerado é de três campos de 18 buracos, o que já passa a estar disponível em Santo Estêvão. O número ideal, no entanto, para fixar o turismo na hotelaria local, é de cinco ou seis campos na mesma região.

O PAPEL DO DESPORTO EQUESTRE

A experiência dos espaços turísticos, nomeadamente em Santo Estêvão, conjugada com a dos empreendimentos estrangeiros (nomeadamente Sul de Espanha) e do Algarve, permite concluir que as actividades hípcas, por si só, não conseguem atrair fluxos turísticos permanentes nem residentes. Com efeito, ao contrário do golfe, a comunidade equestre é mais individualista e ligada às regiões de origem e residência habitual. Os fluxos de utilização não são suficientes para, por si só, justificarem economicamente os elevados investimentos das instalações fixas.

No entanto, através da sua imagem de alta qualidade, o desporto equestre pode constituir um factor diferenciador considerável nos empreendimentos turístico-residenciais. Este aspecto é especificamente relevante para Santo Estêvão, devido à imagem adquirida – à custa dos esforços continuados dos promotores – de zona de eleição para as actividades hípcas, e permite reforçar e valorizar as características de espaço rural da região, por oposição à praia e mar que tem sido a imagem de marca da maioria dos empreendimentos do sul de Espanha e Portugal. Assim, o desenvolvimento dos espaços turísticos como o de Santo Estêvão deverá continuar a integrar o desporto equestre e utilizá-lo como imagem de marca e característica diferenciadora dos seus empreendimentos.

O NOVO CONCEITO DE TURISMO RESIDENCIAL

Há já bastante tempo que se regista a aquisição de residências de férias por estrangeiros, no Sul de Espanha e no Algarve. Cada vez mais, os estrangeiros que visitam estas zonas em turismo optam por adquirir a sua segunda residência, para passarem períodos de férias ao longo do ano e eventualmente residência permanente após a reforma.

A conjugação destas duas tendências – turismo de golfe e 2ª residência – originou um novo fenómeno, chamado *turismo residencial*: os estrangeiros vêm como turistas, gostam, e compram residências. Este fenómeno tem sido reconhecido pelos operadores turísticos,

empresários do sector e governantes⁶ e representa um enorme potencial de desenvolvimento. No Sul de Espanha (Marbella) organiza-se já todos os anos um grande simpósio de turismo residencial, que atrai os operadores de turismo e imobiliários de todo o Norte da Europa.

Importa assim compreender qual o ambiente que o turista procura para não só passar férias, mas também estabelecer a sua residência secundária.

CARACTERÍSTICAS DOS “RESORT” DE TURISMO RESIDENCIAL

Os “resorts” mais recentes do Sul de Espanha e Algarve fornecem a resposta. Tratam-se de empreendimentos de qualidade em áreas preservadas com qualidade ambiental, com acessos fáceis dos aeroportos, com campos de golfe e outros equipamentos desportivos, hotéis, apartamentos turísticos e moradias de vários tipos (geminadas ou “em banda”, e unifamiliares).

O cerne de praticamente todos os “resorts” é (com excepção das marinas) o(s) campo(s) de golfe, servindo objectivos múltiplos:

- turismo interno através da visita de praticantes das regiões envolventes
- turismo de golfe internacional, conjugado com o equipamento hoteleiro
- frequência elevada (tipicamente 30.000 jogadores/ano) mas de qualidade (o golfista é normalmente respeitador do ambiente)
- grande área verde, com alternância de zonas virgens e ajardinadas, constituindo um grande “pulmão” e a garantia de belas paisagens e vistas alargadas
- protecção contra fogos dado o sistema extensivo de rega

Normalmente, o “resort” organiza-se em áreas desportivas (campos de golfe com clubes anexos), áreas hoteleiras (hotéis e apartamentos turísticos), residência colectiva (moradias geminadas, “em banda”, “townhouses”, etc.) e residência individual.

Note-se que as residências individuais nestes empreendimentos representam a oferta de topo de gama, com os terrenos a atingirem valores elevados (v. Quinta do Lago e Vale do Lobo). As residências colectivas têm tendência a agrupar-se em “conjuntos turísticos” (grupo de moradias com alguns equipamentos comuns como jardim e piscina) ou “villages” (pequenas aglomerações urbanas com carácter local e vida própria).

⁶ “Executivo promove Portugal como destino turístico de segunda habitação: Secretário de Estado do Turismo declara que o turismo residencial tem um peso cada vez maior junto das principais áreas de resort do País... fomentando o imobiliário de lazer que traz vastos benefícios em termos de investimento directo, criação de emprego, aumento das receitas a nível local e melhoria da prestação de serviços” – Público, 11/2/04

No passado estes “resorts” procuravam estabelecer-se junto à costa marítima, para terem acesso às praias. No entanto, a voga do golfe e a fuga às áreas congestionadas da costa, bem como o esgotamento das áreas disponíveis, tem reorientado a procura para “resorts” situados em áreas mais para o interior, com ambientes e paisagens preservados, e com outros pólos de atracção tais como o desporto hípico.

Neste cenário, Santo Estêvão tem obviamente uma grande oportunidade.

3.2. CONCLUSÕES

O enquadramento dos espaços turísticos no PDM de Benavente, precisa evoluir no sentido ditado pelos mercados habitacionais e turísticos. Os modelos existentes tiveram o seu papel mas estão hoje desenquadrados face à procura:

- a habitação rural dispersa esgotou praticamente o mercado limitado a que se dirigia (2ª habitação rural de luxo para o mercado da Grande Lisboa), e não atrai os novos mercados de turismo de golfe e residencial;
- as “âncoras” utilizadas focadas quase exclusivamente no hipismo não podem, só por si, atrair os novos mercados do turismo de golfe e do turismo residencial. Na verdade, o desporto hípico deverá constituir, como mais-valia, um aspecto fundamental de diferenciação face a empreendimentos noutras áreas;
- o tipo de construção dispersa não permite, em termos económicos, a implantação das infraestruturas hoje exigidas (redes de abastecimento e de efluentes), nem a implantação dos novos equipamentos desportivos.

Note-se que, para além das características individuais dos “resorts” identificados neste documento, é essencial prever a possibilidade de implantação de campos de golfe e “resorts” múltiplos, de forma a conseguir o efeito de escala necessário para o sucesso turístico, obviamente a serem implementados de forma faseada à medida da resposta do mercado.

Os espaços turísticos devem assim evoluir no sentido de permitir o desenvolvimento de novos projectos com as características e índices dos novos modelos, a fim de garantir o seu desenvolvimento harmonioso e equilibrado, para benefício da população, do município e do País.

4. CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR TURÍSTICO

O interesse no desenvolvimento de estratégias de turismo no concelho de Benavente prende-se com a necessidade de valorizar esta região, uma vez que é muito rica em termos ambientais e socioculturais, o que a tornam numa área com fortes potencialidades turísticas. Além disso, ao desenvolverem estratégias competitivas e inovadoras de turismo, permitirá que se aposte na sustentabilidade dos locais, sem esquecer a prioridade que deve ser dada à conservação e protecção dos recursos naturais.

A análise ao alojamento turístico existente no concelho de Benavente foi elaborada com base nos dados disponibilizados pelo Turismo de Portugal, I.P.

De acordo com a base de dados é possível identificar a existência de dois empreendimentos turísticos classificados, um Hotel e uma Pensão, com um número total de 118 camas e uma capacidade de alojamento de 85 indivíduos.

FIGURA 596 - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS CLASSIFICADOS NO CONCELHO

TIPO	DESIGNAÇÃO	Nº DE CAMAS	Nº DE UNIDADES DE ALOJAMENTO	CATEGORIA	FREGUESIA
HOTEL	BENAVENTE VILA HOTEL	33	20	3*	BENAVENTE
PENSÃO	ALBERGARIA S. LOURENÇO RESIDENCIAL	85	48	ALBERGARIA	SAMORA CORREIA

Fonte: Turismo de Portugal, I.P.

FIGURA 607 - PROJECTOS DE ARQUITECTURA COM PARECER FAVORÁVEL DO TURISMO DE PORTUGAL NO CONCELHO

TIPO	DESIGNAÇÃO	Nº DE CAMAS	Nº DE UNIDADES DE ALOJAMENTO	CATEGORIA PREVISTA	TIPO DE PROJECTO	FREGUESIA
HOTEL	HOTEL BETALMANSOR			3*	PROJECTO NOVO	SAMORA CORREIA
HOTEL	HOTEL PÁTIO DE VALVERDE	20		2*	PROJECTO DE LICENCIAMENTO	LOTE 1, 2130-026 SAMORA CORREIA
HOTEL-APARTAMENTO	HOTEL APARTAMENTO LA VARZEA – POLO LAKE	178		4*	PROJECTO DE LICENCIAMENTO	SANTO ESTEVÃO
ALDEAMENTO TURÍSTICO	ALDEAMENTO TURÍSTICO LA VÁRZEA PÓLO & COUNTRY CLUB			4*	PROJECTO DE ALTERAÇÕES	SANTO ESTEVÃO
ALDEAMENTO TURÍSTICO	ALDEAMENTO TURÍSTICO PÓLO VILLAGE	404		4*	PROJECTO DE LICENCIAMENTO	SANTO ESTEVÃO
HOTEL RURAL	CASA GRANDE HOTEL RURAL	46		4*	PROJECTO DE LICENCIAMENTO	HERDADE DA BELA VISTA / SAMORA CORREIA

Fonte: Turismo de Portugal, I.P.

Acrescem, ainda, os empreendimentos turísticos perspectivados para o concelho, dois Hotéis de 2* e 3*, um Hotel-Apartamento de 4*, um Aldeamento Turístico de 4* e um Hotel Rural de 4*. Verifica-se já a existência de uma unidade de turismo rural – Aldeamento turístico La

Várzea Pólo & Country Club de 4*, alvo de alterações de forma a aumentar a capacidade de alojamento.

Existe, ainda, na freguesia de Benavente um parque de campismo com 92 alvéolos – espaço destinado a campistas. (CMBenavente, 2009)

Além destes valores, não nos podemos esquecer das habitações de segunda residência, onde não é possível contabilizar a capacidade de alojamento nem o número real, que são utilizados para prática de turismo e lazer.

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

As características paisagísticas do concelho de Benavente, tais como as suas zonas ribeirinhas e montados, bem como o enquadramento natural do concelho, nomeadamente os elementos naturais como a Reserva Natural do Estuário do Tejo e todos os recursos naturais a si associados, são características únicas que podem ser aproveitadas para estratégias de turismo sustentável, baseadas no aproveitamento e potenciação dos recursos naturais. No entanto, para potenciar estes recursos, é essencial existir uma oferta de alojamento forte, sem nunca esquecer os objectivos da sustentabilidade.

É por este motivo urgente a aplicação de estratégias inovadoras e competitivas que permitam um desenvolvimento sustentável do sector do turismo, tirando partido das especificidades da região, nomeadamente o aproveitamento de actividades ligadas à “fileira do cavalo” e à exploração do agro-turismo. Estas estratégias deverão também ter em conta os empreendimentos turísticos existentes no concelho, nomeadamente os resorts associados aos campos de golfe, tentando valorizar esta oferta e diminuir o carácter de sazonalidade que ainda detêm. No entanto, esta exploração deverá ter sempre como princípios os objectivos da sustentabilidade, sendo necessário definir estratégias sustentáveis de actuação sobre os recursos existentes.

Para que estas estratégias tenham sucesso é necessário que haja, por parte do município, uma aposta na criação de novas unidades de alojamento, sendo para tal fundamental identificar áreas onde estas unidades possam vir a ser construídas e também efectuar operações de “charme” junto dos investidores turísticos.

